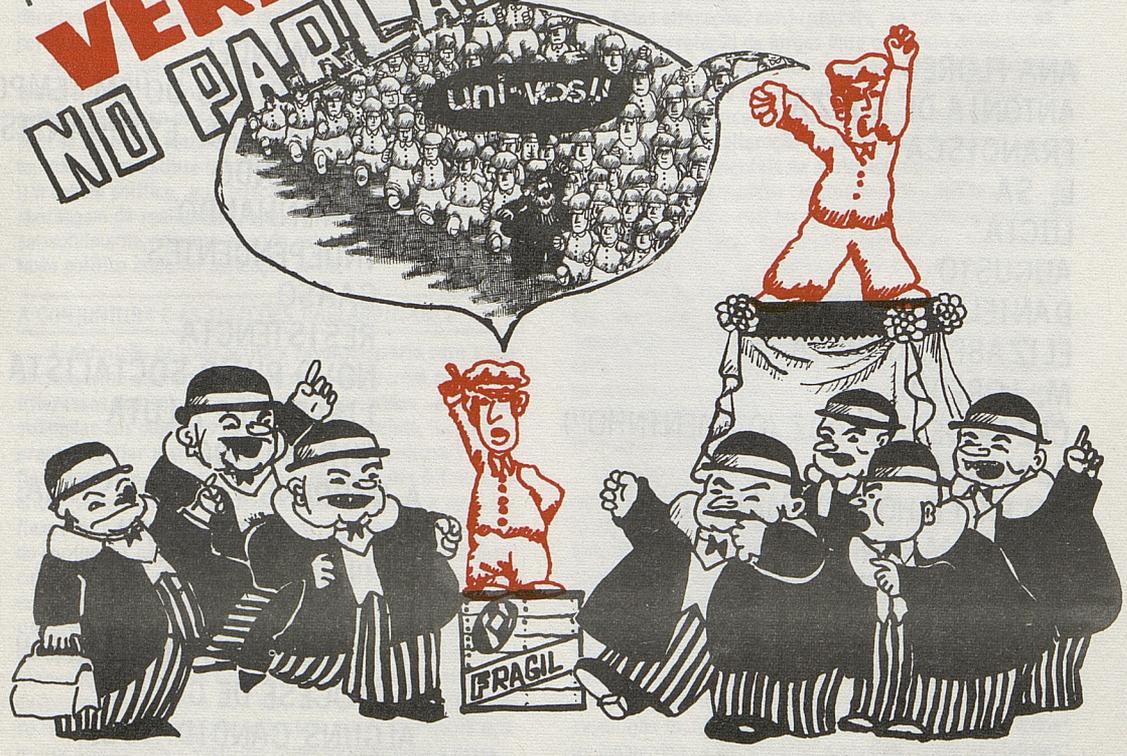


Cadernos de **CAMPANHA**

1978

pela
liberdade
de organização e
de manifestação aos trabalhadores e oprimidos - por um
partido operário extra-parlamentar

VERMELHO NO PARLAMENTO



1001 de 10

Nº 10

4º P. 11310

BRASIL

COLABORARAM COM ESTE NUMERO:

VOLUNTARIAMENTE...

ANA FLORES
ANTONIA DE SOUZA
FRANCISCA
L. SA
LUCIA
AUGUSTO
DANIEL DE QUEIROZ
ELIZABETH GARCIA
M. LOREDO
CEZAR DE QUEIROZ (O "MENINHO")
J. MARIA
UM EX-FILHO E EX-MARIDO
LUIZA MARANHÃO
INÊS DE CASTRO

E "INVOLUNTARIAMENTE"

ERNEST MANDEL
COMPANHEIROS DO'EM TEMPO
AS TENDENCIAS ESTUDANTIS:
REFAZENDO
CAMINHANDO
INDEPENDENTES
CAASO
RESISTENCIA
NOVO RUMO SOCIALISTA
LIBERDADE E LUTA
VIRAMUNDO
A IMPRENSA CLANDESTINA:
"VOZ OPERARIA"
"LUTA DE CLASSES"
"NOVA LUTA"
"UNIDADE PROLETARIA"
A DIOCESE DE GOIAS
ALGUNS CANDIDATOS:
EUDÉS FREITAS
FERNANDO HENRIQUE C.
RAIMUNDO DE OLIVEIRA
JORNAL "EM TEMPO"

SOBRE AS ELEIÇÕES E A CAMPANHA ELEITORAL

As próximas eleições de novembro de 78, geraram um amplo debate no interior dos setores hoje mobilizados ou preocupados com política, da vanguarda revolucionária e outros setores políticos. Entre os revolucionários, ela retoma uma discussão sempre importante, ligada ao uso do Parlamento Burguês e da Campanha eleitoral para fazer avançar a área de influência de suas posições e alternativas políticas. E se entendermos que a cada conjuntura e tática política, é necessário rediscutir a posição a ser adotada frente a este acontecimento, não nos surpreenderemos de localizar dentro das forças revolucionárias, tendências que acabam por se materializar em alternativas políticas distintas.

As discussões sobre eleições, mesmo no exterior, são necessárias, no sentido tanto da avaliação das políticas postas em prática por diversos setores da ERB, como também de observar seus desdobramentos no Brasil. Portanto, não constitui uma discussão teórica apenas, mas um debate político, que busca manter vivo os métodos de abordagem da realidade e de acompanhamento de seu desenvolvimento, mesmo quando estamos afastados do contexto político onde tal aplicação se dá.

A CONJUNTURA E AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES

A definição de uma política revolucionária para a atual campanha eleitoral, que corresponde a uma precisa se interesses dos setores explorados e oprimidos e também submeter aos objetivos da revolução socialista, também precisa avaliar a situação conjuntural. A conjuntura política brasileira, vem se alterando ao longo dos últimos 4 anos, vista a continuidade da crise econômica e seus reflexos no campo político. A crise brasileira, vem assumindo contornos cada vez mais complexos, e as alternativas colocadas tanto pela Ditadura Militar como por setores descontentes da burguesia, ainda não conseguiram formular um projeto que unifique o bloco dominante. É importante considerar, que estes contornos além de se tornarem mais amplos, reúnem um contingente cada vez maior de descontentes, que por sua vez, ensaiam um maior número de projetos de solução, e tentam mais claramente acumular forças, para impô-los como solução para a crise.

O centro da crise política brasileira ainda se dá nos marcos das disputas inter-burguesas e a curto prazo, devido a fraqueza de uma oposição apoiada nas classes e setores oprimidos, (que ainda nem se constitui num movimento organizado) os desdobramentos possíveis ainda se darão nos marcos de uma solução burguesa. Esta constatação porém, obriga os revolucionários, refletirem sob

a forma, pela qual possam no espaço aberto para a luta política hoje (espaço este, conseqüente da abertura do debate político no seio do bloco dominante) fortalecer um movimento de oposição socialista ao regime. Isto quer dizer que não podemos, em nenhum momento nos submetermos às dificuldades de tradução da política revolucionária para todos os campos da prática social.

Considerando o período de 74 a 78, veremos que algumas alterações conjunturais se deram; o que hoje obriga os revolucionários, enfrentar novas tarefas e frentes de luta, há muito tempo, impedidas pela intervenção da repressão. Estas alterações conjunturais, se não ferem na essência a correlação de forças (que continua desfavorável para a classe operária e outros setores oprimidos) possuem especificidades que vão se refletir na prática revolucionária. Inclusive conceber a alteração conjuntural como apoiada apenas na alteração da correlação de forças entre os setores fundamentais da sociedade, nos leva a uma visão estática do processo revolucionário; nos impede de atuar no contexto real que possui uma complexidade bem maior, além do que, impede de observar que as mudanças conjunturais, se fazem também a partir da intervenção de uma vanguarda política sobre o movimento de massas. Ter claro, o polo que detém a iniciativa política, é necessário para evitar erros sérios; porém a visão da conjuntura como algo externo à intervenção da vanguarda revolucionária, gera o despreparo político desta vanguarda, com conseqüências graves na medida em que esta se coloca como direção do movimento de massas.

A participação no processo eleitoral, constituiu-se numa prática importante neste período, assim como é atualmente, independente do campo de intervenção nos diferentes pleitos eleitorais ocorridos (74, 76 e 78). Neste aspecto, uma política de boicote ou abstencionismo, não se justifica, devido às dificuldades de se atuar junto aos setores combativos do movimento; o objetivo de ganhá-los para uma política revolucionária, acumulando forças no movimento; de estimular nas lutas a formação de direções próprias no movimento, comprometidos com a revolução socialista, obriga a uma intervenção em todos os momentos, e em especial naqueles, como as eleições parlamentares, quando o debate político é estimulado. Mas defender a participação, não basta, se esta não for traduzida para cada momento específico.

Em 1974, a crise econômica estimulava a formação de uma oposição burguesa ao regime; e naquele momento, em especial os setores do pequeno e médio capital, mais atingidos, iriam fortalecer o único canal de oposição consen-

do - o MDB. Mas a Oposição Liberal, ainda tímida, acreditava que a atuação correta do MDB, era apoiar a política de distensão de Geisel, ou seja, o MDB se constituía num instrumento para fortalecer o processo de institucionalização do regime. As ilusões geradas pela expressiva votação que teve, entre setores da oposição liberal e da própria esquerda, não correspondia ao papel que de fato o MDB cumpria: o de fortalecer o processo de institucionalização do regime. Por outro lado, o espaço aberto para o debate político, só permitia os setores mais avançados da oposição defenderem as reivindicações mais democráticas nos limites do Programa do MDB, fato que não impediu a posterior cassação de muitos de seus líderes.

Já em 1976, a ampliação da oposição ao regime, se dava principalmente pelo apoio dos setores mais politizados da pequena-burguesia, que identificavam na ala dos "autênticos" do MDB, o setor a ser apoiado. A pequena-burguesia politizada, em especial o movimento estudantil, será a principal base de apoio de diversos Candidatos Democráticos. Porém, o Programa eleitoral ainda tinha de limitar-se aos contornos de um "Programa Democrático", com conteúdo vago e apenas com denúncias aos aspectos mais aberrantes do regime.

Porém, é preciso ter claro, que estas alterações, ainda não feriam o duro controle exercido pela Ditadura Militar sobre o Processo eleitoral. Outro aspecto, diz respeito ao fato de que tanto em 74, como em 76, o quadro partidário existente, ainda se constituía num fator importante para o processo de institucionalização do regime. Assim como a Ditadura Militar depositava todos seus esforços no sentido de assegurar a Arena como partido do Governo (inclusive dotando-o de um programa político que já incorporava uma série de reivindicações levantadas pela oposição, como o direito de greve e livre associação), os esforços da oposição também se davam no sentido de fortalecer o MDB como canal de expressão, mesmo que em 76, isto já fosse defendido sob a forma de "Frente de Oposições".

Da mesma forma, em que estes aspectos fundamentaram em 74 a defesa do VOTO NULO como a única resposta correta sob o ponto de vista revolucionário, as alterações conjunturais em 76 ainda tornavam justa a defesa desta posição. Abrir mão, da Campanha de Voto Nulo em 76, significava referendar o quadro institucional do regime, não conseguindo nas campanhas desenvolver um trabalho avançado de denúncia do regime, suas arbitrariedades e a farsa eleitoral, e levantar uma alternativa revolucionária. No mínimo, seria a capitulação diante das dificuldades em se desenvolver uma campanha combativa, cedendo terreno ao democratismo que se ampliava enquanto direção política no interior da pequena-burguesia.

Esta capitulação, o rebaixamento do programa político a um programa democrático, que expressava a concepção pequeno burguesa de luta contra a ditadura, não contribuiria em nada com o avanço do trabalho político revolucionário.

O MOMENTO ATUAL

No momento atual, vemos uma oposição liberal ampla, que abarca inclusive setores ligados ao capital internacional, prejudicados pelo projeto de recuperação econômica proposto e já colocado em ação pela Ditadura. Este projeto implica deslocar o polo dinâmico da economia para a área de bens de produção, que vai se apoiar, fundamentalmen-

te, nas alianças entre o Estado, como agente investidor e setores do capital internacional. A Oposição Burguesa busca isolar o regime, sem abrir mão de uma prática de pressão no sentido de mudanças graduais; ao mesmo tempo, procura atuar sobre o movimento de massas, que desenvolve suas principais lutas mais massivas, buscando apoio para seus projetos de mudança. O espaço político ampliou-se de forma a poder conter todas estas manifestações dos setores descontentes, tendo como consequência sob o ponto de vista do movimento de massas a abertura do espaço para a organização de setores avançados do movimento, em torno da agitação e propaganda de um Programa revolucionário. Além disso, a perda do controle absoluto pela Ditadura Militar, do processo eleitoral, (mesmo que juridicamente se mantenham todas as restrições) e a perspectiva de uma transição para um regime de alianças partidárias, reduziu também o controle exercido pelos Partidos (Arena e MDB) sobre seus filiados. Apesar de existirem setores apegados à manutenção do bipartidarismo, predomina a tendência do surgimento de outros, que acumulam forças, para novos projetos partidários. O campo de expressão desta tendência, aponta para o surgimento de Partidos ou Movimentos, que vão desde partidos direitistas (Nacional, Rural), passando por partidos mais centristas (democracia cristã, social-democracia) até partidos mais a esquerda (Trabalhista, socialista). Este quadro, por sua vez, abre campo para fora do quadro parlamentar, se fortalecer uma tendência socialista e revolucionária no movimento de massas. A perda de legitimidade dos Partidos atuais como canais de expressão do descontentamento dos setores burgueses, além de estimular tais projetos, reativou ainda mais o papel das associações patronais; como tribunas diretas de manifestações do descontentamento de diversos setores do capital (ver Associação do Comércio do Estado de São Paulo, Federação Nacional das Indústrias, etc).

Considerando a tendência para a transição a um "regime de alianças partidárias", a Ditadura Militar passa a intervir de outra forma no sentido de criar uma base de apoio na sociedade civil, e o processo eleitoral não deixa de ser utilizado como meio de fortalecê-la. Mesmo assim, não podemos desconsiderar recuos da Ditadura, que provocam endurecimentos que tendem a ser passageiros. Apesar da Linha dura, deter o controle do aparato repressivo e desenvolver uma resistência passiva a qualquer transformação no regime, é certo também, que não possui um projeto político de longo fôlego. Mas os setores Geisel-Figueiredo, que expressam o setor dominante da Ditadura, podem abrir campo de expressão para os Duros, como forma de ganhar mais tempo para a efetivação do seu projeto político. Por outro lado, ao estimular o ataque aos setores revolucionários e mesmo setores mais radicalizados da oposição pequeno-burguesa, que ampliaram sua área de atuação no movimento, estarão assegurando uma situação melhor para a institucionalização do regime. Isto poderá se dar através de uma escalada repressiva pós-eleições, como já houve, mas bem mais profunda.

É neste quadro, que hoje se coloca uma participação no processo eleitoral, que não só utilize dos meios legais para fazer chegar aos mais amplos setores da massa, um programa revolucionário, assim como coloca na ordem do dia, a rediscussão do parlamento, enquanto uma frente legal de atuação para os revolucionários. A tendência apontada para o desdobramento da crise, não só irá alterar

o papel do Parlamento no País, assim como, nos obriga a pensar em assegurar dentro dele, um espaço para a atuação da política revolucionária, contribuindo com o avanço da prática política como um todo. Pode-se dizer, que além de secundária, esta frente ainda será fraca, pois poucos são os candidatos que hoje se colocam sob a orientação de um programa revolucionário. Poucos se submetem à concepção do parlamento como frente secundária e submetida à direção do movimento; e ainda mais, como tribuna comprometida com o avanço da luta das massas. Esta política se insere num quadro de acúmulo de forças. A Contribuição possível de parlamentares que se colocam a serviço da luta revolucionária, ainda será pequena, assim como as da maioria das frentes legais criadas no movimento. Mas, mesmo assim, adiantar-se nesta prática; submetê-la à ótica da construção do Partido revolucionário da Classe; fazer uso desta tribuna para a denúncia do Estado e do Parlamento; é um meio de nos preparar para enfrentar nesta frente, outros setores que se preparam para fortalecer o Parlamento como centro das discussões dos problemas das massas oprimidas. Além de fortalecer a prática revolucionária, denunciando esta política junto ao movimento, ter meios de denúncia no interior do próprio parlamento, significará uma maior capacidade de golpear todos os setores burgueses e mesmo os setores reformistas, cuja lógica de ação, acaba por fortalecer os instrumentos do Estado burguês.

Outro aspecto que assume grande importância no atual debate eleitoral, tanto no plano de análise como da ação concreta, e que acaba por criar um divisor de águas entre os revolucionários e os demais setores da oposição burguesa, setores radicais da pequena-burguesia e setores reformistas da esquerda, diz respeito ao papel desempenhado pelo avanço da luta das massas. O avanço do movimento de massas passa a ter um papel na superação da atual crise política. Se em 1974, ainda não podíamos falar da presença do movimento de massas no cenário político (apesar de suas lutas isoladas), já em 76, o fortalecimento da oposição ao regime ganha contornos maiores entre setores mais organizados da pequena-burguesia, em especial o movimento estudantil. A situação atual, tem nova qualidade, na medida em que o movimento de massas, além de ganhar um caráter massivo, mesmo que desorganizado e sem lideranças consolidadas, reúne não somente o movimento estudantil, mas conta com a presença de setores assalariados e em particular o movimento operário, nos maiores centros industriais do país. Mesmo que o movimento de massas não detenha a iniciativa política, os contingentes hoje mobilizados, rompem com o estágio atrasado de resistência dos anos anteriores, legítima na luta, formas de organização antes ilegais e representativas apenas de uma pequena vanguarda que se forjava em lutas isoladas (como o Movimento de Oposição Sindical, que hoje, além do reconhecimento no interior da classe operária, já pode propor formas mais avançadas de articulação - Comitês de Oposições Sindicais. Imprensa própria; o Movimento do Custo de Vida, que articula formas de organização de base nos bairros pobres; Entidades mais amplas no setor estudantil como as UMEs, CEEs, UNE, os Encontros Estudantis por área profissional, encontros Estaduais e Nacionais como o ENES; Movimentos de Oposição no interior dos setores de serviço - bancários - e pequena burguesia liberal ou assalariada - da Oposição dos Médicos em SP e RJ, Oposição dos Professores em São Paulo; Centros de Estudos, co-

mo CEBES em SP; C. B. As. e Movimento Feminino pela Anistia. O avanço do movimento de massas não permite porém, descaracterizar a atual conjuntura como de Resistência; pois inclusive as lutas que são travadas hoje possuem este caráter - visam acumular forças para embates futuros. Caracterizar a conjuntura como sendo de Resistência não implica em ignorar ofensivas parciais - elas também contribuem para o acúmulo de forças para o movimento como um todo. O importante nesta caracterização é a visão de conjunto, que impede de se observar a capacidade dos setores oprimidos, como um todo, passarem para a ofensiva geral.

Isto, obriga aos revolucionários atuarem no sentido de impulsionar a tendência ao crescimento das lutas, abrindo com isso, maiores espaços legais, que além de permitir conquistas concretas, servem ao avanço do seu nível de consciência. Empurrar hoje, a tendência ao crescimento do movimento de massas, não só significa para os revolucionários ampliar sua área de influência política, mas principalmente criar no interior do próprio movimento lideranças políticas, que se coloquem como vanguarda da luta pelo socialismo. Por outro lado, esta atuação, é o modo como os revolucionários podem enfrentar concretamente, a disputa de influência política com setores reformistas, que se por conveniência possam se alinhar nesta perspectiva, porém o fazem no sentido de fortalecer no movimento ilusões quanto ao alcance das possíveis transformações em curso no regime. Desta forma, ainda que esboçem um discurso político, algumas vezes até radical, as alternativas políticas que levam para o movimento são desmobilizadoras; e fortalecem a prática de mediação política; a partir da qual o movimento deveria delegar a representantes externos ao mesmo o poder de negociar suas reivindicações.

Neste aspecto, a política de comprometer candidatos com a defesa de um programa revolucionário, de formar comitês legais, onde setores avançados do movimento discutam o programa e o assumam como sendo o conjunto de suas reivindicações, das quais não se dispõe a abrir mão; responde hoje, no conjunto da prática destes setores, a forma pela qual passam a intervir com outra qualidade no processo eleitoral. Num período em que, muitos candidatos assumem reivindicações dos setores explorados e oprimidos, dotar estes setores da massa de um programa político que expressa no plano tático os objetivos da revolução socialista, é a forma de assegurar tanto uma prática que estimule o controle por parte do movimento dos futuros parlamentares, assim como a forma de desmascarar aqueles candidatos que, por oportunismo ou boa intenção, se alinham na perspectiva do reformismo. Desta forma, não existem critérios apriorísticos para o apoio a candidatos, como o de serem representativos dos setores oprimidos (ex. representantes sindicais, ou elementos que se destacam nas atividades de bairro). Portanto, não existem "candidatos" que devemos apoiar, ao contrário, uma prática consequente passa pela discussão em torno de um programa, que ganhe candidatos comprometidos com a sua defesa.

O fato dos candidatos comprometidos com a defesa de um programa socialista, ainda terem de se utilizar da legenda do MDB, implica numa atuação que se aproveite da sua tendência a decomposição, para contribuir com a sua destruição. E mesmo que muitos setores políticos também atuem neste sentido, é importante ficar claro os objetivos da atuação dos mesmos. Os candidatos comprometidos com

um programa revolucionário, deverão denunciar a falta de liberdade de organização partidária, assim como denunciar o MDB como um exemplo disto, buscando resgatar os setores iludidos para outra direção política. Na situação atual, em que diversos setores da oposição burguesa e pequeno-burguesa jogam com a alternativa do fim do bipartidarismo, para acumular forças para uma futura reestruturação partidária, os revolucionários também precisam intervir, no sentido de denunciar as alternativas políticas destes setores oposicionistas e acumular forças na perspectiva da formação de uma tendência socialista no movimento. A atuação dos revolucionários na frente parlamentar objetiva acumular forças para a luta extra-parlamentar, contribuindo para o avanço das lutas das massas e da sua organização independente, assim como para a formação do seu Partido revolucionário.

O momento atual difere-se totalmente de 1974, porque naquele momento o fortalecimento do bipartidarismo era não somente uma necessidade vital para o processo de institucionalização, como a própria Oposição Liberal também usava do fortalecimento do MDB como canal de expressão. Naquele momento, desconsiderar este aspecto e os limites impostos a uma atuação consequente, só ia ao encontro do fortalecimento do regime. Portanto, a defesa do VOTO NULO, constituía-se na única resposta revolucionária, pois permitia a denúncia da farsa eleitoral e da Ditadura Militar que a sustentava.

A defesa do VOTO NULO, na atual campanha, apesar de atuar no sentido de combater as forças burguesas e pequeno-burguesas, em primeiro lugar não se coloca na ótica de acumular forças na frente parlamentar. E isto ocorre, tanto por não julgar importante tal frente ou mesmo resistir ao seu uso, ou por não acreditar que a mesma se coloque de imediato. Em segundo lugar, porque ao se opor ao uso da legenda do MDB, acaba por superestimar a importância de um dado concreto, como a grande possibilidade de vitória do MDB, (por ser, sob o ponto de vista das amplas massas o Partido da oposição); esquecendo-se que as possibilidades deste partido reestruturar-se se opõe a tendência predominante de sua liquidação por força dos diversos setores que se formaram no seu interior. Em terceiro lugar, uma campanha pelo VOTO NULO, hoje, acaba por limitar concretamente a intervenção na campanha eleitoral sob o ponto de vista da defesa de um programa Revolucionário, que sirva para ampliar a área de influência da política socialista.

Apesar disto, é importante ficar claro, que o divisor de águas que separa a atuação reformista da revolução nesta eleição não se dá aqui. Ele se dá fundamentalmente entre aqueles setores que se utilizam da campanha e da mobilização permitida por ela, para fortalecer seus projetos de partidos parlamentares e o Parlamento burguês, favorecendo portanto as perspectivas de solução burguesa para a crise. Os revolucionários que nela atuam, buscam fazer avançar o movimento de massas, dotando-se de meios para intervir no processo eleitoral e acumulando forças na frente parlamentar colocada a serviço dos seus objetivos, e mobilização extra parlamentares.

Outro aspecto a ser considerado no momento atual, é o fortalecimento da intervenção da Esquerda Revolucionária no movimento de massas. O avanço do movimento e o crescimento da Esquerda Revolucionária, sem dúvida foi um fator importante para que esta pudesse su-

tentar uma situação revolucionária na frente eleitoral.

DOIS METODOS-DUAS POLITICAS PARA O PARLAMENTO

Se retomarmos nossas posições para a Campanha eleitoral de 74, quando ainda grande parte da Esquerda Revolucionária defendia o VOTO NULO, vamos observar uma lógica de argumentação que naquele momento já se diferenciava de outros setores. Ao defendermos a Campanha do VOTO NULO, afirmávamos que era uma resposta revolucionária frente aos seguintes aspectos: "Não resta dúvida que teremos uma situação análoga neste ano: 1) Porque, ainda que existam divergências entre as classes dominantes, de fato elas se dão contudo, sob o total controle dos militares e aparato governamental, que age com o objetivo consciente (e com controle suficiente) de forma a impedir que as eleições sirvam para "agitar as massas" e amadurecer sua consciência. A total impossibilidade de propaganda pelos meios de comunicação, as restrições a propaganda em geral, o controle policial, reduzem praticamente a zero esta possibilidade, enquanto o Governo e os militares se mostram coesos quanto ao uso de medidas de repressão e repressão (caso do Chico Pinto, punição dos jornalistas do Ceará, etc.) 2) Porque com a inexistência de uma oposição revolucionária forte e massiva, que se coloque como um dado decisivo a ser considerado, por mais longe que vá os setores de oposição burguesa em sua propaganda, ela não será mais do que reclamações e reivindicações de democráticas, no fundamental, absorvíveis pela Ditadura. 3) As reduzidas forças da esquerda lhe impediriam de dar um conteúdo independente à sua propaganda. Ainda que essa propaganda independente pudesse ser feita em determinados locais, em geral, reduzidos e secundários, seria impossível fazê-la a nível nacional; e isto, frente às massas teria o efeito e a aparência de um referendunho à participação e aceitação da institucionalização da Ditadura, e sua consequente consolidação.

Desta forma é evidente que nossa participação nas eleições não poderia dar-se no sentido de propagandear as posições revolucionárias, defender candidatos classistas representantes do proletariado. Inclusive a nível "democrático" estaríamos limitados, na medida em que, neste processo, não nos seria permitido nem possível, denunciar a farsa da institucionalidade burguesa e destas eleições, o que, nestas condições, significaria um apoio ao jogo da Ditadura, apesar de nossas "boas intenções".

Tudo isto, teria a consequência, de que ao invés de significar uma acumulação de forças, ampliando nosso auditório, mostrando uma posição clara e independente, reforçando os setores mais avançados do proletariado e seus aliados; ao contrário disso, significaria uma perda importante de nossas poucas forças acumuladas, uma identificação (e confusão) diante das massas quanto aos nossos objetivos e métodos com os da "oposição burguesa"; e a canalização do potencial de radicalização das massas para o fortalecimento deste ou daquele setor da burguesia" (Campanha n° 2 - 5 de novembro de 1974. página 8)

Outras tendências, que naquele momento faziam a defesa do VOTO NULO, tendiam a uma postura de princípio; não é difícil retomar suas afirmações, em especial, a dos companheiros do MR-8, Seção Exterior, publicada no mesmo jornal. Diziam os companheiros: "... Nossa posição frente

(*) O artigo faz referência às eleições de 1966, quando se fez pela primeira vez a campanha do VOTO NULO.

te as eleições de 15 de novembro é de participar ativamente do processo eleitoral, contribuindo para desmascarar a farsa antidemocrática montada pelo regime, estimulando a classe operária e o povo para que aproveitem as pequenas brechas legais que se abram neste período, a fim de que cresça sua mobilização e organização; e convocando a todos a anular seus votos;

... Com esta farsa, o objetivo do regime é obter algum grau de legitimação ideológica para a Ditadura Militar e canalizar as contradições políticas da sociedade, devidamente depuradas de suas alternativas radicais, para o terreno que lhe é mais propício - os corredores de um parlamento castrado e submisso, ávido para respaldar os mais íntimos desejos dos poderosos e absolutamente surdo diante das reclamações dos trabalhadores.

... Ao nos definirmos, hoje como ontem, pelo Voto nulo, com palavras de ordem do tipo: "Abaixo a farsa eleitoral", "Abaixo a Ditadura Militar", "Abaixo a repressão e a tortura", "Eleições sem repressão", etc., nos baseamos na existência de uma poderosa corrente de opinião no interior das próprias massas trabalhadoras, que rechaçam a legitimidade dessas eleições.

... Nesta medida, repudiamos firmemente a afirmação de que "votar em branco, abster-se ou anular o voto, é fazer o jogo da Ditadura e do Governo Geisel" (Voz Operária - março 71). Esse tipo de afirmação não é uma novidade.

... Assim, é importante rechaçar claramente esse tipo de afirmações e mostrar a todos as lições dadas pelas experiências passadas.

... Porém, esse combate não nos leva a esquecer que o inimigo principal é a Ditadura Militar. E é sobre ela que temos de concentrar nosso fogo. Esperamos que as demais forças anti-ditadura saibam igualmente reconhecer o inimigo comum, apesar de nossas divergências.

Assim como a lógica que levou à formulação de posições eram distintas naquele momento, com as alterações posteriores na conjuntura, isto iria se refletir na definição de políticas opostas frente ao mesmo acontecimento. Em 76, diante do avanço do movimento de massas, em especial, do movimento estudantil, princípios já não bastavam para sustentar a defesa da posição do VOTO NULO. O critério de "brechas", de "não se isolar do movimento", de "isolar o inimigo principal, a Ditadura Militar, fortalecendo a oposição burguesa"; de "apoiar os setores mais avançados do MDB e garantir a vitória do Partido de oposição é o meio de impedir a legitimação do regime"; de justificar a importância de uma abertura democrática (mesmo que burguesa) para o surgimento de condições mais favoráveis para o preparo político das massas; tornaram-se os fundamentos da defesa dos Candidatos Democráticos, ou seja, os que defendiam dentro do MDB, as posições mais avançadas da oposição, que correspondiam ao programa político da pequena-burguesia, ou seja, da concepção pequeno-burguesa de luta contra a Ditadura, que só podia ser democratista.

A maior abertura do espaço político, permitindo um campo maior para a luta legal, é claro, iria encontrar, num primeiro momento, um despreparo na Esquerda, no sentido de combinar a prática clandestina com este novo plano de prática. Surgem então duas tendências básicas. De um lado, muitos resistem ao uso das tribunas legais e, pelo atraso do movimento, torna-se necessário diante das massas, combinar a prática da unidade (levantando pontos básicos, que impulsionem o movimento) com a Agitação e Propaganda independente (para disputar a direção

do movimento). Esta postura encontra apoio numa visão doutrinária e pura do movimento e da prática política, que acaba por ter consequências sérias de não intervenção sobre os atrasos das massas, dando espaço político para outras posições. De outro lado, surgem aqueles que se submetem à dinâmica do movimento, lutando pela unidade acima de qualquer condição, rebaixando a agitação política ao plano da unidade obtida; esta postura, que tem campo para avançar, por conviver com o atraso do movimento, é o modo pelo qual o reformismo tende a ganhar força no movimento. A crítica a estas duas posturas é fundamental para assegurar a disputa política no interior do movimento, para ter o espaço para uma política revolucionária.

Ao nos apoiarmos, em 76, numa análise que supunha compreender os limites da oposição burguesa, a incapacidade de defender um programa revolucionário que impulsionasse o desenvolvimento de uma oposição revolucionária ao regime, a impossibilidade de usar do espaço político aberto para agitar e propagandear junto aos setores oprimidos um programa revolucionário, de isolar a ditadura militar armando o movimento de massas de uma alternativa revolucionária a ela, só podíamos concluir pela justeza de uma Campanha pelo VOTO NULO, agora desenvolvida de forma o mais ampla possível. Na avaliação do momento atual, os mesmos pressupostos são retomados e o mesmo método nos leva a tomar outra posição.

Uma releitura de nossas posições em torno das eleições além de desmentirem qualquer afirmação principista e abstencionista em torno do voto nulo, sempre deixou espaço para o debate político em torno do uso das tribunas legais pelos revolucionários. Isto nos permite hoje, debater concretamente o uso do Parlamento burguês como tribuna importante de agitação, apesar de se constituir numa prática secundária ao conjunto da prática revolucionária desenvolvida no movimento. Se o debate acerca do Parlamento, se constitui numa questão básica para compreender-se a sociedade burguesa contra a qual se luta, já o debate sobre seu uso, está ligado às condições precisas (ou seja, a tática). Assim como já colocamos a tendência do Parlamento a vir a ocupar um papel importante na reestruturação da dominação burguesa, e a reorganização dos partidos é um aspecto para a consolidação em novas bases, do bloco dominante; para os revolucionários a construção Partidária, se coloca na ordem dada, não no sentido da agitação e propaganda, mas no plano da organização também; esta é a única forma pela qual, podemos nos opor concretamente, ao acúmulo de forças neste sentido, desenvolvido hoje pelos diversos setores da burguesia e da oposição liberal. Sob o ponto de vista do uso do Parlamento, a atração dos revolucionários se difere pelo sentido que imprime a esta prática - ou seja, ela se dá no sentido do fortalecimento das lutas dos setores oprimidos, e não para o fortalecimento desta instituição; no parlamento, também lutaremos pela sua destruição como aparelho do estado burguês, ao invés do reformismo, que tenta modificá-lo, melhorá-lo para ali dentro se lutar por estes setores. O parlamento em nenhum momento será o centro da solução dos problemas dos setores dominados pela burguesia, trata-se de uma ilusão que quer transformá-lo em centro das decisões revolucionárias como acreditam os reformistas de "todos os matizes".

A POLÍTICA ELEITORAL

A política eleitoral para as próximas eleições tem como instrumento fundamental um "programa revolucionário"

que não significa um "programa socialista", mas sim, a tradução para a conjuntura atual, das reivindicações que assumidas hoje pelo movimento, assegurem os objetivos finais. Portanto o programa eleitoral, através do qual, os setores organizados do movimento, poderão discutir com todos os candidatos que se coloquem a serviço destes setores, contém as reivindicações que expressam as tarefas que hoje asseguradas, permitam ao movimento, avançar sua consciência e organização. A formação de Comitês em todos os locais, em especial nos bairros operários, nas áreas de concentração de trabalhador e setores pobres, são formas de organização importantes, para que nestes locais se desenvolva uma campanha combativa em torno do Programa.

É justo que nestes comitês eleitorais, reunam-se candidatos e se façam discussões com eles, de modo a ganhá-los para o programa, comprometê-los com os comitês. Pois o controle da intervenção dos candidatos, é o meio através do qual, se cria naqueles que se comprometam com o Programa, a consciência de que, como candidatos e futuros parlamentares, seus lugares no Parlamento estão ao serviço das lutas das massas, da agitação de suas reivindicações. Um candidato revolucionário no Parlamento, não pode se iludir quanto ao seu papel ali dentro - o parlamento é uma tribuna de agitação das reivindicações dos setores oprimidos e de denúncia do Estado burguês e do Parlamento, como aparelho deste estado. O Parlamento não é o centro de decisões, através do qual as massas terão seus anseios respondidos e por isso, um Parlamentar revolucionário, deve através do seu mandato estimular as lutas das massas, suas formas independentes de organização e contribuir com a formação do Partido Revolucionário, que é extra-parlamentar.

O programa é um meio também, através do qual os comitês, que reúnem as parcelas já mobilizadas das massas, podem estabelecer acordos com outros candidatos da esquerda. Estes debates é uma forma concreta através da qual a massa avança sua consciência e identifica que candidato pode apoiar. Caso não seja possível, apoiar um candidato, porque nenhum se compromete com o programa, com a concepção de Parlamento como frente secundária e a serviço das lutas da massa, os comitês devem decidir-se por uma forma de protesto, anulando o VOTO, mas colocando que tal ocorre, pelo fato de não haver naquele local um candidato que mereça seu apoio. O fato de haver poucos candidatos, além de ser uma consequência da própria conjuntura, do avanço do movimento e intervenção da vanguarda, não impede que se utilize deles para em outros lo-

cais, nos debates com outros políticos, mostrar que é possível um candidato se colocar a serviço de um Programa Revolucionário e a serviço do avanço das lutas das massas

O programa revolucionário precisa conter as seguintes reivindicações:

- PELA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO AOS TRABALHADORES E SETORES OPRIMIDOS

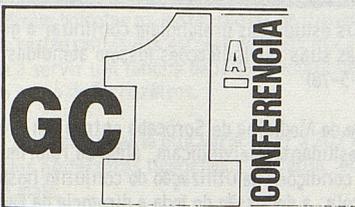
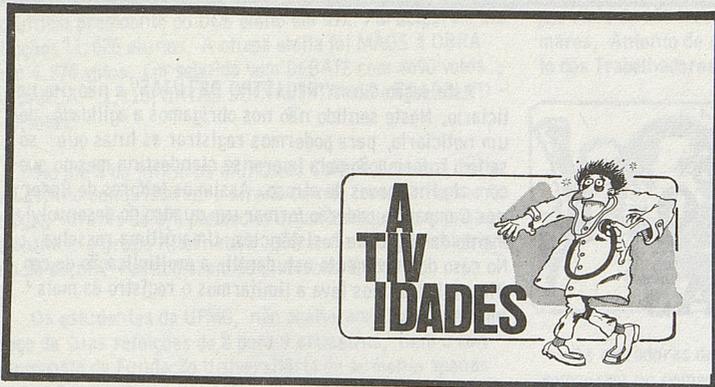
- . Liberdade para os partidos dos trabalhadores
- . Pela Anistia Ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos
- . Fim do Aparato Repressivo
- . Pelo julgamento público de todos os torturadores
- . Fim a toda legislação que reprime a luta e a organização popular.
- . Pelos sindicatos livres e pelo direito de greve para os trabalhadores da cidade e do campo
- . Comissões de empresa eleitas livremente
- . Organizações de bairros eleitas livremente
- . Pela reorganização das entidades livres dos estudantes
- . Liberdade de organização entre os setores profissionais da pequeno-burguesia
- . Organização sindical e política para os soldados, marinheiros e sargentos
- . Pela organização das mulheres em sua luta contra a opressão e exploração

POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

- . Fim do Arrocho Salarial
- . Elevação geral dos salários e congelamento de preços
- . Habitação para todos e confisco de casas e terrenos desocupados
- . Assistência médica e educação gratuitos em todos os níveis
- . Terra aos camponeses que nela trabalham, garantia de implementos agrícolas e participação no controle da distribuição dos produtos.

Desta forma, usando das condições legais do desenvolvimento da campanha eleitoral, este programa deve ser o instrumento através do qual, os comitês, formados em todos os locais, além de poder debater junto aos candidatos, também poder ser agitado junto a outras formas de organização mais permanentes, existentes no movimento. O momento atual impõe aos revolucionários tarefas mais avançadas que anteriormente, e que se não forem assumidas podem significar sérias consequências para sua intervenção nos momentos futuros.





Enfim, em pleno andamento, a nossa Conferência. Depois de muito tempo, que riamos refletir sobre nossas posições, sobre nossa prática, amadurecer nosso projeto. Mas após o Chile, tratava-se de reconstruir, reorganizar, implantar-nos como força política na Europa, para desta maneira podermos, com base em um movimento centralizado e como força política, dedicar-nos a discutir, debater de maneira um pouco mais aprofundada o que o fazemos no dia-a-dia. Não se tratava de parar. Um movimento político com responsabilidades em relação ao processo revolucionário não pode nunca parar e se voltar para o seu interior. Mas pode e deve em certo momento, reequacionar sua prática, dedicando um pouco mais de tempo, no conjunto de sua atividade, a prática de elaboração teórica e política; ao balanço do conjunto de sua prática política. Com isto poderá amadurecer o coletivo, reorientar sua atividade, superar seus erros e debilidades.

Af estamos, nós, neste momento. Discutindo e debatendo sobre a conjuntura que vive nosso país e que se vive ao nível internacional; sobre a tática que devemos utilizar, sobre o exterior, sobre o balanço de nossa atividade e os rumos que deveremos seguir. Dentro do possível mantivemos nossa prática organizada. Procuramos mesmo vincular as discussões da conferência, levando as nossas discussões ao conjunto da esquerda e dos setores que atingimos, como um meio de que estes companheiros também refletissem, debatessem e con-

tribuissem com nosso processo. Procuramos também manter nossa atividade junto a colônia, embora reduzindo o ritmo de nossa prática. Procuramos manter o nosso instrumento, o Cadernos de Campanha, ainda que ele não pudessem sair como gostaríamos (1).

Já vamos a meio caminho em nosso processo de discussões, e elas já começam a se refletir em nossa prática e na forma de atuar de nossos companheiros. Em breve, teremos nossas resoluções que levaremos a todos através de um próximo número de nossa revista.

(1) - Diversas questões foram modificadas neste número em função do processo de conferência. Foram cortados dois artigos já prontos (um sobre os "novos filósofos", outro sobre a política imperialista na América Latina), além do artigo de M. Garcia da série "Os PCs na América Latina antes da revolução Cubana" e que nos foi entregue com atraso; e que sairá no próximo número. Do mesmo modo a coluna de "Atividades" deste número não se aproxima em nada ao que ela se propõe a ser. Com estes cortes e reduções visávamos reduzir a dimensão deste caderno para impedir que houvesse um maior atraso.

MULHERES

O LANÇAMENTO



No fim do mês de junho, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris realizou o meeting "8 heures ensembles: on parle des luttes des femmes", para o lançamento de um Centro de acolhimento de mulheres latino-americanas e também em solidariedade às lutas das mulheres no Brasil.

Na programação, um fórum central

sobre a importância dos centros de mulheres e dois outros fóruns sobre a experiência dos grupos de mulheres estrangeiras em Paris e sobre as iniciativas feministas no Brasil.

Dentre as 200 pessoas que compareceram, companheiras do grupo Place de Fêtes, do Planning Familiar, da Coordenação das Mulheres Negras e da Coordenação das Mulheres Latino-americanas, contribuíram especialmente trazendo suas diferentes experiências de luta.

"Um centro dinâmico para responder ao nosso desejo de ter um ponto de encontro, de informação, de coordenação, e de iniciativas de luta: encontro entre mulheres, lugar de informação para as mulheres que ainda não estão nos grupos, através de permanências documentadas sobre a contracepção, o aborto, o auto-exame, sobre nós mulheres, nos seus corpos.

Nós queremos que ele seja também um lugar caloroso e acolhedor onde a gente possa se divertir, assistir filmes, organizar debates... Nós queremos nos conhecer, nos reconhecer. Queremos partir com outras mulheres para a descoberta do nosso prazer, do nosso corpo pela sua reapropriação, seu controle, pela luta contra nossa opressão. Nós mulheres não aceitamos mais ser definidas de fora, por um mundo de homens.

Um centro que nos permita aprofundar nossas ligações com a luta das mulheres brasileiras, para apoiar ativamente suas reivindicações, suas lutas, das quais queremos ser verdadeiramente parte integrante.

Um centro aberto a todas as latino-americanas, as que estão no Movimento e as que não estão. Chega de grupos voltados para si mesmos. Isso é o mais importante para nós: atingir o maior número possível de mulheres, coletivizar nossas experiências, enfrentar coletivamente os problemas que nós mulheres nos colocamos. Mas nós queremos fazer também, uma vez por mês, permanências mixtas porque é importante discutir com os companheiros sobre a sexualidade, uma nova sexualidade, novas relações".

Foram organizadas algumas barraculinhas de venda de material: cartazes de solidariedade à imprensa feminista brasileira e o dossier do Círculo com os documentos feitos ao longo dos seus quase 3 anos de existência. O CBA também compareceu vendendo objetos de artesanato feitos pelos prisioneiros políticos no Brasil e algumas publicações sobre a luta do povo brasileiro.

ANA FLORES

ANTONIA DE SOUZA

REGISTRO DE LUTAS



Esta seção é um "REGISTRO DE LUTAS" e não um noticiário. Neste sentido não nos obrigamos a agilidade de um noticiário, para podermos registrar as lutas que só se tem informação pela imprensa clandestina mesmo que com alguns meses de atraso. Assim os leitores de Cader nos Campanha poderão formar um quadro do desenvolvimento das lutas de resistências. Uma última ressalva. No caso do movimento estudantil, a multiplicação de conflitos e lutas, nos leva a limitarmos o registro às mais importantes.



Quatro unidades da Universidade Federal da Bahia (Medicina, Farmácia, Geociências e Agronomia), envolvendo mais de 2.000 alunos, entraram em greve no mês de abril em razão das precárias condições materiais de ensino decorrentes, segundo os dirigentes do DCE, pela escassez de verbas provenientes do Ministério de Educação e Cultura.

Na Medicina, na Farmácia e na Geociências as reivindicações principais giram em torno da precariedade das instalações e aparelhagem técnica nas Faculdades. Já na Agronomia o problema central é a luta contra a proposta de currículo da Direção da Escola, apresentada pelo professor Haroldo Murilo Pinto e pelo afastamento deste professor quem tem usado "métodos repressivos de avaliação", segundo o DCE (Em Tempo 8/14 -5-78)

Nos dias 4 e 5 de maio os estudantes de São Paulo elegeram a diretoria da União Estadual dos Estudantes - UEE - consolidando a reconstrução de sua entidade regional. Os resultados foram os seguintes: chapa CONSTRUÇÃO (frente de várias tendências) 22.915 votos; chapa LIBERDADE E LUTA 9.713 votos; brancos 2.687; nulos 1.057; votos de apoio à UEE 95; total 36.487 votantes (Em Tempo 15/21-5-78)

Dois mil estudantes da Universidade Federal da Bahia realizaram no dia 18 de maio, apesar da proibição do Secretário de Segurança Pública do estado, um ato público ao lado da reitoria, reivindicando melhores condições de ensino. Em seguida iniciaram uma passeata que foi dispersada por uma tropa de choque da PM baiana (Em Tempo 22/28-5-78).

Os 800 alunos do curso de História da USP estão em greve desde o dia 8 de maio reivindicando reestruturação do curso, demissão de 4 professores considerados autoritários e inaptos e uma reforma imediata da biblioteca da escola. Durante a greve os estudantes realizaram assembleias e discussões em torno do conteúdo dos cursos e debates com

os professores. Os estudantes pretendiam continuar a greve até que todas as suas reivindicações fossem atendidas (Em Tempo 22/28-5-78)

A Faculdade de Medicina de Sorocaba entrou em greve em maio. Os estudantes reivindicam, além da reformulação do curso e condições de utilização do conjunto hospitalar ligado à escola, a demissão de toda a diretoria da Faculdade.

Os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora que, na segunda semana de maio haviam feito uma greve de um dia exigindo mais ônibus com preço reduzido para a Cidade Universitária, marcaram para o dia 25 de maio uma reunião com o reitor da universidade e o prefeito da cidade para discutir o problema. Só que, em vez do prefeito e do reitor, quem apareceu foi uma tropa de choque da PM, que atacou os mil estudantes que lá compareceram, armados de metralhadoras utilizando gaz lacrimogênio, cassetetes e cães.

Duas mil pessoas participaram do ato público realizado em João Pessoa - PB pela libertação do estudante Edval Nunes da Silva (Cajá), ex-presidente do DCE da UFPE que foi preso e torturado no Recife. O ato de João Pessoa foi convocado pelo DCE da Universidade Federal da Paraíba.

No dia 31 de maio cerca de 3000 estudantes baianos realizaram em Salvador uma passeata em protesto à prisão de Edval Nunes da Silva (Cajá), em solidariedade aos operários em greve em SP e ao mesmo tempo em protesto contra as precárias condições de ensino na UFBA. A passeata foi brutalmente reprimida pela polícia baiana comandada pelo coronel Filadelpho Damasceno, comandante da PM, e pelo Coronel Luiz Artur de Carvalho, secretário de Segurança Pública. Logo em seguida os estudantes conseguiram se reagrupar e realizaram um ato público no centro da cidade onde 800 estudantes protestaram contra a violência policial.

Em meados de junho realizaram-se as eleições para o DCE-livre Alexandre Vannuchi Leme, da USP. Os resultados foram: LIBERDADE E LUTA - 2.260 votos; REFAZENDO - 2.191; CAMINHANDO 2.145; VENTO NOVO - 815; NOVO RUMO SOCIALISTA - 652; VIRAMUNDO - 265; ALICERCE - 259. O total de votantes foi de 10.106.

Também em meados de junho, realizaram-se as elei

ções para o DCE-livre Mário Prata da UFRJ (em homenagem ao último presidente do DCE eleito em 69). Participaram das eleições 11.626 alunos. A chapa eleita foi MÃOS à OBRA com 4.876 votos. Em seguida vem DEBATE com 4690 votos ; ANDANÇA - 1.116; UNIÃO SOCIALISTA 468 e TRABALHD - 173 votos.

No dia 8 de junho os alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilho conquistaram o direito de não usar uniforme no colégio, através de um plebiscito organizado por um grupo de alunos, o grupo Alternativa, que tenta reorganizar o grêmio da escola. Participaram do plebiscito 2.531.

Os estudantes da UFMG, não aceitaram o aumento de preço de suas refeições de 8 para 9 cruzeiros, nem a contraproposta da Fundação Universitária de aumento apenas para os funcionários e outros usuários. Os estudantes decidiram boicotar os restaurantes da Universidade tomando os restaurantes das escolas de Medicina e Direito, passando a servir um lanche de leite, sanduiche, queijo e frutas ao preço de 5 cruzeiros.

Um aumento que varia de 67 a 207% foi conquistado pelos professores licenciados da Bahia, em greve desde 16 de maio.



Depois de varios meses acampados nas estradas e cansados de esperar soluções do governo gaúcho, 150 famílias de colonos expulsos das reservas indígenas de Nonoai, invadiram a fazenda Sarandi, de propriedade do Estado e arrendada a grandes proprietários como Ari Dalmolin, presidente da Federação das cooperativas de Trigo, e a Madeireira Macali. Os colonos recusam a transferência para terras do Mato Grosso: "Não vamos para terras estranhas, queremos terras na Fazenda Sarandi"; "Eu enxergo com os meus olhos as terras que existem no Rio Grande e que estão nas mãos dos grandes". E foi isso que eles reivindicaram no ato público: "Terra para quem a trabalha", promovido por trinta entidades sindicais e estudantis, pela imprensa independente, pelo setor jovem metropolitano do MDB, pelo Movimento Trabalhista do RGS e pelo Conselho de Defesa dos Direitos humanos. Ato público realizado na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, no dia 29 de junho, com o comparecimento de mais de 800 pessoas. No ato foi aprovada a formação de um comitê unitário para levar a luta, além da manutenção da ocupação das terras de Sarandi.

Os trabalhadores rurais do município de Palmares, no interior de Pernambuco, estão ameaçando invadir a cidade em busca de alimentos, caso não seja encontrada uma rápida solução para os problemas que enfrentam, pois estão vivendo praticamente de farinha e pequenos peixes pesca-

dos no rio Una. A ameaça foi feita em manifesto assinado por mais de 600 trabalhadores e entregue ao Prefeito de Palmares, Antonio de Almeida Neto e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (ESP - 14/6/78)



As moradoras da rua Bernadino Silveira Jardim interromperam no começo de junho o trânsito da rua construindo barricadas, reivindicando o calçamento da rua. As mulheres se fizeram acompanhar das crianças, mas somente os menores de 15 anos 'pra depois não falarem que tem homem barbado entre nós'. Esta foi a sétima barricada construída por mulheres em 78 na periferia de Porto Alegre, sempre em torno de reivindicações por melhores condições de vida, principalmente água, luz e calçamento. Algumas vilas do Grande Porto Alegre se organizaram em comissões para planejamento e manutenção das barricadas e, a partir daí, em associações de bairros, como é o caso da vila Bom Jesus.

Uma assembléia popular reuniu 1500 pessoas no Jardim Romano - Itaim Paulista - no dia 9 de Julho, para exigir do governo estadual a ligação de água encanada. A instalação de um terminal do FEPASA para depósito de minérios da USIMINAS, a fim de garantir seus alicerces, drenou o solo vizinho de todo o bairro, provocando o secamento de seus poços e fossas. A água drenada era restituída à população por uma bica de onde jorrava uma mistura de água de poço e de fossa altamente contaminada, como constataram os médicos que visitaram o local. No encerramento da Assembléia um dos moradores foi ruidosamente aplaudido ao ressaltar a vitória que significava a organização dos moradores contra as manobras das duas empresas do governo.





LUTAS OPERÁRIAS

Um balanço das greves em São Paulo

ISTOÉ 21/06/1978

(De 12/5 a 15/6/1978)

Empresas	Nº de operários	Paralisação	Acordos	
			Aumentos	Antecipação (%)
SÃO PAULO				
Crazaço-Mapri	1.750	3 dias	15	
Barbará	200	24 h	8	4
Itel	360	2 dias	13	28
Máquinas Gutman	350	2 dias	10	
Metalac	625	12 h	7 a 15	
Corneta	340		10	10
Siemens	3.500	3 dias	10 a 12,5	8
Siderúrgica Aliperti	2.500		10	10
Voith	3.300		8	
Ford (caminhões)	3.500		11	
Pirelli	930		10	20
Sofungen	3.540	24 h	Em negociação	
Toshiba	520	7 dias	15	
Volkswagen	3.500		11	14
Ardea	480	24 h	Em negociação	
Same	1.000	2 h	10	10
Schunk-Epe	220	12 h	Em negociação	
Massey Ferguson	1.580	2 dias	Não definidos	
Caterpillar	1.830	12 h	Não definidos	
Atlas	1.200	12 h	Não definidos	
Mangels	600	12 h	Não definidos	
Supertest	300	12 h	Não definidos	
CBR	60	12 h	6	14
Fresimbra	630	24 h	Em negociação	
Metal Leve	4.350		15	
S/A O Estado de S. Paulo	3.000			10
Folha da manhã				10
Adria	1.100		15	5
Coral	110		15	
Tusa	800	12 h		10
SÃO BERNARDO				
Ferro Enamel	1.100	24 h	Em negociação	
Wyeth-Aracol			Em negociação	
Bril	1.800		7,5	
Panex	1.000		16,5	
Tri-Sure	250	2 dias	10	12
Atlas-Copco	700		11	13
Coldex-Trane	900		12	
Fiat	400		11	
Fibam	400		11	
Polima	1.300		5	10
Scania	6.000	7 dias	11	13,5
Ford (automóveis)	11.000	7 dias	11	13,5
Chrysler	2.200		11	13,5
Volkswagen	38.000		11	13,5
Mercedes Benz	18.000		11	13,5
Brastemp	3.800		10	
Refeinhauser	300		11	15
Hueller	250		10	15
Villares	4.000		11	

Empresas	Nº de operários	Paralisação	Acordos	
			Aumentos	Antecipação (%)
Borg Warner	800		11	13,5
Sulzer-Weiser	450		11	13,5
Prensas Shuler	1.700		Em negociação	
Kubota Tekko	700		11	13,5
Karmann Ghia	700		11	13,5
Toyota	400		11	13,5
J.I. Case	250		11	
Forjaria SB	1.200		11	
Perkins	1.500		10	
Hiller	250		10	

SANTO ANDRÉ

Trorion	900		27,5	
Laniffício Sto. Amaro		5 h	Em negociação	
Atlantis	380		10	10
Glasurit	1.500		Em negociação	
Firestone	3.700		10,5	
Rhodia	3.600		15,7	
Nacional de Metais	740	24 h	10	
Alcan	2.162	24 h	15	
Cofap	6.671	24 h	10	
TWR Gemmer	2.498	24 h	10	
Cima	699	24 h	10	
Otis	1.113	5 dias	13	
Pierre Saby	619	24 h	10	
KS Pistões	638	24 h	9	
Krause	99	24 h	15	
Eaton	290	24 h	10	
Feisa	72	24 h	10	
Lido	33	24 h	10	
Prats Maso	125	24 h	10	
Home	377	2 h	10	
Pirelli	5.000	3 dias	10,5	
Eluma	2.240	5 h	10	
Chrysler	1.500	3 dias	11	
Coferraz	1.300	2 h	20	
Fichet	1.970	5 h	10	
Cermar	500	2 h	Não definidos	
GE	3.400	2 dias	10	
Ishike	83	4 h	10	

CAMPINAS

GE	600	90 min	Em negociação	
----	-----	--------	---------------	--

MAUÁ

Santa Marina	100		5 a 12	12
Philips	1.489	2 dias	10	
Ibraxe	528	24 h	10	
Mollins	625	4 h	Não definidos	

OSASCO

Brown-Boveri	3.000	5 dias	10 a 15	10
Grupo Cobrasma	13.000	4 dias	15	10
Forjaço	550	32 h	15	10
Ford (fundição)	800		11	14,5
Carpi-Frigor	180	5 dias	8 a 18	
Arcos-Solda	150		10	10
Corneta	100		Não definidos	
Osram			7,4 a 20	

RIBEIRÃO PIRES

Constanta	1.387	24 h	10	
Brosol	960	24 h	15	
Calvi	100	3 h	Não definidos	

SERTÃOZINHO

Cervin	182	24 h	15	
--------	-----	------	----	--

JANDIRA

Bardella-Borrielo	700	5 h	10	7
Same	850	5 dias	10	10

Fontes: Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco, Santo André e São Paulo.

Noticiário da imprensa.

Empresas	Nº de operários	Paralisação	Acordos	
			Aumentos	Antecipação (%)
CUIÁ				
Excello-Metal Leve	850	6 dias	Não definidos	
Grupo Munck	300		15	15
TABOÃO				
Cinpal	800	2 dias	12	12
Fibro-Dynapac	800	1 h	10	16
Ital	33	24 h	Não definidos	
SÃO CAETANO				
Anhemi	650	24 h	Em negociação	
Matarazzo	400		Em negociação	
Brasimca	800		11	
Mannesmann	650		5,5	
GM	20.000		11	



LUTAS OPERARIAS

MES: JULHO

EMPRESA	LOCAL	Nº DE GREVISTAS	DURAÇÃO	FORMAS DE LUTA	REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE NEGOCIAÇÃO	RESULTADO
27 cerâmicas	Itu - S. P.	2.000	17 dias	- paralização - passeata	- piso salarial: Cr\$1.983,00 - aumento parcelado 15 / (7,5 em nov. 7,5 em Jan. - anotação correta na carteira - pagamento de horas extras (reconhecimento 'de fató'da jornada de 8 horas)	Sindicato	Atendidas quase todas as reivindicações com extensão de 14 cidades.
Philco	São Paulo	8.100		Greve			Aumento e trabalho retomado
Alfa-Laval	São Paulo	450		Greve			
Barbara	Rio	6.000		Greve			
Kibon	São Paulo			Greve			
S. Cruz	São Paulo			Greve			
Cav. do Brasil	São Paulo			Greve			
Swift	São Paulo			Greve			
Ita	São Paulo			Greve			
Filizola	São Paulo			Greve			
Multiplast	São Paulo			Greve			
Maferisa	São Paulo			Greve			
MESES: AGOSTO/SETEMBRO							
Belgo-mineira	Monlevade	4.100	4 dias	Greve - batiam o ponto e paravam diante das máquinas	- 10 / a partir de outubro - 2 antecipações de 50 / para o ano que vem - piso salarial de Cr\$ 2.777,00 - mudança de todas as escalas de revezamento - aumento de gratificação de retorno das férias de 156 hs. para 190 hs. - construção de 1 restaurante dentro da empresa administrado pelo sindicato - inclusão de horas extras de repouso no computo do 13º e férias - criação de uma comissão paritária com 3 representantes do sindicato e 3 da empresa - promessa de construção de 400 casas para operários.	Sindicato (através de 12 assembleias)	Todas essas reivindicações e mais outras 15, total ou parcialmente atendidas (extensivas à Usina de Sabara e a Trefilaria de Contagem)
Petrobras	Santos Campinas Cubatão			- Operação fome (recusa da alimentação na empresa "Amnésia" (esquecimento dos cartões de identidade necessários ao acesso na refinaria) - Quebra galho (recusa a qualquer trabalho que não seja sua especialidade. Não participam de cursos e concursos da empresa; não fazem horas extras aos sábados, domingos e feriados - costuraram tarjetas negras nas macacões	- 20 / de aumento - reajustes de 50 / + Cr\$ 500 para cada servidor a partir de 1º de setembro	Sindicatos (se reuniram em Santos para melhor articular a campanha)	
De Millus	Rio	2.000	2 vezes	- Depederraram o prédio da empresa e o refeitório	- não terem que ser revistas na saída do trabalho - não deixarem suas bolsas no depósito da empresa		- 2 dias de suspensão

LUTAS DOS ASSALARIADOS

MESES: MAIO/JUNHO							
UNICAMP (professores)	São Paulo	500		- Greve - concentração em frente à Reitoria	- 70,6 / de reajuste salarial - melhores condições de trabalho		
USP (funcionários)	São Paulo	800		- Greve abaixo assinado, comissões por escola, passeata até a reitoria	- 20 / de aumento		
UNICAMP (funcionários)	São Paulo						
R. PRETO (funcionários)	São Paulo						
Escola	Bahia			- greve	- 67 a 207 / de aumento		- aumento parcelado de 60 a 207 /
MESES: AGOSTO/SETEMBRO							
Ag. Central B. do Brasil, Bradesco, + 19 bancos	São Paulo (apoiados p/ bancários do RGS e Minas)			- paralização - passeata - tarjetas negras (Minas) - comando geral das greves	- 65 / de aumento	Sindicato	- 15 / acima do índice oficial para aqueles que ganham até 8 sal. min. e Cr\$ 624,00 para os que estão acima dessa faixa - 150 demissões - fechamento do sindicato
Escolas - 1º e 2º graus (professores)	São Paulo e Parana	165.000	Mais de um mes	- paralização das aulas - comando geral de greve - assembléias - distribuição de panfletos - reuniões de pais de alunos - permanência nos colegios	- aumento mínimo de 27 / (+ 11 / para os estabelecimentos municipais - contratação dos precários pelo regime CLT (direito ao Fundo de Garantia, INPS e férias) - melhores condições de ensino e de trabalho - mais verbas para a educação - ensino público e gratuito para todos	Sem apoio do sindicato que considerou a greve ilegal	- nada conseguiram



MODO de Vida



E O NUCLEAR?

francisca e l. sa

"A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, quer dizer, o conjunto de relações sociais" (1)

Depois de propagandear maciçamente a "crise do petróleo", a burguesia nos "oferece" hoje as centrais nucleares como sendo a única solução aos problemas energéticos em escala mundial.

O petróleo, combustível do grande capital, começa a não mais responder aos imperativos monopolísticos e de rentabilização de matérias primas. As tensões do mercado internacional permitem, a partir dos anos 60, a nacionalização deste setor por vários países do Terceiro Mundo.

Em 1973 "ouvimos" uma resposta temporária da burguesia: aumento do preço (e dos royalties) do petróleo bruto árabe. Logo daquele de mais fácil exploração e totalmente controlado pelas sociedades petrolíferas. Desta maneira o preço da produção norte-americana e de seus grandes estoques foi também aumentado, daí explorações mais difíceis e que necessitam um maior emprego de capital e de tecnologia (Alaska e Mar do Norte por exemplo) tornam-se mais rentáveis, assim, quando a situação política do Oriente Médio se mostra instável (apesar do domínio dos EUA através de Israel, Iran, Arábia Saudita) essa diversificação na extração permite às sociedades petrolíferas assegurar o seu controle; assim essas novas leis de mercado facilitam a quebra das estatizações.

Por outro lado, o aumento do petróleo torna concorrential novas fontes de energia e é claro que, dentro do funcionamento do sistema capitalista, é o máximo de lucro que determina o tipo de energia a ser explorada.

Em vista ao "impasse" do petróleo (que certamente acabará um dia) a burguesia se justifica, encobrendo "realis-

ticamente" as regras do jogo, da necessidade vital do crescimento energético para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do bem estar social. Ora, mais uma vez esse "realismo" desconhece o modo de produção capitalista, a sociedade de consumo e todo desperdício que daí resulta. Desconhece a utilização irracional de matérias primas, a super-exploração até o esgotamento da força de trabalho, a pilhagem descarada do Terceiro Mundo mantendo-o, sob ditaduras abertas, na ignorância, na fome e na miséria.

Uma indústria nuclear é, desde a extração à energia final, totalmente controlada. Nela a lei do valor entra globalmente. Se em relação ao petróleo a "rente foncière" (2) é menor, a quantidade de matéria prima utilizada é muito menor para a produção de uma mesma quantidade de energia e a realização da mais valia é superior. Por outro lado, o investimento em capital fixo (maquinarias) é enorme, então, para que a taxa de lucro seja máxima é necessário aumentar o controle sob o mercado, reduzindo a concorrência e levando a monopolização e se impõem uma intervenção concreta do Estado. Também, como os custos de capital crescem, cada vez menos empresas reunirão fundos necessários para a participação na festa e, na concorrência entre monopólios, uma taxa de lucro monopólica média favorecerá àquele que tiver um maior grau de capitalização.

Na indústria nuclear a contradição Homem-Capital é aberrante.

A monopolização permite a introdução de novas técnicas e uma maior produção de bens a custos inferiores. Mas ela permite também retardar a introdução de outras técnicas mais novas e mais custosas (dentro do mesmo ramo), permite a manutenção de um custo suficientemente baixo das instalações e equipamentos e implica também em um controle, à escala mundial, das matérias primas.

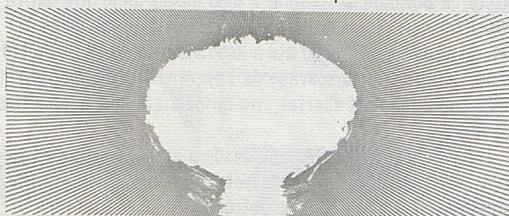
Para o sistema capitalista, a saúde, a segurança e o ambiente são fatores secundários. As necessidades humanas são subjugadas ao lucro e é somente por ele que novas técnicas são desenvolvidas e introduzidas. As necessidades humanas são, para este sistema, subversivas e, dentro desta lógica, quando uma nova tecnologia é introduzida, consequências destruidoras decorrem.

Uma indústria monopólica nuclear não é somente a construção de um grande número de centrais nucleares para produzir eletricidade, é também a construção de usi-

nas de enriquecimento de urânio, usinas de retratamento de combustíveis, é a exploração de novas minas, é a multiplicação do transporte de materiais radioativos, é o desenvolvimento da indústria do plutônio, a exploração de centrais e de combustível radioativo, é o imperativo de rentabilizar a curto prazo o capital investido. Tudo isto é feito em um ritmo acelerado, independente de todo critério social, independente do meio ambiente e, porque não seria, independente do rendimento energético.

Assim, a passagem ao nuclear se insere na lógica de um sistema que evolui rapidamente, concentrando meios de produção e poder real em alguns centros do aparelho de estado e de firmas monopolistas, escapando a todo controle.

"Em relação a natureza como a sociedade, considera-se principalmente, dentro do modo de produção atual, o resultado mais próximo, mais tangível e, em seguida, espanta-se que essas ações, a objetivos imediatos, tenham consequências totalmente diferentes, no mais comum, radicalmente opostas!". (3)



em nome da razão de estado

Desde o aparecimento da era industrial, nenhuma tecnologia colocou, particularmente para as classes mais intruidas, inquietudes e uma repulsa tão profunda como coloca a questão nuclear. Nenhuma teve tanto problema para ser aceita pelas diferentes camadas da sociedade e isso é impossível de ser ignorado.

No entanto, para impor essa tecnologia, passando por cima dessas dúvidas e dessas recusas, a solução escolhida é a força, a repressão e a violência em nome da "razão do Estado". E essa é a via tomada hoje por todos os países que assumem o nuclear como uma opção de desenvolvimento. O estado faz dos engenheiros nucleares os únicos juizes daquilo que é bom para o país e a população. Mas isso tem sua explicação, como eles mesmo dizem: "os consumidores não têm conhecimentos suficientes para medir as vantagens e a segurança dessa tecnologia, única solução de futuro possível".

E isso quer dizer que estes estarão fora das instâncias que decidem, fora dos debates que se colocam e receberão somente "informações precisas e escolhidas" para evitar a "contaminação da população pela propaganda anti-nuclear".

É em nome dessa mesma razão de Estado que, em ca

so de acidente nuclear, se declarará estado de exceção na área atingida, imediata suspensão das liberdades por um tempo indeterminado, censura das informações, que manterá a população na ignorância das razões reais do estado de exceção (vide Sevezo, que não é um caso de acidente nuclear mas que é bastante expressivo dessa razão de Estado).

Tudo isso nos leva a entender que, no lugar das "escolhas democráticas" se colocará a ditadura clara da elite tecnocrata, quer dizer, a tecnocracia.

sejam os realistas

Isso já é evidente hoje. Por exemplo, na França, o imperativo nuclear é erigido de tal forma em nome da razão do Estado, que seus funcionários podem se colocar fora e acima das leis. O poder nega fatos, esconde os riscos para aqueles que aí estão diretamente implicados: os trabalhadores do nuclear, que hierarquicamente subordinados se vêem sem conhecimento e sem possibilidades de controlar o processo produtivo.

Qualquer informação dos sindicatos sobre os riscos do nuclear é assimilada como "uma ameaça a ordem pública".

Os funcionários do C. E. A. (4) estão proibidos, por uma circular interna, de fazer qualquer crítica ao programa nuclear. Assim como os funcionários do Serviço Central de Proteção Contra os Raios Ionizantes (SCPCRI) estão obrigados a manter "em segredo" os níveis de radioatividade que eles detectam.

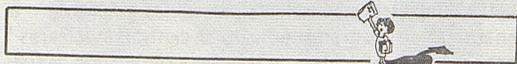
Os adversários e os críticos ao programa nuclear estão fichados pelo Ministério do Interior e pelo Serviço de Segurança Militar.

As manifestações públicas, quando autorizadas, são altamente reprimidas pela polícia francesa. Veja por exemplo, a manifestação contra a super central de Malville (5), onde a polícia reprimiu os manifestantes, ferindo várias pessoas (ferimentos graves, amputação de pernas e braços provocadas pelas bombas) e provocando a morte imediata de um deles. Dias antes da data prevista para essa manifestação, a polícia ocupou toda a área, decretando estado de sítio e controlando toda a população da região, que passou então a só poder circular com "laissez-passer" dado pela polícia. Em entrevista com os camponeses da região, estes afirmaram só terem se sentido assim "ocupados" quando da invasão nazista e que a situação atual não estava muito longe desta.

a sociedade nuclear: um mito?

Diante das exigências do nuclear, os direitos fundamentais de informação e de debate democráticos estão questionados. A necessidade de uma militarização do trabalho dentro do nuclear é publicamente afirmada pelos seus defensores: "é essencial que as centrais nucleares sejam altamente desenvolvidas e exploradas de maneira quase militar".

O que significa uma força de segurança de um novo tipo; o que poderíamos chamar de "polícia nuclear", que asseguraria a escolta dos transportes dos combustíveis, o controle das pessoas residindo nas proximidades das cen-



trais nucleares, a vigia dos milhares de trabalhadores em carregados de manutenção, da usinagem, do retratamento do estoque das matérias altamente radioativas e sobretudo do plutônio.

E não podemos deixar de dizer também que em "termos de segurança" se coloca o risco de sabotagem ou de bombardeamento, visto que cada reator é uma arma em potencial. Daí, a caça aos "saboteadores potenciais" será inevitavelmente uma permanente preocupação dos serviços de segurança. E nós sabemos que na realidade, essa "caça" terá muito mais a chance de eliminar os dissidentes, os opositores e contestadores dessa sociedade do que os eventuais sabotadores.

As intervenções policiais nos locais das futuras centrais já não serão elas anunciadoras da militarização do nuclear?

Perguntamos mais ainda: essa "polícia nuclear" seria capaz de impedir o roubo ou o desvio de algumas gramas desses combustíveis? Estaria ela imunizada contra a corrupção ou a manipulação política?

As tecnologias pesadas nunca foram e nunca serão politicamente neutras e nós sabemos bem disso, sobretudo quando se trata da eletronuclear, que de todas as tecnologias inventadas até hoje é a mais pesada de servitudes soci-

ais e técnicas.

não se sabe tudo, mas o suficiente...

Ainda não se conhece bem a duração de vida de uma central (20 a 30 anos) e não se sabe como desmantelá-la. Não se tem a previsão do custo de sua manutenção durante esses 20 ou 30 anos e nem se sabe retratar industrialmente os combustíveis irradiados, nem estocar definitivamente o "lixo".

Mas então, porque o nuclear?

O nuclear é rentável, sem dúvidas, e isso por várias razões. Primeiro, a própria natureza do sistema capitalista, baseada sobre critérios de rentabilidade, como já vimos na primeira parte do artigo. Depois, para uma determinada quantidade de matéria prima, o urânio produz muito mais energia do que os combustíveis de origem fóssil. Portanto a procura da produtividade fica mais valorizada pelo desenvolvimento da nuclear, o que beneficia os setores com maior concentração de capital e maior avanço tecnológico.

Além disso, já se coloca para esses setores a possibilidade de desenvolver, industrialmente, centrais nucleares a plutônio (tecnologia dos supergeradores). Numa cen-

FICHA TECNICA

francisca e agosto

a industria nuclear

A indústria nuclear requer toda uma cadeia de instalações: minas de urânio, tratamento do minério, enriquecimento do urânio, formação dos elementos combustíveis, reprocessamento destes combustíveis, gestão do "lixo" nuclear.

A EXPLORAÇÃO DO URÂNIO

A exploração do urânio está estreitamente ligada ao desenvolvimento da energia nuclear, visto que os reatores atuais das centrais nucleares "queimam" o urânio ou os combustíveis que dele derivam.

Além dos perigos habituais das minas (silicose), a exploração do urânio coloca um inevitável perigo de radioatividade. Quando feita por galerias subterrâneas, apresenta um grande problema de aeração para evacuar os gases radioativos a que estão submetidas os mineiros. O ar da mina teria que ser renovado totalmente, 20 vezes por hora. Assim, as explorações são realizadas preferencialmente à céu aberto, mas os trabalhadores continuam expostos permanentemente à radioatividade e, em alguns casos, eles deveriam trabalhar somente uma meia jornada por semana.

Como o teor do minério extraído é baixo, é necessário submetê-lo, na mina mesmo, a um primeiro tratamento que implica em trituração, lavagem a ácido sulfúrico, concentração e estocagem. O enorme rejeito estéril (cada 1 ton. de "terra" tem 1 a 3kg de urânio) após o ataque químico, continua ainda radioativo e deveria ser estocado em superfícies estanques para evitar a contaminação das águas subterrâneas. Porém esse procedimento é custoso e quase nunca realizado. Por outro lado, as águas de chuva, levando esses rejeitos, vão contaminar as camadas de águas subterrâneas e por vezes, perigosamente, os rios vizinhos. Para a extração do minério é necessário explosões diárias nas minas. Essas explosões liberam um gás radioativo conhecido por radon que se mistura à fumaça e se espalha por toda a região. O radon permanece radioativo por 4 dias e depois se decompõe em partículas sólidas que, se respiradas, provocam inextinguível câncer pulmonar (pesquisas realizadas nos EUA em ratos e estatísticas de mortes dos mineiros).

Assim, o vento e a chuva carregam a radioatividade para o solo e para as águas. Essa radioatividade é concentrada pelos animais e plantas, levando a uma concentração maior nas populações vizinhas e mesmo distantes se utilizarem produtos alimentícios da região.

FUNCIONAMENTO DE UMA CENTRAL NUCLEAR

Nada distingue o princípio de funcionamento de uma central a carvão, de uma central a petróleo ou de uma central nuclear. Todas funcionam de maneira idêntica. Uma fonte quente permite obter vapor d'água. Esse vapor cir-

cula numa turbina produzindo corrente. Na saída da turbina o vapor é condensado sobre a fonte fria da instalação, alimentada por um rio, lago ou mar próximo da central que, esfriando o vapor se esquentam fortemente.

A particularidade de uma central nuclear é de obter a energia de sua fonte quente por meio de fissão. Se o princípio é simples, sua realização não o é, e isso por várias razões: a reação de fissão produz um calor considerável que precisa ser evacuado para não fundir todo o parte do núcleo do reator, cujo centro tem correntemente 2300°C; a fissão produz um grande número de corpos radioativos que necessitam de numerosos dispositivos de segurança, custosos e complexos.

A central nuclear clássica a água pressurizada (PWR) consiste na utilização da fissão de núcleos de urânio - U235 - como fonte de calor para a produção de energia. O fluido portador do calor é a água sob pressão, daí seu nome. Já o "supergerador" utiliza o urânio (U238) mais o plutônio como fonte de energia. O urânio 238, por bombardeamentos de neutrons, se transforma em plutônio 239, daí de seu nome "supergerador"; esses reatores geram uma parte de seu próprio elemento combustível.

POLUIÇÃO RADIOATIVA

Uma central nuclear rejeita, em funcionamento normal um certo número de efluentes radioativos tanto líquidos como gasosos. Sob o efeito das radiações, do bombardeamento neutrônico e das altas temperaturas, o material do recipiente que contém o urânio se torna poroso e frágil. Ele é fissurado (sofre deformações). Existe portanto liberação de matérias radioativas na água do reator. Essa água vai ser por isso tratada e esse tratamento libera gases radioativos.

Os efluentes radioativos gasosos de vida breve, quer dizer, muito radioativos mas por pouco tempo, são guardados em cubas mais ou menos 40 dias e depois liberados na atmosfera. Os de vida longa são retidos em filtros, mas alguns como o krypton 85 e o trítium são simplesmente liberados na atmosfera, apesar da sua longa duração de vida.

Os efluentes líquidos são jogados no mar ou rios. É o caso notadamente do trítium, strontium 90 e cesium 137. Todos esses rejeitos líquidos e gasosos não têm nenhuma fronteira e podem percorrer milhares de kms antes de contaminar populações inocentes.

POLUIÇÃO TÉRMICA

Ela não é um fato próprio às centrais nucleares, visto que todas as centrais térmicas liberam calor no meio ambiente. Só que uma central nuclear libera 50% a mais de calor que uma central clássica e o gigantismo e a concentração de suas instalações agravará ainda mais os efeitos locais sobre o meio ambiente.

Cada central nuclear aumenta a temperatura de um rio de 1,5° a 5°. E nós sabemos que bruscas mudanças de temperatura provocam o desaparecimento de espécies nobres de peixes e favorecem o aparecimento de algas nefastas e moluscos. Aumentando a temperatura da água, diminue-

se a taxa de oxigênio e se favorece o desenvolvimento de parasitas e de doenças. A vida desaparece nesses rios transformados em esgotos.

O RETRATAMENTO DOS COMBUSTÍVEIS "USADOS"

Um reator nuclear produz essencialmente duas coisas: energia térmica transformada em energia elétrica e "cinzas". Mas nesse caso, as "cinzas" são barras de óxido de urânio, cujo teor em matéria físsil é tão baixo que elas se tornam impróprias à combustão nuclear. Mas por outro lado, essas barras, chamadas "combustíveis irradiados" são extremamente radioativos (entre eles o plutônio) e por isso exigem cuidados especiais.

Primeiro eles são estocados vários meses, perto do reator, numa piscina de resfriamento que permite descrecer a sua radioatividade.

Em seguida, eles devem ser transportados para as usinas de retratamento ou estocados definitivamente.

O Retratamento constitui um conjunto de operações mecânicas e químicas visando separar esses combustíveis: 1) o plutônio, que pode servir à fins militares (bombas) ou civis (supergeradores); 2) o urânio que será reenviado à usina de enriquecimento; 3) e por fim, o "lixo" que será estocado.

A situação industrial de retratamento é, ao nível mundial, verdadeiramente catastrófica, isto é, ainda não se controla totalmente essa operação (tanto que os EUA fecharam suas 3 usinas, sobretudo por questões de segurança). Além de ser uma das atividades mais poluentes do ciclo do combustível nuclear, pois é uma operação que se acompanha de importantes rejeitos radioativos gasosos e líquidos.

Mesmo se a operação de retratamento possa um dia vir a ser feita em boas condições de segurança, isso levará um tempo importante, e até lá, o que fazer das milhares de toneladas de combustíveis irradiados não retratados que são produzidos atualmente, isto é, o "lixo" nuclear?

E O FUTURO DO "LIXO" NUCLEAR?

O "lixo" é um sub-produto inevitável da indústria nuclear. Seu volume é considerável (por ex.: um reator de 1000 MWe produz várias centenas por ano). Sua atividade radioativa é bastante importante, contendo inclusive elementos com longa duração de vida (por ex.: plutônio 239 = 24.000 anos; Plutônio 240 = 6.580 anos; Neptunium 237 = 2.200.000 anos, etc.).

Não existe atualmente nenhuma solução técnica para o problema da eliminação do lixo. A única possibilidade utilizada é o estoque através de métodos que ainda não são assegurados a longo prazo. Por exemplo: estocagem em cubos de concreto armado, aço, vidro; estocagem em camadas de formações geológicas salinas ou argilosas; imersão nas fossas profundas dos oceanos, etc.

Mas, um simples detalhe: a resistência à longo prazo (milhares de anos!!!) desses cubos e a vedação das formações geológicas subterrâneas é totalmente desconhecida e desasegurada numa tal escala de tempo.

Portanto, para um bom entender, meia palavra basta... NÃO AO NUCLEAR!

tral clássica, o "lixo" contém importantes quantidades de plutônio, que tem a propriedade de produzir mais matéria fósil do que consome, quer dizer, economizar urânio e produzir seu próprio combustível.

A política dos supergeradores viria então aumentar consideravelmente o lucro. Apesar de se ter certeza do perigo que envolve um tal projeto, a corrida ao lucro é o mais importante para a sociedade capitalista.

não ao nuclear

Nós recusamos o nuclear porque:

- ele se inscreve na lógica capitalista de lucro e beneficia o grande capital monopolista;

- dentro desta lógica de lucro, as necessidades humanas e a preservação do meio ambiente são completamente secundarizados;

- a complexidade tecnológica e os perigos inerentes não permitem um controle dos trabalhadores e da população, favorecendo, dentro desta sociedade e mesmo dentro de uma sociedade socialista, uma elite tecnocrata;

- é um processo produtivo que leva a um esquema de segurança militar-policial obrigatório.

Recusamos por princípio a tecnologia nuclear, esteja ela em uma sociedade capitalista, burocrática ou socialista. É preciso romper com a idéia de que o domínio da energia nuclear seria o ápice das realizações da inteligência

humana, de seu controle sobre a matéria. Isso é falso! A ciência e a técnica nucleares são hoje muito mais produtos de um sistema social, de um estado historicamente de tado de correlações de forças internacionais, do que o resultado de seu desenvolvimento "natural e necessário". A recusa do nuclear constitui, na prática social, uma descoberta sem precedentes, das relações, até então subornadas, das massas com o "saber científico".

Dizer não em princípio ao nuclear é querer não levar essa pesada herança para o socialismo. É impor o direito dos trabalhadores de decidir das modalidades do perfil energético da sociedade.

Colocar os trabalhadores contra as tecnologias pesadas e perigosas é lutar dentro da perspectiva histórica da supressão da exploração do homem pelo homem. No caso da energia, é a luta pelo desenvolvimento e utilização de outras fontes não poluentes, descentralizadas e de tecnologia leve.

NOTAS

- (1) Marx e Engels, 1872 - Manifesto do Partido Comunista
- (2) O valor de um objeto é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Porém na agricultura e na exploração mineral, intervém um outro fator que é a fertilidade do solo e da jazida. Conseqüentemente, a um preço médio do produto (energia), aquele que for de exploração mais fácil e de melhor concentração, beneficiará de um lucro maior sobre uma mesma quantidade de trabalho. Este lucro é a "rente foncière". K. Marx - O Capital - Livro I
- (3) Friedrich Engels, 18 - Dialética da Natureza.
- (4) C.E.A. - Comissão de Energia Atômica
- (5) Malville - Ver no "Cadernos de Campanha" nº7, pag. 46

HÁ CINCO ANOS NO CHILE:

AQUEL DIA EN CHILE

LUCIA

Tengo muy claro tu recuerdo, prácticamente te veo. Era el día 11 de Septiembre de 1973 frente al congreso Nacional a las 9.20 de esa negra mañana. Estabamos del mismo lado en la trinchera, sin saberlo... Yo fumaba esperaba un compañero. Tu tenías en las manos, simplemente, tu vianda de obrero camino al trabajo. Nos miramos. Los ojos húmedos, cómplices, pálidos, incrédulos... Las balas y aviones nos herían los oídos los tanques nos cerraban los ojos. Nos mataban y estabamos vivos! Tengo tan claro tu recuerdo, me dijiste: Que hago compañera? voy a la fabrica? vou al barrio? Tus ojos simples, modestos húmedos, rabiosos, interrogantes me miraban...

Esperaba loca de impaciencia a tu lado, No llegaba el compañero! La fábrica?, el barrio? Las armas donde están? La gente corría, los minutos pasaban y dos compañeros que yo conocía contra la corriente venían a la lucha, a la muerte, sin saberlo... con sus armas escondidas. Con dos palabras rápidas, furtivas, cerrando puños rabiosos nos dijimos adiós... Tu conmigo. Tu a mi lado, Yo te dije a la fabrica, o al barrio? Tengo un blanco en la memoria olvidé la respuesta que te de alvidé los nombres de mis dos compañeros El llegaba! caminaste conmigo fuimos a encontrarlo Después de decirnos adios con los puños escondidos, nosotros dos y tú tomamos corriendo diferentes caminos. No importa si era la fábrica o el barrio, clandestinidad, resistencia, algo...

Tu recuerdo es tan claro, te veo. Nos han exilado a los tres de nuestros derechos! Aquella pregunta tuya, directa, me demuestra que en segundos solamente tu alma de obrero, trabajador del pueblo no necesitó un carnet para leer en mi rostro que estabamos en la misma trinchera Que estaremos siempre! Te veo... te veo, donde estás ahora compañero? tu fábrica y tu barrio? donde moriste? como escapaste de ellos, los asesinos aéreos! Y si vives... trabajas?, Que pregunta! con tu conciencia deben haberte quitado el derecho a comer cuantos hijos?, compañera? Tus ojos indios, tristes, Como olvidarlos! Estan tan dentro como el ruido de las balas de ese día. Como olvidar tus manos de obrero y tu vianda! Como olvidarlas sin armas... Olvidarte? Nunca compañero!

CRITICA A PUBLICAÇÕES



sobre a revista
« conjuntura brasileira »

« LIBERDADES DEMOCRATICAS »: TRAMPOLIM OU ENTRAVE ?

Z. Arto

O objetivo desta seção é polemizar com as outras publicações brasileiras (do exterior sobretudo), buscando a discussão de temas políticos de atualidade cuja importância permita uma "divisão de águas" clara entre as posições confrontadas.

Desta vez, objetivando "abordar" a revista "Conjuntura Brasileira", se coloca um problema. Esta revista não publica propriamente artigos imediatamente sobre este ou aquele tema ou acontecimento. Ela reproduz simplesmente a imprensa brasileira em geral, se posicionando em termos de conjunto nos seus editoriais.

Assim, apesar de nos interessarmos pela discussão desta ou daquela questão mais pontual que aparecem de forma mais ou menos sumária nos editoriais optamos por discutir uma questão geral: a palavra de ordem "Liberdades Democráticas", qual seu papel e a sua evolução para "Conjuntura Brasileira"?

Serviram de referência para a redação deste artigo os editoriais do "CB" que esclarecem sua intervenção nos "momentos-chaves" da vida política brasileira nos últimos 2 anos: o nº 13 sobre as eleições de 76; os nºs 17 e 18 sobre as manifestações estudantis do ano passado e que abrem um debate com os chamados "doutrinistas"; o 19 sobre a questão da Constituinte que "dividiu águas" na luta política no 2º semestre do ano passado e no começo deste ano; o de nº 20 sobre as reformas partidárias de Geisel e a sucessão presidencial; o 21 sobre as eleições deste ano e a Frente Eleitoral Popular e finalmente o 22 sobre as greves operárias do ABC em maio/junho deste ano.

Uma primeira característica de conjunto que salta aos olhos nestes editoriais é que, na afirmação da sua personalidade política, o "CB" demonstra ter uma preocupação demasiado importante em se desmarcar das posições que estariam politicamente a sua direita (principalmente do PC, pelo peso que este dá a oposição liberal-burguesa à ditadura militar) e à esquerda, cri-

ticando os setores da ER (esquerda revolucionária) que "supõem estarem maduras as condições para um confronto direto com a ditadura" ou que "por purismo obreirista não assumem a luta política contra a DM".

Para nós uma e outra preocupação são justas. No entanto, na medida em que em política são os resultados práticos e não as declarações que contam, duas questões se colocam: 1º) seria o eixo político de intervenção defendido pelo "CB" claro o suficiente, para evitar a confusão com as posições que estão "a sua direita" ou "a sua esquerda"? 2º) Qual o significado político de sua "luta pela conquista de reais (?) liberdades democráticas?"

Essas duas questões na verdade não podem ser separadas pois é respondendo à segunda que encontraremos os elementos de resposta para a primeira.

UM ERRO DE FUNDO

E no editorial do nº 13, sobre as eleições de 76, que encontramos o mais claramente apresentados os elementos de fundo que permitem resolver as questões antes mencionadas.

Neste texto os companheiros do "CB" definem com muita clareza o que eles entendem (ou entendiam) por "movimento democrático e popular em oposição a DM", e quais as perspectivas que julgam se abrir para os revolucionários a partir do desenvolvimento deste movimento.

Os pontos que discutiremos caracterizavam portanto, a linha política do "CB", determinando suas possibilidades, suas deformações e seus limites. Mesmo hoje, quando as preocupações dos animadores da revista parecem ter evoluído para a esquerda, tais questões ainda se apresentam como um entrave para um amadurecimento revolucionário de suas posições. Daí o papel de destaque que é dado a discussão deste editorial.

São quatro os elementos que, articulados entre si, caracterizam no "CB" 13 a conjuntura e definiam as tarefas para o momento:

1º) Para o bloco formado pela coalisão do capital financeiro internacional, da grande burguesia brasileira e da burocracia de Estado por um lado e pela oposição liberal moderada por outro, interessava o projeto de reformas e de institucionalização de Geisel, que é assumido por estes setores.

2º) Tal projeto não teria no entanto sucesso pois não seria capaz de barrar o caminho ao desenvolvimento do "movimento democrático e popular" visto que suas lutas vêm convergindo "no sentido da conformação de um programa democrático (que se opõem frontalmente a DM" (pag. 5).

3º) E dentro deste quadro (e a partir da sua própria lógica demo-

crática, supomos) que deveriam intervir os oposicionistas democráticos e populares e os revolucionários para, desenvolvendo e fortalecendo o movimento, "criar a força revolucionária (?) capaz de levar a frente uma ampla luta pela derrubada da ditadura e pelo socialismo".

4) Isto porque (e aí está a peça que permite a coerência do conjunto) "o descontentamento social geral tende a aumentar e não pode ser resolvido pela ditadura mesmo que uma nova hegemonia venha a se impor dentro das classes dominantes!" (pag. 5/A).

A primeira questão é que a divisão da sociedade brasileira em classes é apresentada de maneira bastante "esquemática". Um "esquematismo" que aliás não nos é, na sua essência, completamente estranho: de um lado uma coalisão homogênea que "assume" os projetos de reforma da DM e do outro um "movimento democrático e popular" que, por sua própria dinâmica, "se opõem frontalmente à ditadura".

Caberia aqui perguntar a qual destes blocos pertenceria o senador Magalhães Pinto, nas suas andanças dentro e fora da Frente Nacional Pela Redemocratização? Ou se hoje o grupo Médici se situa, haja visto seu apoio a esta frente, no "bloco democrático"? Ou ainda se a política de Carter (que representa "quando mêmê" o capital financeiro internacional) se situa claramente no bloco da ditadura, quando este promove encontros com setores oposicionistas tais como Severo Gomes, Magalhães e mesmo Euler Bentes? Ou se Carter prefere se articular sobre mais de uma alternativa para a saída da atual crise? Enfim, milhões de pequenas perguntas cujas respostas seriam no mínimo incômodas se se mantem essa análise bipolar da realidade política brasileira.

Entretanto, não é esse o aspecto da questão que trataremos agora.

Por outro lado, e esta é a questão que nos interessa, o "movimento democrático é tratado como uma abstração e apresentado, ele também, como um bloco homogêneo. A questão da hegemonia que existe em seu seio, dá possibilidade para os "democratas e populares" e para os revolucionários de disputarem a direção dentro dele a partir de suas palavras de ordem centrais, as formas de luta desenvolvidas por ele e enfim a sua base ideológica, não aparecem em momento nenhum. A perspectiva para os revolucionários é desenvolver o "movimento democrático", trazendo-o para a esquerda a partir de dentro.

Nisto o "CB" se identificava com qualquer um dos setores democratistas. E como qualquer um destes setores não poderá levar à frente este projeto de maneira tão consequente quanto o PC e outros reformistas, pois que não assume a promoção de uma aliança com os setores liberais burgueses "nacionalistas" e não está disposto a abandonar radicalmente a agitação do objetivo estratégico do proletariado, a nível da sua propaganda.

Aqui a posição do "CB" se "confunde" com a posição dos democratistas. Por isso essa necessidade que tem de "se diferenciar", estigmatizando-os por serem democratistas consequentes.

Em seguida, depois desta noção de "povo-movimento-democrático-confronto frontal-com-a-ditadura" (e para dar caráter de classe a ela), aparece uma noção tão conhecida de todos e que, na verdade, ainda que imprecisa serviu para a esquerda revolucionária se liberar do reformismo definindo a etapa da revolução brasileira como socialista (1). Aparece a noção de mesmo que uma nova hegemonia venha a se impor a nível das classes dominantes, não pode resolver o descontentamento crescente da sociedade e que não poderão abandonar a DM como sua forma de dominação. Ou, dito de uma forma que nos é mais familiar (ver o PSpB) que a a DM é a forma mais acaba-

da da dominação da burguesia no Brasil.

Daí o caráter tendencialmente (e porque não espontaneamente?) socialista do movimento democrático e popular hoje. Seu aprofundamento e posterior transbordamento vai desdobrar no socialismo, ou, se preferirmos chamar assim, "na criação da força social capaz de levar a frente a luta pela derrubada da ditadura e pelo socialismo". O socialismo ou a luta direta pelo poder dos trabalhadores é vista como única alternativa possível à DM, assim a DM é vista como única alternativa viável de poder para a burguesia.

Já aqui o "CB" se aproxima e se confunde com os que ele mesmo denomina "os puristas obreiristas" e daí a necessidade que tem de se diferenciar, estigmatizando-os por serem obreiristas consequentes.

NEM UM NEM OUTRO, NEM TÃO POUCO UM TERCEIRO

O que se poderia dizer do editorial nº 13 é que o "CB" não é nem purista consequente, nem reformista. Mas nem por isso consegue tão pouco se definir por um terceiro caminho.

Não consegue definir e defender com clareza um eixo político para intervir na luta política no Brasil tal como ela se apresenta, sem relegar ao plano da propaganda o objetivo estratégico do proletariado; não toma em consideração que a tática não pode ser desligada do seu objetivo que é a revolução socialista e portanto a ditadura do proletariado e nem a classe operária é hoje o ponto fraco da correlação de forças no Brasil não intervindo no cenário político senão que de maneira marginal.

Tais considerações implicariam em reconhecer que, para consolidar um programa que cristalizasse a falência do regime burguês no país (como quer o projeto do conjuntura - ver pag. 5/A), é preciso que exista uma força social revolucionária que seja capaz de defendê-lo contra as investidas da burguesia; se caracterizem estas pela força, pura e simplesmente ou pela articulação de uma solução de continuidade que assegure uma transição da atual forma militar para uma forma parlamentar musculosa, sem liberdades para a classe operária, apoiada numa nova aliança partidária da burguesia brasileira, como parece ser o caso hoje.

Que sejam nobres os projetos, disso não duvidamos. O problema é saber que hoje no Brasil a classe operária e os trabalhadores em geral precisam passar por uma fase de acumulação de forças onde se consolidem suas estruturas orgânicas sindicais e políticas e uma consciência independente de classe.

Isso, hoje mais do que nunca, não quer absolutamente dizer que os trabalhadores desenvolverão sua organização e consciência dentro das fábricas isolados das lutas políticas mais gerais pela obtenção de liberdades democráticas burguesas/liberdades teoricamente específicas à fase da história que corresponde ao poder político da classe burguesa) como o fim do AI-5, a liberdade de organização e manifestação etc.

Isto quer simplesmente dizer (o populismo e o golpe de 64 nos ensinaram) que a classe operária e os trabalhadores são a única força política que poderá política e/ou militarmente, defender a liberdade de organização e manifestação para a classe operária e para os trabalhadores em geral. São a única classe cujo interesse histórico e atual corresponde a isso, à diferença do que se passou no desenvolvimento capitalista "clássico" por que passaram os países de economia central.

Isto significa que, desde hoje, é preciso desenvolver a partir da luta política concreta nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos e a nível de outras áreas mais amplas, a independência

a política, orgânica e ideológica da classe operária. Que é preciso disputar, deste ponto de vista, a direção do "movimento democrático e popular em oposição ao DM".

Ao defender o voto-programa-democrático, ao ser contra a convocação da Assembléia Constituinte e ainda ao se posicionar pela Frente Eleitoral Popular, o "CB" se fundamenta numa visão transbordamento pela esquerda do "processo democrático" que seria em tese correta, visto que a direção liberal-burguesa não poderá e não se interessará levar esta luta até suas últimas consequências (do ponto de vista da democracia burguesa clássica).

Mas, ao enquadrar nesta perspectiva a política de acumulação de forças do proletariado e dos trabalhadores (ver editorial nº 19: O caminho para a acumulação de forças é a conquista real de liberdades democráticas), o "Conjuntura" comete um erro que tem como consequência correr o risco de reforçar os desvios oportunistas da política reformista que relega o programa estratégico do proletariado à propaganda-entre-a-vanguarda. Tal concepção busca talvez a não "se isolar". Para tanto, não denuncia o oportunismo da oposição liberal e democrata e dilui a independência necessária para a classe. Ela não tem como eixo central o fortalecimento das classes trabalhadoras a partir dos seus locais de trabalho e moradia tomando-as como base para qualquer intervenção no conjunto da sociedade. Enfim, não visa claramente a organizar a classe operária a partir de suas manifestações, para que ela intervenha diretamente na luta política, segundo seus interesses de classe.

OS ASPECTOS POSITIVOS

Como dissemos o "CB" não é nem purista consequente (obreirista), nem democratista consequente (reformista). Tais características, aliadas à preocupação e rigor com que os companheiros observam o amadurecimento da mobilização e organização das estruturas populares de base do "movimento democrático e popular em oposição a DM" (como o chamam os companheiros), permitem o desenvolvimento da sensibilidade do "CB" em relação ao fortalecimento deste movimento a partir de uma base classista.

Já no editorial do nº 20, discutindo os planos de reformas de Geisel, o "Conjuntura" começa assumir mais claramente a luta política e ideológica dentro do movimento operário e do movimento de massas, a partir do ponto de vista da "luta política da classe operária e das massas" (pag. 5).

É certo que a posição aí ainda está vaga. Na verdade é ainda a partir de uma crítica às posições reformistas que ela é defendida; ainda aqui a posição é tomada... apenas de forma negativa: aquilo que não devemos fazer e não aquilo que devemos fazer. E o todo ainda está sob a égide da "conquista de reais liberdades democráticas".

No entanto, pela primeira vez isto é assumido formalmente, devido a "ampliação da participação popular... em especial da classe operária e pelo surgimento de novas formas de luta" (pag. 3). E, como veremos, isto não será sem consequências.

No nº 22, que comenta as greves operárias no ABC este ano, remarcamos, por assim dizer, uma quebra, um salto de qualidade.

Comentando que a atuação da classe operária passa a ser determinante na precipitação da crise da ditadura (e aqui remarcamos que o eixo político dessas greves era reivindicatório e que a sua base política e organizatória eram as fábricas), o "CB" observa que, apesar dos progressos do movimento, "ainda não tem forma orgânica um projeto político que articule o conjunto do movimento popular". E que isso não impede que

as "tendências comprometidas com o movimento popular" intervenham "pela defesa das reivindicações populares, pela garantia da sua autonomia de ação e pela construção de sua organização política independente".

Desta vez a questão é levantada de maneira positiva! Está dito, sem entremeios, que "é nesta perspectiva (defesa das reivindicações populares, autonomia e independência política e orgânica) que devemos enfrentar a discussão dos projetos... liberais e dissidentes...".

Neste editorial se faz notar uma radicalização classista das palavras de ordem políticas para o movimento, coisa que não se notava antes. Por exemplo se fala em anistia ampla e irrestrita, mas, desta vez, com desmantelamento do aparelho repressivo, julgamento e punição dos torturadores e estímulo à vigilância popular contra os abusos e violências policiais. Ou seja, se busca dar um caráter de classe à palavra de ordem.

Neste editorial a defesa das "liberdades democráticas" não aparece como bandeira de luta, com o caráter de uma palavra de ordem política. Melhor ainda - e aí está uma curiosidade digna de ser refletida - não se fala mais na "conquista real de liberdades democráticas". Ao contrário, especifica-se de que liberdades se trata. Defende-se "a conquista real de liberdade (qual?) de organização e de expressão (para quem?) para todos os explorados e oprimidos".

DUAS PERGUNTAS

É nítido que o amadurecimento das posições dos companheiros no sentido de uma visão classista da mobilização e da organização da classe operária e dos trabalhadores, se verifica em detrimento do emprego da palavra de ordem de "luta por liberdades democráticas".

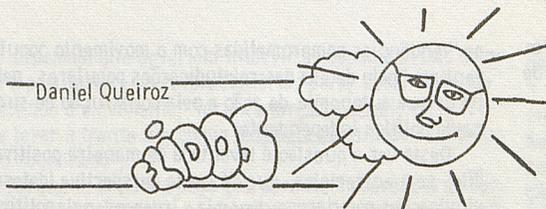
É claro também que os companheiros poderão nos dizer que antes a classe não estava presente e era necessário abrir certas brechas etc.

Mas gostaríamos de colocar para os companheiros do "Conjuntura", duas perguntas: 1) Onde estava presente a classe operária antes da sua entrada na cena política brasileira? 2) Qual o papel que deve desempenhar uma vanguarda revolucionária em relação a classe operária, quando esta está desarticulada, organizando sob a mais terrível repressão as suas pequenas lutas de resistência?



CONJUNTURA BRASILEIRA E BRASIL SOCIALISTA DEBATE CADERNOS DE CAMPANHAC

LEIA A IMPRENSA DO EXTERIOR



Flidos disse que o dia estava bom e que as tempestades se acalmariam e que o sol voltaria a brilhar no azul anil dos nossos céus e que a retórica tempestiva seria menos usada e que a água correria calma apesar dos ocasionais remoinhos e que os jornais sairiam semana sim semana não e que assim sendo feito a estabilidade revolta do ar permitiria a instalação de grandes postos de escuta nas várias quebradas dessa vida afora e que os cafés tomados em manhãs geladas seriam repartidos, partilhados como os pães e os peixes, saboreado nas manhãs geladas com o devido respeito e que o Papaalaria às multidões agarrado no mastro da cúpula da Basílica Di San Pietro in Roma e depois crucificado de ponta-cabeça no alto da Tour Eiffel para deleite da chusma numa tarde ensolarada e que uma pomba lhe arrancaria os testículos com aparente repugnância e, com esta já evidenciada aos olhos de todos, após um breve momento de excitação, se encaminharia em direção a todos os montes desse planeta onde todos os nossos colegas Noé esperariam com ansiedade a chegada de notícias sobre o dilúcio o qual, além de ser universal já estaria ameaçando ser por século seculorum e que os sorrisos dentifrício seriam terminantemente proibidos e que os pintores não venderiam mais seus quadros e que os poetas não escreveriam mais poesia pois esta seria considerada da Vox Populi e que vários países a adotariam como língua oficial e que os músicos, violeiros e violinistas e trombetistas e tocadores de campanhas de porta se reuniriam todas as noites na praça principal para tocar durante horas a mesma nota até o amanhecer para dar bom dia às nuvens forasteiras e cantar ao barulho das máquinas e assim noite a noite acrescentando a cada reunião uma nova nota à canção e que dessa maneira aumentaria o tráfego de nuvens-viajantes atraídas pela fama dos amanheceres mais longos do mundo, onde o sol se demoraria preguiçoso no horizonte pra escutar a nova nota e as bocas que se reverteriam para dar alento às vozes que esperariam pensando que talvez a andorinha não seja tão bonita porque anuncia a chuva e que o vento levaria o peso dos anos em direção ao sol e que seria permitido adivinhar a cor dos olhos do vizinho da frente após horas de cálculos genéticos e que números seriam ordenados de acordo com o gosto pessoal de cada um e que seriam permitidos os sapatos de cristal e os chapéus napoleônicos e que a televisão transmitiria somente leituras da "Crítica da Razão Pura" na língua original e entrevistas a senhoras gordas no parque e a senhoritas secas na avenida e que o fundo do oceano seria aberto ao público todos os dias até o por-do-sol, inclusive sábados, domingos e feriados e finados, e que na porta ficaria uma baleia-azul neurastênica que repetiria cada três minutos e 27 segundos ai meu deus turistas de novo e que os elefantes cor-de-rosa seriam distribuídos como exemplo numa demonstração de boa vontade e que as cordas seriam bem amarradas aos jequitibas pra que esses não voassem em busca de ninhos de João-de-Barro para seus galhos e que os magos tirariam, em pública exibição de suas cartolas, chapéus-coco e destes, cartolas, e assim por diante até que todas as cabeças pudessem cobrir-

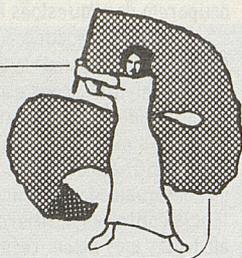
se em sinal de respeito à lua nova e que as saúvas morreriam por falta de saúde e que as danças em praça pública seriam animadas por trios elétricos em miniatura que todos pudessem participar da coreografia final e que, se fosse para felicidade geral da nação, Zorro poderia dizer ao povo que fica e fazer zês na porta de todos os banheiros e que as noivas continuariam casando-se de branco por uma questão de higiene e que as cartas não escritas seriam usadas para construir castelos e as não recebidas para pontes e que ambos desmoronariam quando por onde eu moro o tempo passasse sem vapor e que as estruturas não existiriam mais e portanto ninguém mais poderia entrar e sair delas a seu bel-prazer e que a razão não seria pura e muito menos criticada e que os chipanzés poriam as esferas ex-feras, cubos e cones e os triângulos e as mãos no lugar certo com ajuda dos computadores, os quais não computariam mais em sinal de protesto contra o abandono das máquinas de costura que teriam sido deixadas de lado por serem completamente inúteis mas que de todo jeito poderiam ainda ser usadas para construir velas de jangadas que sairiam de manhã cedinho se perderiam no horizonte longinquo longinquo e, como toda jangada que se preze não voltariam ao anoitecer e deixariam, cada uma, uma mulher esperando parada pregada na pedra do porto com seu único velho vestido cada dia mais curto e que todos os telefones seriam vermelhos e que os aparelhos de rádio captariam as ondas do mar e as distribuiriam aos habitantes do interior e que as tribos africanas continuariam batucando de noite em torno às fogueiras e de dia em torno às cinzas e que Adão continuaria sendo tão venerado quanto o ovo de Colombo, o qual seguiria pondo-se em pé, como é de todos conhecido e que além do mais dançaria uma valsa e uma umbigada ao som do mar e à luz do céu profundo e que os gatos continuariam fazendo desesforçados esforços pra capturar o próprio rabo e que algumas vezes conseguiriam e outras não e que todas as vezes que conseguissem teriam uma indigestão rabal diretamente proporcional à quantidade e à qualidade do apêndice ingerido e que os corredores silenciosos seguiriam sendo percorridos correndo, que os pais correriam ainda atrás das suas filhas por pura força de hábito, que o hábito faria mais monges que nunca, que as pedras rolariam com mais velocidade da que já foi alcançada atualmente e que os automóveis seguiriam atropelando tanta gente como sempre mas que em compensação levariam sempre ligado um rádio octofônico a todo volume e que os sapatos começariam a ser encontrados na geladeira e que o toureiro entraria na arena pra enfrentar-se com 37 touros e 6 bodes e que a rainha da Inglaterra seria todos os dias sodomizada em público pelo Duque de Windsor vestido de Imperador chinês da Dinastia Tang e que o balão cairia na rua do sabão e ninguém teria medo de apanhar por isso e que as esquisas seriam dobradas automaticamente, com apenas o apertar de um botãozinho verde e que se achariam mais e mais relíquias históricas no interior dos muros e na escavações do metrô e que os discos voadores desceriam sobre as nossas cabeças e que nós nem perceberíamos o erro de cálculo, e que o Hans Staden viria ao futuro só pra se fazer comer pelos Tupinambás e assim corrigir a história com justiça para os antropófagos e que mesmo assim ele, Flidos, continua achando que não haveria nada de novo baixo o sol.

O que é - penso eu - absolutamente incorreto.

New York, 19/7/75

IN OMAGGIO AL PAESE DEI BALOCCHI MECCANICI

MULHERES



FEMINISMO E POLÍTICA: NOTAS PARA UM DEBATE elizabeth garcia

O editorial de Brasil Mulher nº 10, ao fazer um balanço dos 3 anos do jornal, permite repensar seus objetivos iniciais e sua evolução.

A oportunidade é justamente favorável para enfrentar as questões básicas em torno das quais têm girado as discussões dentro e fora do Círculo de mulheres brasileiras em Paris: o sentido do feminismo no Brasil, sua relação com as lutas políticas mais gerais.

Com o perdão da palavra, sejam-nos permitidas algumas observações "metodológicas". Em primeiro lugar, nossa reflexão parte da nossa condição de mulheres brasileiras. A limitação decorrente da nossa origem de classe - quase todas de pequena-burguesia - não nos é particular. Os núcleos mais antigos, mais avançados e engajados do movimento feminista italiano, por exemplo, também são de extração pequeno-burguesa, o que não impediu o enraizamento social do movimento mais além da pequena burguesia intelectualizada. Rejeitamos pois todo "sociologismo vulgar" que tente transformar em "pecado original" nossa origem de classe, como se esta fosse por si só um obstáculo definitivo para uma prática que vá mais além de nossa condição, às vezes privilegiada, e se some às lutas das mulheres proletárias por uma sociedade mais justa.

A segunda observação é de que assumimos a particularidade da nossa experiência de "exterior". Independente das contingências individuais, é certo e evidente que beneficiamos da oportunidade de repensar nossa condição à luz da experiência das lutas das mulheres na França ou na Itália. Trata-se para nós de integrar esta experiência, não

de forma artificial - para "dar receitas", mas tentando utilizar da forma crítica os elementos que nos permitam pensar e atuar enquanto mulheres brasileiras, dentro de uma situação social e política diferente da européia e com outras implicações.

Enfrentemos pois as questões propostas por BM:

1 - O editorial definiu os objetivos iniciais de BM: "propagandar as lutas por liberdades democráticas e por anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados e banidos políticos, para o setor feminino da população..." O objetivo é definido em função da constatação de um grupo de mulheres: "...Conscientes de que as mulheres representam o setor politicamente menos ativo da sociedade, tentavam com esta iniciativa mobilizá-las para as lutas..."

Que as mulheres se constituem no setor politicamente menos ativo da sociedade brasileira, estamos de acordo. Pergunta-se por que esta inatividade política, que às vezes se transforma em atividade conservadora.

Em primeiro lugar, a despolitização da mulher é decorrência da sua função principal na sociedade capitalista - assegurar a unidade da estrutura familiar, logo básica - mente a função doméstica de reproduzir (procriar, alimentar). O capitalismo, quando se faz necessário aumentar a oferta de mão de obra, joga a mulher no mercado de trabalho, sem no entanto liberá-la de sua função principal, doméstica. Mais ainda, enquanto mão de obra, a mulher tem sua força de trabalho desvalorizada em relação à força de trabalho masculina (para um mesmo trabalho, o salário feminino é sempre inferior - o recente congresso das metalúrgicas denunciou isto) ou é relegada a funções subvalorizadas. Assim, mesmo quando trabalha, a mulher é quase sempre elemento subordinado na estrutura familiar, seu salário é considerado salário de apoio e sua força de trabalho subvalorizada, fenômeno que beneficia duplamente o sistema capitalista:

a - na medida em que permite a utilização de uma mão de obra ainda mais barata e reduz ainda mais o valor da força de trabalho:

b - na medida em que faz da força de trabalho feminina uma concorrente à força de trabalho masculina. Assim, nos períodos de crise, a luta pelo trabalho feminino é transformada em reivindicação "injusta", "anti-social" e tudo se faz para que a mulher volte ao seu reino doméstico, desinflando a pressão social e abstendo-se nas lutas dos trabalhadores.

Mais ainda, é justamente a marginalização da mulher com relação ao trabalho, o seu isolamento doméstico que estão na base da sua dependência econômica ("sustentada pelo marido") e de sua submissão ideológica frente à autoridade (a autoridade do marido, da sociedade na qual ela é objeto e que a julga).

A marginalização do sistema produtivo produz a marginalização social - efetivamente há uma "sociedade feminina" paralela, construída em torno dos valores tipicamente femininos: a dedicação materna, as prendas domésticas e beleza, valores completados pelo consumismo que a sociedade capitalista alimenta. A mulher além de objeto de enfeite se torna mercado privilegiado da produção do superfluo.

E porque a mulher permanece fora da atividade social produtiva ela é particularmente sensível ao espantallo da desestruturação da família, da coletivização, da destruição da propriedade - que romperiam com o seu espaço e sua razão de ser. Daí seu conservadorismo político, sua in-

genuidade política conscienciosamente desenvolvida através da educação feminina, da literatura feminina. Em função deste conservadorismo político, a mulher tem sido tradicionalmente mobilizada em torno dos valores domésticos (a Marcha com Deus pela Família e a propriedade em 64 no Brasil, a marcha das mulheres com as panelas vazias contra a fome no Chile ameaçado pelo socialismo em 72).

O que é mais grave é que historicamente a mobilização política das mulheres proposta pelos partidos de esquerda se tem feito através de consignas ambíguas: mobilizações das mães ("morreu um estudante, podia ser seu filho"), as mulheres contra a guerra civil (Chile 73 quando a direita preparava o golpe de estado), mulheres democráticas, mulheres contra a carestia. Não que necessariamente estas propostas sejam conservadoras, mas que se tornam conservadoras dentro de um quadro em que a mulher aparece como guardiã dos valores pacíficos e numa tática defensiva que serve para reforçar na mulher a rejeição a toda forma de violência. Nestes casos as mulheres são uma espécie de força de apoio nas lutas políticas, mas não são sujeitos políticos.

A justa preocupação de mobilizar politicamente a mulher tem que enfrentar também as raízes do seu conservadorismo político, da sua ingenuidade. Por isto é falso o etapismo de primeiro lutar contra a ditadura e por liberdades democráticas, depois vamos falar da situação concreta das mulheres brasileiras, quando é justamente esta situação que as faz surdas à realidade política, quando não cúmplices.

É em parte uma questão de fática. De onde partir?

Da situação concreta da mulher que ganha menos do que o homem, que é relegada à ignorância, que não trabalha ou que faz dupla jornada de trabalho, que é empregada doméstica ou que utiliza empregadas domésticas e assim libera a sociedade da obrigação de construir equipamentos coletivos e perpétua a divisão sexual das tarefas domésticas.

A luta contra a exploração capitalista e contra a reprodução do sistema também passa por aí.

2 - O segundo ponto a discutir concerne às questões feministas: igualdade jurídica e social, divórcio, contracepção, aborto. São questões que tocam e se referem às mulheres. Vistas de uma perspectiva política de transição elas significam igualdade de direitos, medicina social, direito ao trabalho. É claro, que podem ser despolitizadas ou vistas numa perspectiva reformista, como outras reivindicações. Não é porque concernem particularmente às mulheres, nem porque não aparecem espontaneamente como reivindicações das mulheres proletárias - em razão do próprio peso dos valores burgueses dominantes sobre as classes dominadas - que estas reivindicações são despolitizadas ou despolitizantes.

3 - Neste sentido, o privilegiamento das questões políticas gerais feito por BM quando definiu seus objetivos iniciais e que se reflete concretamente nos primeiros números do jornal se apoia numa falsa problemática:

a - não analisa as causas da despolitização das mulheres e portanto não enfrenta estas causas;

b - é cúmplice de uma certa ideologia que tende a considerar de forma mais ou menos explícita, como tarefa própria das mulheres as campanhas democráticas e portanto limita previamente a atividade política das mulheres, da mesma forma que a ideologia burguesa recupera as lutas das mulheres tratando de integrá-las na política para se

ocuparem das "questões femininas".

4 - Nossa preocupação é não a de principalizar as lutas feministas na sociedade brasileira, mas de integrá-las enquanto reivindicações específicas levantadas pelas mulheres inseridas na luta contra a ditadura militar opressora e contra a exploração capitalista.

A denúncia da desvalorização do trabalho feminino, das desigualdades jurídicas e sociais, da opressão e da violência contra as mulheres, não são questões feministas abstratas mas dizem respeito à condição das mulheres na sociedade capitalista. Assim como a repressão a sexualidade feminina teve e tem como objetivo último preservar a dinastia familiar e suas implicações concretas: a transmissão da herança e da propriedade privada.

Recusamos uma prática mecanicista que consiste em subordinar a luta ideológica contra os valores da burguesia à transformação última e definitiva das bases materiais da sociedade burguesa. As ideologias sobrevivem e desempenham papel conservador no interior de uma sociedade - os aspectos ideológicos da opressão feminina (a mulher objeto sexual, a mulher apolítica, a mulher resignada) servem para perpetuar e reproduzir as relações sociais da sociedade capitalista burguesa. O apolitismo das mulheres, particularmente, é uma arma contra a mulher proletária porque neutraliza o seu potencial revolucionário.

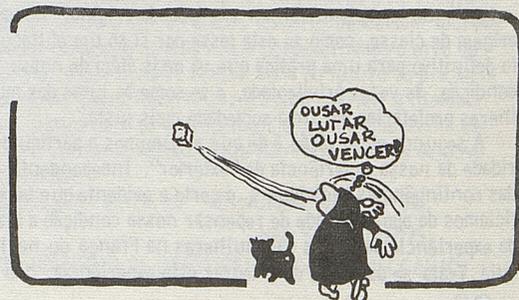
5 - Finalmente o editorial de BM aponta para uma nova perspectiva: ... "E neste processo começa a conscientizar-se de que a mulher, além da participação nas lutas mais gerais, deveria organizar-se para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira. Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos..."

A preocupação é fundamental. Se o feminismo revolucionário não chegou ao Brasil, o feminismo burguês já está instalado - sinônimo de modismo, de oportunismo, de êxito profissional e social de poucas privilegiadas. Mais, a explosividade do problema da mulher já desencadeou uma contra-ofensiva preventiva e recuperadora: a farsa da CPI sobre a mulher, a farsa da prevenção à gravidez de alto risco.

O regime capitalista burguês brasileiro compreendeu que as reivindicações feministas devem ser neutralizadas pelo conjunto da sociedade, porque concernem em última instância a totalidade do sistema.

Cabe às mulheres feministas e revolucionárias assunir e estender sua luta na perspectiva de que não há socialismo sem liberação da mulher e de que não há liberação da mulher sem socialismo.

Paris, março 1978



DOSSIER ELEICOES:
A POSICAO DOS ESTUDANTES
DA IMPRENSA CLANDESTINA
DA DIOCESE DE GOIAS
DE ALGUNS CANDIDATOS
DO "EM TEMPO"

A POSIÇÃO DAS TENDENCIAS ESTUDANTIS

refazendo

"Essas eleições já não enganam ninguém, nem mesmo mereceriam este nome, pois o governo que as convoca proíbe a livre organização partidária, tendo para tanto criado dois partidos que nunca representaram os interesses da maioria, impedindo assim a livre organização e expressão das várias correntes políticas, que o contestam, e cerceia a liberdade de expressão, de acesso aos meios de comunicação (Lei Falcão).

Assim, são uma farsa enquanto eleições, mas representam um momento político muito importante, no qual as forças que hoje lutam consequentemente pelo fim da ditadura militar devem interferir para fortalecer esta luta.

Há a necessidade de se ter um voto de qualidade e não mais um simples voto no partido de oposição e se abre dentro do MDB um espaço para a colocação de programas políticos que se coloquem na perspectiva radical de fim do regime militar.

Achamos que o momento das eleições parlamentares deve ser um momento de agitação política, propagandeamento de programas consequentes, buscando com isso abrir amplamente a discussão política dentro da sociedade; e colocar a perspectiva de organização independente em entidades livres.

Ahamos também que a melhor forma de intervir nas eleições de 15 de novembro é levando a proposta de voto em programas que levantem bandeiras de luta, que combatam o regime militar; programas levados por candidatos que se comprometam com o Movimento Popular e sua organização independente. Portanto, achamos que, nestas próximas eleições,

impor uma derrota ao regime é eleger os candidatos que:

1) Assumam a seguinte plataforma de lutas: liberdade partidária; liberdade de organização e expressão; criação da UNE; anistia ampla geral e irrestrita; liberdade sindical.

2) Que coloquem seu mandato a serviço da organização independente do movimento popular; que façam a denúncia das limitações do parlamento e se comprometam a atuar com prioridade no movimento vivo;

3) Que tenham um histórico de presença e luta junto ao movimento popular.

A UEE-SP, através do seu Congresso, deve apoiar exclusivamente os candidatos que cumpram os requisitos acima enunciados, na perspectiva de fortalecimento do movimento popular, independente e da derrubada do regime militar".

caminhando

"As eleições mais uma vez vão se dar num clima bem pouco democrático: Lei Falcão, senadores bionitos, impugnação de candidatos mais combativos, com apenas dois partidos que não conseguem expressar, nem de longe, os interesses do povo brasileiro, etc.

Apesar de todas essas limitações, acreditamos que o processo eleitoral possa ser utilizado para levar, a amplos setores da população, o debate sobre seus problemas mais sentidos, contribuindo para elevar seu nível de compreensão da realidade, de organização e de interferência na vida política do país.

Acreditamos que a melhor forma de conseguir esses objetivos é, além de denunciar as limitações das eleições e reivindicar eleições livres e liberdade partidária, apoiar candidaturas que defendam programas claramente comprometidos com as lutas populares, e que trabalhem por sua organização efetiva. Ou seja, apoiar os candidatos:

1. que defendam o programa democrático que sintetiza o objetivo central de todos os setores oprimidos hoje, que é a conquista de liberdades, o fim do regime de opressão; liberdades democráticas; anistia ampla e irrestrita; fim de toda a legislação repressiva; convocação de uma Constituinte livre, democrática e soberana;

2. que lutem pela ampla melhoria das condições de vida do povo das cidades e do campo, defendendo o fim do arrocho salarial, luta contra a carestia, liberdade sindical, etc.

Todos candidatos que defendam este programa e se proponham a trabalhar, antes e depois das eleições, pelo avanço do movimento popular, devem ser apoiados pelos estudantes, principalmente aquelas candidaturas ligadas efetivamente às organizações populares de base, ligadas à luta nas fábricas, nos bairros, nas escolas, etc.

O processo eleitoral pode dar ainda mais uma contribuição importante para o fortalecimento do movimento popular: hoje os setores populares estão indo em frente em suas lutas e organizações, mas ainda de forma isolada, pulverizada por todos os recantos do país. Para que tenhamos uma interferência efetiva nas decisões políticas, é preciso que nos unifiquemos de modo a podermos agir unitariamente e de forma organizada em todos os momentos, atraindo

para o nosso lado um número cada vez maior de setores opositoristas. Por isso, acreditamos ser importante que os estudantes apóiem a formação de uma Frente Popular Eleitoral, que congregue todos os candidatos populares num trabalho conjunto de discussão das eleições e de divulgação de seus programas.

Caso esta iniciativa se concretize, poderá significar um passo decisivo para a atuação unificada e organizada das forças populares".

independentes

"Nesse processo de luta pela democracia no País, toma relevo a vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro. Sabemos que se trata de um partido criado de cima para baixo através da manobra do regime que eliminou todos os partidos e criou o bipartidarismo, em 1965, através do AI-2. Com a intervenção dos setores populares no processo eleitoral, o MDB paulatinamente, conseguiu aglutinar bandeiras democráticas. Nesse sentido, para as eleições de 15 de novembro, o MDB representa a opção mais correta, pois é mais uma das fórmulas que o povo tem de se organizar e isolar mais ainda esse regime autoritário. Mais correto, na medida em que os candidatos democráticos e vinculados aos setores populares assumam na prática a luta pela total liberdade de manifestação e expressão a todas as correntes políticas, pela liberdade de organização sindical, pela anistia ampla, geral e irrestrita, por melhores condições de vida e trabalho para toda a população, pela extinção de todo o aparato repressivo, pela convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana, precedida pelo fim de todos os atos de exceção.

Acreditamos que o voto nulo é uma proposta equivocada na medida de representar um fator de desmobilização, um não aproveitamento do espaço político proporcionado pelo momento eleitoral e uma subestimação do papel do parlamento na atual situação de luta democrática. Sabemos que o papel do parlamento é limitado, mas é uma das formas que o movimento democrático e popular deve saber utilizar em suas reivindicações e lutas concretas.

Assim, os estudantes devem participar de forma ativa, inclusive na discussão e elaboração das plataformas dos comitês eleitorais (etc...) em torno dos candidatos do MDB comprometidos com as propostas realmente consequentes e populares".

caaso

"Desenvolver a unidade popular em todas as frentes de trabalho derrotando com nossa força todas as iniciativas da ditadura é uma tarefa imediata. E hoje se trata de, nas próximas eleições, fazer o governo engulir uma fragorosa derrota juntamente com seu partido, a ARENA. Votando no MDB, e mais do que isso, nos candidatos populares que colocuem seu mandato a serviços das lutas do povo, em seus locais de trabalho moradia e estudo, estimulando suas iniciativas e fortalecendo suas organizações

independentes.

Que as eleições não conseguirão expressar a vontade popular está claro. Partidos políticos comprometidos com nossos interesses são proibidos. A lei Falcão está aí cercear ainda mais a restrita liberdade de discussão. A máquina eleitora é cheia de corrupção e viciada.

Que o parlamento que aí está só não conseguirá realizar as transformações que desejamos não precisa nem falar. Pois a realidade tem mostrado que a coisa só vai pra frente quando arregaçamos as mangas e nos bairros, fábricas, campos e escolas nos organizamos e lutamos por nossos interesses.

Mas que deixaremos de utilizar essa oportunidade para expressar nossa indignação à ditadura, e ao mesmo tempo colocar no parlamento candidatos populares que se coloquem como instrumento de mobilização popular - única consequente para se atingir o fim do regime - nunca. É miope politicamente quem fala em voto nulo Também estreita é a visão dos companheiros que restringem sua participação no parlamento a candidato mais consequentes ou mais socialistas, pois não entendem que nossa maior necessidade é a unidade dos setores populares pelo fim da ditadura, e nas eleições isso se realiza no apoio e no trabalho para a unidade dos candidatos populares, criando as bases objetivas para uma Frente Popular Eleitoral.

Não abrir espaço para a ditadura. Derrotá-la nas eleições, votando e trabalhando com os candidatos populares. Eis o caminho consequente que avança hoje para cimentar mais ainda a unidade do povo na luta organizada pelo fim da ditadura militar, na construção de um governo popular, com democracia para o povo e melhores dias para todos!"

resistencia

Não podem restar dúvidas acerca do papel do parlamento, como instrumento de dominação da burguesia assim como as suas ditaduras (formas abertas de dominação) os regimes parlamentares formas veladas de dominação podem ser utilizados pela burguesia, sempre que lhe for conveniente para sua manutenção no poder.

Neste momento se fortalece no interior da burguesia como forma de superação dos impasses da crise política do regime, seu projeto de institucionalização baseado em alianças partidárias, o MDB e a Arena não servem mais nem mesmo à ditadura. O parlamento tende a se fortalecer, deixando de ser mera instituição de fachada se tornando um palco de articulações e barganhas entre os representantes diretos dos vários setores burgueses.

Tendo claro estas características da conjuntura atual, bem como a certeza de que no parlamento nunca poderá legislar os mais profundos interesses dos trabalhadores e do povo oprimido entendemos que a utilização do espaço parlamentar como uma tribuna para agitar e propagandar os interesses das classes trabalhadoras é uma das formas que hoje pode construir para o fortalecimento do momento de oposição socialista à ditadura.

Neste sentido propomos que o congresso da UEE se posicione frente às eleições parlamentares:

Pela participação nas eleições e no espaço parlamentar apoiando candidatos que se submetam a um controle de base considerando o parlamento como frente secundária de luta, subordinada e a serviço da luta pela irrestrita liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos; e na

sua organização independente da luta contra a ditadura militar e suas reformas; na luta pela formação do partido dos trabalhadores, constituído no interior das lutas populares, portando um partido extra-parlamentar.

Pela denúncia intransigente das eleições livres e diretas" e da representação política sob o controle da burguesia; da farsa eleitoral do MDB, e do parlamento em geral enquanto instituição de dominação da burguesia, das reformas políticas, da Frente Nacional de Redemocratização, das alternativas "democráticas" da pequena burguesia que hoje só podem se materializar em projetos liberais de substituição da ditadura Militar e desviar o movimento operário e popular das lutas pela construção da sua democracia.

Que o candidato agite as concepções políticas da opção proletária que se volte para a resolução dos problemas atuais das classes trabalhadoras, que encaminhe a luta pelo fim da ditadura militar na perspectiva de um governo dos trabalhadores, do socialismo.

Nas situações em que não existem candidatos comprometidos com um programa do interesse dos trabalhadores, e com a colocação do seu mandato a serviço do movimento operário e popular e com a denúncia intransigente do parlamento burguês, do MDB, da farsa eleitoral, etc. propomos que se vote NULO.

novo rumo socialista

"É necessário delimitar o divisor de águas entre os democratas de todos os matizes e os verdadeiros democratas que são os trabalhadores e os socialistas. Nesse sentido, não daremos apoio aos candidatos democratas e populares, que são na verdade burgueses e pequenos burgueses radicalizados que muito pouco, ou nada tem a ver com os trabalhadores. E por outro lado, consideramos incorreta a proposta de votar nulo, na medida em que não se dá no concreto uma alternativa para a classe trabalhadora.

Nesse sentido propomos o voto em candidatos operários, ou seja, apoiaremos os candidatos operários militantes, e ativistas sindicais, que coloquem a questão da independência da classe, num programa classista, mesmo que não chegue ao socialismo, já que esta posição serve ao desenvolvimento do grau de consciência e de organização da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Assim, como também propomos o voto em candidatos socialistas na medida em que consideramos a alternativa correta para resolver a crise da sociedade que é a crise em nosso país objetivando a formação de uma grande corrente socialista de massas. Nesse sentido, daremos preferência aos candidatos que além de socialistas, se posicionarem claramente pela construção do PARTIDO SOCIALISTA de massas como alternativa de organização política independente da classe trabalhadora, mesmo que não faça parte do movimento que coloca hoje, clara e abertamente, a construção desse partido, a CONVERGÊNCIA SOCIALISTA.

Finalmente, nos locais onde não existem estes candidatos (operários e socialistas), consideramos que não existe alternativa e portanto, devemos votar nulo, colocando para os trabalhadores a opção de se organizarem independentemente, não de uma maneira abstrata, e sim de uma maneira concreta,

que se organizarem na CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, o único movimento que coloca a questão do socialismo na construção do PARTIDO SOCIALISTA."

liberdade e luta

Mais uma vez, como nos anos anteriores, os trabalhadores serão chamados a referendar nas urnas um regime que nem de longe é seu. Mais uma vez, os trabalhadores serão levados a compor um congresso fantoche que convive com as eleições indiretas, com o senador biónico, com a inexistência de liberdade sindical e partidária.

Porém, o momento destas eleições é bastante diferente dos anos anteriores. Hoje, mais do que nunca, é indispensável que os trabalhadores se posicionem claramente contra a farsa eleitoral que lhes foi imposta durante anos. Nem Arena, nem MDB, partidos criados artificialmente para sustentar o regime que aí está, são instrumentos da classe no seu combate, por maior que seja a crise interna desses partidos, por mais radicalizadas que sejam as declarações dos seus líderes, por mais "oposicionistas" que os "radicais", "autênticos" ou "de vanguarda" possam se intitular.

Impressionados pelo palavreiro dos liberais, procurando a todo custo "abreviar" o caminho que os trabalhadores criam rumo à sua independência, voltando as costas à classe operária quando tentam falar em seu nome, todos os intelectuais, "políticos", ilustres burgueses, oportunistas de todo o tipo correm a chamar a todos para a "unidade contra a ditadura militar" votando no partido que foi o seu suporte à esquerda durante todos esses anos. Para eles, não importa que o MDB seja uma farsa; que estas eleições sejam mais um engano para os trabalhadores ou que dentro do MDB estejam os mais eméritos defensores da classe dominante. Apesar de tudo isso, são todos unânimes em qualificar o MDB como "mais uma fórmula" de desgaste ao regime. Afinal, dentro dele se escondem candidatos "socialistas", "populares", "democráticos" e "progressistas" que acabariam por ter o dom de transformar o MDB em algo qualitativamente diferente: um partido dos trabalhadores. Todos acabam escondendo que os candidatos, antes de ser "populares" ou "socialistas", são do MDB.

Não existe melhor forma de desviar o movimento da classe do seu próprio caminho. Nada melhor do que transferir para terceiros as tarefas que somente a direção nascida do combate da classe pode cumprir. É isso que fazem objetivamente, tenham consciência ou não, todos aqueles que se alistam na campanha eleitoral do MDB.

Uma coisa é a classe operária participar, inclusive de um parlamento ou de uma constituinte, com um partido próprio nascido do seu movimento. Outra bem diferente é delegar a representantes inscritos num partido da ditadura militar o poder de representá-la, dentro de todos os quadros do regime vigente. A alternativa a mais esta barreira ao proletariado brasileiro só pode ser uma: **Abaixo a Dita-**

dura; Liberdade Sindical e Partidária; Pelo Partido Operário; Pela Constituinte Democrática e Soberana - a síntese das reivindicações que apontam para a real solução dos problemas da classe operária e de todas as massas exploradas da cidade e do campo.

Sintomaticamente, aqueles que neste momento se colocam na defesa intransigente deste ou daquele candidato do MDB, são os mesmos que relegaram para segundo plano a luta pela Constituinte assim que o MDB a esqueceu. Da mesma maneira, é revelador perceber que mesmo aqueles que ainda falam da necessidade da Constituinte começam a deixar de lado a exigência da sua soberania, tergiversando sobre todo e qualquer tipo de governo que conviva com ela, falando de fórmulas vazias como governo popular, dos trabalhadores, de transição etc.

Estas eleições marcarão um divisor de águas entre aqueles que se situam na defesa incondicional do movimento independente dos trabalhadores e os que desavisadamente correm atrás das propostas mágicas acenadas pelos democratas de última hora.

Por isso, propomos que o 2º Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo aprove moções, em nome dos estudantes do estado **PELO VOTO NULO, PELA LIBERDADE PARTIDÁRIA, PELO FIM DA DITADURA MILITAR E PELA CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA**. É essa a única forma efetiva de consolidar a aliança do estudantado ao movimento independente da classe operária e de todos os demais trabalhadores."

viramundo

"O que é o Congresso hoje? Em verdade, é um parlamento vazio de poder, inteiramente submetido às decisões do Executivo, sem autonomia. O Congresso já foi colocado várias vezes em recesso, quando não dançou conforme a música do Planalto, como se deu em abril de 77 (Reforma do Judiciário e os famosos "Pacotes"). Parlamentares são cassados sempre que assumem posições mais combativas.

A ARENA, partido dos grandes industriais, banqueiros e donos de terra, apóia incondicionalmente o Governo e defende seus atos em qualquer situação. O MDB, por sua vez, representa os interesses dos empresários prejudicados com o modelo econômico vigente (incentivo às grandes empresas e bancos, internacionalização da economia, estímulo às exportações).

Esses empresários, que durante os anos de "milagre econômico" aplaudiam a repressão sangüinária ao movimento popular, passaram a exigir maior participação nas decisões neste período de crise econômica (para salvar seus lucros ameaçados) e converteram-se em democratas, pedindo a volta ao Estado de Direito. Tanto ARENA quanto MDB são portanto farinha do mesmo saco, ambos partidos burgueses cujos objetivos são inconciliáveis com o conjunto dos setores populares (operários, bancários, professores, estudantes, camponeses, etc). Que fez o MDB para merecer nosso apoio, nosso voto?

As eleições, por sua vez, são marcadas por um número infinito de restrições às liberdades políticas.

O que se conclui disso tudo? Ora, a 15 de No-

vembro se dará a farsa eleitoral, encenada pela Ditadura Militar com o fim de renovar Congresso fático, com a participação dos dois partidos por eles criados. Cabe-nos denunciar o pleito da ditadura bem como os partidos existentes.

O espaço aberto pelas eleições e o debate, ainda que restrito, a respeito da posição sobre o 15 de Novembro deve ser usado para propagandear um programa independente que coloque de forma clara as reivindicações mais sentidas de estudantes operários camponeses e outros setores populares. Mas isto deve ser feito fora do MDB, para que o trabalho não reverta em benefício da burguesia aí representada. O MDB, como já dissemos, é o canal criado pela Ditadura para expressão dos setores descontentes, portanto os votos no MDB são um fenômeno que expressa aceitação desse mecanismo institucional do regime. O próprio Geisel explicita este ponto, quando declarou recentemente desejar que "ambos os partidos se consolidem", porque ambos são parte integrante do "sistema bipartidário democrático". Não há sentido em denunciar o verdadeiro significado do MDB e terminar a denúncia com pedido de voto em um ou outro candidato desse mesmo partido. O voto em candidatos ditos "populares" ou "consequentes", ao não combater devidamente a oposição consentida, acaba semeando ilusões quanto a esse partido. A organização dos setores populares deve se dar independentemente, à margem do controle burguês. O próprio "zero à esquerda" que foi o papel do MDB no vigoroso crescimento do movimento popular coloca claramente que não é através dele que se desenvolve a real luta dos setores oprimidos. Um partido verdadeiramente representativo dos setores populares ainda não existe e votar no MDB representa um desvio no caminho da organização desse partido dos trabalhadores. Tampouco o MDB representa um esudo protetor contra a repressão: a imunidade parlamentar não existe, como está amplamente demonstrado.

Por outro lado, existem hoje inúmeras possibilidades e trabalhos independentes que permitem a mobilização e organização autônomas. A própria conjuntura de crise política e econômica abre grande espaço para a formulação e propaganda de um programa que reflita os interesses reais dos setores oprimidos e o engajamento de parte da população na defesa desse programa e do voto nesse programa, consequentemente voto nulo perante a ditadura militar.

A proposta dos estudantes de São Paulo para 15 de Novembro de 78 deve ser clara:

- VOTO NULO, porque não aceitamos a farsa encenada pela Ditadura;

- VOTO NULO, porque os trabalhadores e demais setores populares não têm um partido próprio para falar em seu nome no Parlamento;

- VOTO NULO, porque o Parlamento, no regime autoritário em que vivemos, deixou de possuir qualquer poder de decisão, transformando-se num mero referendador dos ditames emanados do executivo;

- VOTO NULO, pelo fim da Ditadura Militar;

- VOTO NULO, pela continuidade e fortalecimento das lutas populares na conquista de sua organização livre e independente, única forma de consecução de seus interesses;

- VOTO NULO, pela criação a partir das classes em luta de um Partido representativo dos interesses populares, comprometido inteiramente com esses interesses e totalmente livre do controle das classes dominantes"

A POSIÇÃO DA IMPRENSA CLANDESTINA

« voz operaria »

orgão oficial do pcb nº 149

A proximidade das eleições diretas e da reunião do Colégio Eleitoral impõe às forças democráticas e oposicionistas um empenho redobrado para reforçar sua unidade, com o objetivo de derrotar o governo Giesel em 15 de novembro.

O quadro de desagregação do regime ditatorial e as sucessivas derrotas que o movimento de massas vem conseguindo infligir-lhe permitem hoje uma ampla mobilização popular capaz de alargar as faixas de participação permitidas pela ditadura e de levar ao Congresso Nacional um número substancial de representantes comprometidos com a luta pelas liberdades democráticas.

O movimento popular e, de modo geral, o movimento oposicionista podem e devem sair do embate eleitoral mais fortes do que se encontram hoje. Os objetivos são, neste sentido, plenamente atingíveis: de um lado, fortalecer o movimento, aumentar o grau de organização e de combatividade das mas-

sas populares, de modo a que o povo participe efetivamente da campanha eleitoral. E, ao mesmo tempo, reforçar no Congresso Nacional as correntes e personalidades que mais sistematicamente vêm se batendo contra o arbítrio e pela instauração de um regime democrático.

Os comunistas consideram que a questão essencial, hoje, é a da formação de um bloco de forças — representado no Congresso e nas Assembléias Legislativas pelas correntes democráticas e, nas diversas instâncias da sociedade, por todos os setores e organizações que lutam pela democracia — apto a impor novos recuos e derrotas ao regime ditatorial. O papel que as eleições podem desempenhar na formação deste bloco não pode ser subestimado. Pensamos que todas as iniciativas que sejam tomadas neste momento, inclusive as relativas à sucessão presidencial, estão ligadas a este objetivo háscico.

O papel de uma candidatura presidencial oposicionista, agora, seja esta candidatura qual for, não é o de um simples protesto dirigido à Nação, mas o de se transformar num pólo ativo de aglutinação das diversas forças que podem participar da luta pela democracia e o de impulsionar esta luta. Nesta medida, o movimento político que incorpora os setores e correntes democráticos não se restringe ao partido oposicionista, não obstante a importância fundamental do MDB neste movimento. O esforço desenvolvido em busca da democracia ultrapassa as fronteiras partidárias. O bloco de forças democrático deve estar pronto a acolher grupos e personalidades que estejam dispostos, de maneira mais ou menos profunda, a lutar contra o atual regime.

Não são divergências em torno de nomes que devem dificultar a unidade do MDB neste momento. Não só a campanha eleitoral como também a atividade futura deste partido precisam ter um eixo claro e inequívoco: a luta pela conquista das liberdades democráticas. Só assim poderá o MDB crescer no respeito e na confiança do eleitorado e derrotar o partido do regime nas eleições de novembro próximo.

O movimento de massas, e particularmente a classe operária, vêm dando mostras de uma vitalidade crescente no

cenário social e político do País. As ações da classe operária já superaram de fato os mais que estreitos limites impostos pela ditadura à ação sindical e operária. É necessário trabalhar para que a mobilização operária e popular se exprima claramente, durante a campanha eleitoral, por um repúdio ao regime ditatorial e por uma votação maciça nos candidatos oposicionistas, nos candidatos da democracia. É a unidade de todos os movimentos setoriais assim obtida levará, estamos certos, à derrota do regime nas eleições, apressando o seu fim.

COMBATER AS ILUSÕES PARLAMENTARES

«luta de classes» órgão oficial do msp

Atualmente, pela simples leitura da chamada grande imprensa, pode-se verificar que os representantes das distintas frações burguesas se sentem na obrigação de afirmar suas convicções democráticas e, com isso, declaram-se favoráveis à "normalização" da vida política do país. Se acreditarmos nesse "clamor" democrático proveniente de praticamente todos os setores burgueses, pareceria que a ditadura aberta existente no país se deve à obstinação de uma reduzida camarilha de militares "fascistas" que se apoderou do poder e o exerce de forma totalitária contra a vontade da própria burguesia. Luta de Classes já demonstrou que a verdade é bem diferente.

Sabemos que a ditadura aberta foi instalada e persiste até nossos dias para que a burguesia pudesse obrigar o proletariado a submeter-se ao arrocho salarial. Em todos estes anos de ditadura militar, a burguesia se alimentou da carne e do sangue do proletariado à sombra dos fuzis e das câmaras de tortura. Por isso, essa cínica e súbita "vocalização" democrática da burguesia esconde seu desespero frente a crescente insatisfação e revolta existente no proletariado que, com a crise econômica, viu intensificar-se o arrocho salarial e se vê agora ameaçado pelo fantasma do desemprego. É um fato que a persistência do arrocho salarial e a permanente e implacável repressão a todas as manifestações e reivindicações do proletariado geraram e tendem a aprofundar a crise de legitimidade do poder burguês. Essa tendência se revelou já nas eleições para o parlamento em 1970 quando, nas principais cidades do país, se registraram cerca de 50% entre votos nulos, brancos e abstenções. De lá para cá, a revolta do proletariado frente à situação de miséria e arbitrariedades de todo tipo a que está submetido cresceu constantemente e pouco a pouco se generaliza. Para desviar o proletariado da luta pelo socialismo e procurar alternativas políticas capazes de reforçar a legitimidade de seu poder político, o capital monopolista preparou o plano de institucionalização da ditadura militar para ser a-

plicado através de Gelsel e sua equipe.

A aplicação do plano de institucionalização, numa conjuntura de crise econômica, revelou a existência de divergências no interior das classes dominantes sobre a melhor forma de organizar o Estado burguês, com o objetivo de reforçar a legitimidade da dominação de classe burguesa. Como pano de fundo dessas divergências, se esconde a pressão política que o pequeno e médio capital exerce sobre o capital monopolista e que tem o claro objetivo de negociar sua sobrevivência como capital. Entretanto, a existência dessas divergências e da pressão política dos setores minoritários do capital não significa que exista uma alternativa burguesa para a política econômica aplicada pela ditadura. Duas questões importantes devem ser analisadas para reforçar nossa afirmação.

Primeiro, a interpretação da atual crise econômica. A nosso ver, se trata de uma crise de superprodução relativa que o capitalismo não pode impedir que aconteça periodicamente. É por isso que, dentro do capitalismo, a crise só pode ser superada através de um novo avanço do processo de concentração e centralização do capital. Logicamente, isso significará reforçar o poder do grande capital no interior do bloco das classes dominantes. A possibilidade de que o impulso principal da acumulação de capital se desloque do setor de bens de consumo duráveis para o setor de bens de capital é uma consequência inevitável desse processo e não significa uma mudança do "modelo" de acumulação. Ao contrário, esse deslocamento nada mais será que o avanço do processo de monopolização do capitalismo brasileiro, reforçando mais ainda os vínculos de dependência em relação ao capital internacional. Isto porque, a ênfase no setor de bens de capital aumentará a necessidade de importar tecnologia mais sofisticada além de máquinas e insumos industriais, como é o caso das usinas atômicas e dos mini-computadores. Interpretar esse deslocamento como um possível reforço do capital nacional (mesmo que seja através do capital estatal) é um erro que leva a conclusões equivocadas sobre as contradições existentes no interior das classes dominantes.

Segundo, o problema da redistribuição das rendas. A concentração das rendas é uma das críticas principais da oposição burguesa à política econômica do capital monopolista. Embora agite o problema, a oposição burguesa não apresenta uma solução. E a solução é das mais simples: basta aumentar o salário do proletariado bem acima do índice de aumento do custo de vida. Mas, a oposição burguesa "não exerga" essa solução porque haveria uma queda intermediária da taxa de lucro, com o que nenhum burguês concordaria. Será que um governo do pequeno e médio capital seria capaz de redistribuir as rendas? Para evidenciar sua incapacidade, basta lembrar o fato de que são as pequenas e médias empresas que pagam os salários mais baixos e também as que mais violam as leis trabalhistas.

Mesmo não havendo alternativas burguesas para a política econômica aplicada pela ditadura militar, as propostas políticas burguesas que surgem atualmente (volta ao estado de direito, constituinte, etc) indicam a existência de divergências políticas no interior das classes dominantes sobre a melhor forma de reforçar a legitimidade de sua dominação de classe. Devemos aproveitar as brechas legais que a burguesia é obrigada a permitir para tentar impedir que se aprofunde a crise da legitimidade. Porém, aproveitar as "brechas legais" não significa apoiar uma tendência burguesa e muito menos participar da farsa eleitoral. Essas brechas devem ser ocupadas impulsionando mobilizações e lutas, tais como: o movimento pela anistia irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos; o movimento contra a alta do custo de vida; o movimento pela revogação das leis

repressivas e pela supressão da polícia política, o movimento pela conquista incondicional do direito de greve e pela autonomia sindical; e, sobretudo, a realização de greves contra o arrocho. Essa é a forma correta de aproveitar as brechas legais que o sistema é obrigado a abrir e não a participação na farsa eleitoral, apoiando um partido burguês e contribuindo para aumentar as ilusões no parlamentarismo, o que serve para legitimar o poder burguês.

Na medida em que o parlamentarismo é um fator de legitimação de poder burguês, a posição frente a cada eleição é uma questão importante, para o proletariado. Por isso, só é válido participar das eleições quando podemos usar a legalidade burguesa para denunciar o sistema capitalista e apresentar a proposta proletária de organização da sociedade, divulgando seus objetivos e o seu programa de governo.

O apoio a certos candidatos do MDB não significa outra coisa que o abandono das reivindicações especiais do proletariado para fazer com que os explorados engrossem mais uma vez as fileiras dos democratas burgueses e pequenos burgueses. Não é por acaso, pois, que os democratistas acusam os revolucionários que se recusam a participar da farsa como sectários. Ora, para lutar pelas liberdades políticas não é necessário participar da farsa eleitoral, apoiando um partido burguês e um programa pequeno burguês. Para os que tinham dúvidas quanto aos objetivos dos representantes da pequena burguesia, aí está o exemplo dos chamados "autênticos" que não vacilaram em se apoiar em setores do grande capital para promover a candidatura de Euler. Para os que insistem em fazer longas citações de Lenin, cabe lembrar sua análise de "O Estado e a Revolução", onde ele mostra como a social democracia de sua época, no seu afã de participar do parlamentarismo, deixava de lado em sua propaganda política princípios fundamentais tais como a necessidade de destruir o Estado burguês e o conceito de ditadura do proletariado. A participação na farsa eleitoral não significa reproduzir esse oportunismo parlamentarista?

Em síntese, para dificultar a legitimação do poder burguês, devemos denunciar a farsa, propor o VOTO NULO e divulgar o programa do Governo Revolucionário Proletário. Esse é o caminho para construir a alternativa proletária que suprima o poder burguês.

MOVIMENTO PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA.

OS REVOLUCIONÁRIOS E AS ELEIÇÕES

« nova luta »
órgão oficial do mep nº 24

Aproximam-se as eleições parlamentares de novembro e, com elas, o tradicional desfile de corrupção e demagogia típico dos processos eleitorais na sociedade capitalista. O partido do governo, a ARENA, já fez um levantamento segundo o qual, nos estados mais importantes, os candidatos deverão gastar um máximo de cr\$ 100, 000, 00 (Assembleia Estadual), cr\$ 150, 000, 00 (Câmara Federal) e cr\$... 200, 000, 00 (Senado), em suas campanhas. Contudo, sa-

be-se que em nenhum estado um candidato podera eleger-se com menos de cr\$ 500, 000, 00 de gasto, e isto para as Assembleias estaduais. Ao lado disto, os governadores de Estado e seus auxiliares aproveitam-se de seus cargos para contratar sem concurso milhares de novos funcionários que, assim, convertem-se em cabos eleitorais de seus candidatos de estimação.

Por outro lado, os candidatos esmeram-se em promessas demagógicas para atrair votos e se elegerem. Os primeiros a darem exemplo são os candidatos à reeleição, que nesta época apresentam dezenas e dezenas de projetos, requerimentos e homenagens, com o objetivo exclusivo de se promoverem.

Num país tutelado por uma ditadura aberta das classes possuidoras, onde o parlamento e os processos eleitorais servem fundamentalmente de fachada democrática, num país onde impera a repressão aberta aos interesses e manifestações dos trabalhadores, esses abusos são um bom exemplo da farsa representada pelo parlamento e pelas eleições.

O repúdio a este processo eleitoral corrupto e a este parlamento de fachada, a denúncia firme e intransigente destes procedimentos que se chocam com a miséria da imensa maioria da população, a repulsa ao rebaixamento de todo e qualquer debate político a uma mera enumeração de promessas, é a primeira atitude que todo revolucionário, todo operário consciente, todo combatente das classes trabalhadoras e do povo oprimido, sente-se impellido a adotar, se esta é a atitude mais honesta e sincera mesmo em países capitalistas de governo democrático, que não falar de um país governado por uma ditadura abertamente reacionária e corrupta!

A repulsa e a denúncia do parlamento, dos processos eleitorais e do próprio Estado burguês não são entretanto, suficientes para que as forças comprometidas na luta pela emancipação dos trabalhadores definam seu comportamento frente a cada processo eleitoral particular, frente à atuação no parlamento burguês num momento determinado. No geral, o objetivo de todas as atividades dos comunistas revolucionários é a destruição do Estado burguês e de todas as suas instituições (uma das quais é o seu parlamento) e a formação de um governo dos trabalhadores que inicie a organização da sociedade socialista. Este objetivo, para ser atingido, não depende apenas de nossa consciência e disposição de luta, mas principalmente de as massas trabalhadoras, por suas próprias experiências de luta, terem chegado à convicção da necessidade de suprimir o poder burguês e de elas mesmas tomarem em suas próprias mãos a tarefa de organizar a sociedade, de elas terem chegado à convicção de que esta é a única maneira de solucionarem seus problemas verdadeiros e definitivamente. Sem esta consciência e disposição de luta de massas, todo palavreado acerca da destruição do Estado burguês em termos de ação prática não passa exatamente disto: de palavreado.

Se este é o sentido geral da ação dos comunistas, sentido este que preside toda e qualquer de suas atividades, e se pode ser adequado a cada momento político determinado e a cada aspecto da vida social, a fim de que a prática revolucionária contribua de fato (e não de palavra apenas) para a mobilização, organização e educação política das massas trabalhadoras no rumo da luta pelo poder, saber determinar a cada momento o procedimento mais adequado para realizar esta mobilização, organização e educação das massas o mais amplamente possível, despír-se de toda formula rígida que simplifica uma análise e a formulação de uma proposta; tais são as exigências que toda política verdadeiramente proletária deve necessariamente cumprir para que as ações que dela resultem sejam coerentes e eficazes.

Isto aplica-se a todo e qualquer aspecto da vida social,

e o parlamento burguês é um deles. Nenhum revolucionário, nenhum operário consciente, negará que o sentido geral de suas atividades visa a destruição do Estado burguês com ele, do parlamento burguês. Mas não, negará a validade de uma participação comunista mesmo no parlamento burguês mais reacionário, desde que esta participação possa contribuir para a elevação da consciência política das massas trabalhadoras. Para uma atividade revolucionária, esta participação estará subordinada, portanto, ao momento político concreto, ao estado de espírito das classes trabalhadoras e às possibilidades reais de aproveitamento de um lugar no parlamento para fortalecer ainda mais as atividades no meio do movimento de massas.

Ao nível da participação num processo eleitoral e num parlamento burguês determinado, os comunistas devem se fazer presentes quando as massas trabalhadoras não se encontram num nível de consciência e de disposição de luta capaz de fazê-las passar de imediato à tarefa de organizar e fazer predominar suas próprias formas de representação política, e na inexistência destas condições, quando os comunistas podem efetivamente agitar seu programa político, suas bandeiras de luta, seus chamamentos à ação direta das massas.

Ao longo de todos estes anos, nossos posicionamentos nos períodos eleitorais apontavam claramente que as massas trabalhadoras encontravam-se desmobilizadas e desorganizadas, sem confiança em suas próprias forças, e que o regime mantinha sob estrito controle todas as iniciativas no processo eleitoral e nas atividades parlamentares. Era evidente que, naquelas condições, as massas não se encontravam em condições de criar e fazer predominar seus órgãos próprios de representação política; ao mesmo tempo, o controle exercido pelo regime impedia que uma política verdadeiramente revolucionária se expressasse nas campanhas e no parlamento. Devido a isto, participar naqueles momentos por meio do apoio ou lançamento de candidatos, por mais bem intencionados que fossem, implicava em rebaixar o programa revolucionário a um programa democrático-liberal e em abdicar na prática de colocar a atividade parlamentar a serviço da mobilização independente das massas ou a serviço da divulgação mais ampla da política proletária. Foi precisamente por isto que considerávamos, naqueles momentos, que o voto nulo era a única maneira de tornar consciente, de acordo com um ponto de vista revolucionário, a manifestação de protesto do povo oprimido contra as péssimas condições de vida e a ausência de direitos políticos impostos pelo regime.

Atualmente, mesmo a análise mais superficial pode constatar mudanças na situação política com relação ao período anterior. As disputas entre as diversas facções da burguesia, agravadas pela crise econômica, enfraquecem seguidamente a ditadura na medida em que ela se mostra incapaz de, a curto prazo, superar a crise econômica e recompor a unidade do bloco das classes dominantes. Insatisfeitos com o regime, setores da burguesia mostram-se cada vez mais convencidos da necessidade de modificar a forma de governo que vem existindo desde o golpe militar de 64, baseada quase que exclusivamente na repressão aberta, e de implantar uma forma de governo no qual a repressão esteja subordinada às leis que regirão esta democracia burguesa. O real interesse destes setores descontentes da classe dominante não é - como pensam muitas correntes da democracia pequeno-burguesa - implantar uma ampla democracia em nosso país, mas, sim, aumentar sua influência política no Estado burguês. E neste sentido que se propõem até a conceder algumas melhorias que atraiam apoio popular para suas fórmulas jurídicas de alteração do regime, melhorias essas que estão muito aquém do que os trabalha-

dores necessitam para escapar das garras da miséria e para se manifestarem e se organizarem livremente.

Por outro lado, o enfraquecimento do regime e o agravamento das condições de vida têm servido estímulo à retomada das lutas de massa, especialmente na classe operária, dando lugar a movimentos grevistas de grande amplitude e às mais variadas manifestações de protesto (movimento custo de vida, comitês pela anistia, etc.). Também aqui, mesmo uma análise superficial pode constatar que o enfraquecimento do regime não chegou a um ponto em que ele não tenha mais condições de lançar sobre as manifestações populares todo o aparato policial montado. As lutas dos trabalhadores, por sua vez, indicam claramente que estes estão dando ainda os primeiros passos em sua organização independente e consciência política, tendo como bandeira a exigência de melhores condições de vida e de trabalho e não a exigência de liberdades políticas e fim do regime repressivo e da exploração capitalista.

Nestas condições, uma política verdadeiramente revolucionária deve aproveitar-se do enfraquecimento do regime e da crescente disposição de luta das massas para avançar na formação de um amplo movimento político de caráter proletário, tornando-o assim uma poderosa forma material para a alternativa de poder da classe operária e seus aliados. Cada aspecto da vida social, nessas circunstâncias, precisa ser analisado de modo a que toda e qualquer possibilidade de realizar ou estimular a realização mais ampla do trabalho de mobilização, organização e educação política das massas seja plenamente utilizada.

A crescente dificuldade que o regime encontra para fazer valer sua legislação repressiva torna hoje possível aos revolucionários o aproveitamento das campanhas eleitorais e das atividades parlamentares para desenvolver mais amplamente e com alguma cobertura legal as suas denúncias, os seus estímulos à organização e mobilização dos trabalhadores, a agitação de seu programa. Ou seja, sem rebaixar em nada sua agitação e propaganda política, sem se submeter em nada as tentativas de controle que venham a ser feitas pelo regime e pela cúpula do MDB, e sem gerar qualquer tipo de ilusão nas massas quanto ao significado do parlamento tutelado pela ditadura e ao parlamentarismo em geral, uma política proletária pode e deve aproveitar as campanhas eleitorais e as atividades parlamentares para levar mais longe suas concepções políticas e estímulos à ação direta das massas. E mais: para uma política proletária, a intervenção nesta frente não representa uma nova tática em si mesma, nem tampouco visa tornar as atividades parlamentares como principal campo de trabalho; intervir também nesta frente exige posicionamentos específicos (um programa de orientação das atividades nesta frente) que representam um desdobramento da tática proletária para o momento, tática esta que segue e seguirá sempre voltada prioritariamente para o fortalecimento das práticas no interior do movimento de massas.

Aproveitar o parlamento tutelado pela ditadura, portanto, não significa estimular ilusões parlamentaristas ou dar crédito aos políticos ou partidos burgueses, atitude esta que os comunistas proletários manteriam mesmo frente ao parlamento burguês mais democrático e frente aos partidos e políticos burgueses mais nacionalistas e democráticos. Neste sentido, a participação revolucionária nas atividades parlamentares no momento atual tem como características, em primeiro lugar, a sua mais completa subordinação ao objetivo final da luta revolucionária ante o Estado burguês, ou seja, a destruição deste Estado e a formação de um governo dos trabalhadores. Isto implica em que a propaganda política desmistifique o significado do parlamento em geral e do parlamento tutelado pela ditadura em particular, desmascare toda ilusão de melhorias significa-

tivas nas condições de existência das massas trabalhadoras pela via parlamentar, denuncie os partidos existentes enquanto partidos burgueses comprometidos com a ordem social imposta pela ditadura, esclareça o significado das diversas correntes de opinião existentes na situação política (particularmente desmascarando os projetos de reforma propostos pela ditadura e as demais alternativas burguesas de superação da crise política, como a Frente Nacional pela Redemocratização, a candidatura Euler, etc.) e demonstre que só um governo formado pelos próprios trabalhadores será capaz de atender a todos os seus interesses.

De acordo com isto, a agitação deve estar centrada na denúncia das reformas promovidas pelo regime, das alterações nativas burguesas à crise do regime, e na exigência de liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos, na supressão de toda legislação que restrinja a liberdade aos trabalhadores e ao povo, no desmantelamento dos órgãos repressivos do regime e julgamento público dos torturadores e dos demais responsáveis por crimes contra o povo, na anistia a todos os presos e perseguidos políticos, fim do arrocho, elevação geral dos salários e congelamento dos preços, no fim da ditadura e por um governo dos trabalhadores.

Em segundo lugar, a participação revolucionária nas atividades parlamentares deve estar voltada para fortalecer ainda mais as atividades de mobilização e organização desenvolvidas no movimento de massas. E precisamente por serem as lutas e organizações próprias dos trabalhadores os únicos meios pelos quais eles poderão conquistar seus objetivos, que a frente parlamentar é considerada frente secundária e, portanto, subordinada às atividades desenvolvidas no meio das massas trabalhadoras. Por isto, ao contrário do modo burguês de atuação no parlamento, que procura canalizar para as vias parlamentares os descontentamentos e esperanças de alteração da situação política existentes entre a massa de eleitores, a utilização revolucionária do parlamento burguês não deve levar, em momento algum, a uma inibição do trabalho de organização e mobilização independentes dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o representante de uma política revolucionária no parlamento burguês deve ter claro que mais importante que sua cadeira parlamentar é a agitação política entre as massas, é o incentivo a suas lutas, é o apoio a todas as suas manifestações de protesto contra a exploração e a opressão.

Em terceiro lugar, a intervenção de uma política revolucionária no parlamento burguês exige a mais completa independência de seus representantes com relação aos demais elementos de oposição. Seja na campanha eleitoral, seja nas atividades parlamentares, estes representantes baseiam suas intervenções no programa revolucionário e, por isto, não se submetem ao programa liberal burguês ou ao da democracia pequeno-burguesa, nem se alinham automaticamente à bancada de oposição. Sua campanha, ainda que propicie manifestações conjuntas com outros elementos de oposição (um comício conjunto com outros candidatos, um manifesto de repúdio a uma arbitrariedade cometida pelo regime) deve permanecer independente e regular sustentação política a representantes da política liberal e da democracia pequeno-burguesa. No caso de ser eleito, mesmo que esteja sendo debatido e votado um projeto que conceda algumas melhorias aos trabalhadores, seus representantes devem manifestar o ponto de vista do proletariado com relação ao projeto em discussão e só votá-lo em conjunto com a bancada de oposição após deixar claro os motivos e limites deste acordo temporário.

Em quarto lugar, a participação revolucionária no parlamento burguês exige o controle dos candidatos (ou parla-

mentares, no caso de serem eleitos) por parte daqueles que os apoiam. Ou seja, exige que o candidato ou parlamentar preste contas de todos os seus atos e se submeta às decisões dos comitês que reúnem os trabalhadores e outros setores que o apoiam.

Estas características da utilização revolucionária do parlamento burguês indicam com precisão que, para uma política proletária, um lugar no parlamento nada mais é que uma tribuna de agitação política voltada para o fortalecimento das práticas no movimento e a elas subordinado, e o mandato parlamentar nada mais é do que um meio legal de ajuda à prática extra-parlamentar. O uso da legenda do MDB significa apenas o aproveitamento da única legenda de oposição permitida pelo regime para agitar, com alguma cobertura legal e o mais amplamente possível, o programa político da classe operária, e somente uma visão estreita e dogmática seria capaz de enxergar uma aliança entre os revolucionários e o MDB ou entre os revolucionários e setores descontentes da burguesia. Por outro lado, não resta dúvida que a cobertura legal fornecida pelo MDB é bastante frágil e não impedirá que os cães-de-guarda do regime procurem impedir a agitação política dos revolucionários, seja com ameaças, seja até com prisões. No entanto, os revolucionários nunca determinam seu comportamento tático pelo risco das perseguições e prisões, mas, sim, pelas características e amplitude que seu trabalho entre as massas deve assumir frente às exigências da situação política. E seria incorreto negar a importância de dar alguma cobertura legal, por mais frágil que seja, à agitação das propostas e concepções políticas dos comunistas revolucionários. Embora o MDB seja um partido de oposição consentida, e embora os trabalhadores não possam se apresentar na campanha eleitoral com seus próprios partidos e organizações, questões estas que devem ser denunciadas a todo momento em nossa agitação política, as peculiaridades da situação política indicam claramente que a mais ampla difusão das idéias e proposições revolucionárias deve ser o elemento básico a definir uma participação consequente na campanha eleitoral e nas atividades parlamentares.

Algumas pessoas podem julgar que, devido a não existir em nosso país um partido revolucionário, não seria correto utilizar o parlamento burguês segundo o ponto de vista de uma política revolucionária. Estas pessoas podem pensar que a intervenção dos revolucionários no parlamento burguês se dá em razão da política de alianças da classe operária e, conseqüentemente, só pode ser levada adiante quando a classe já possui uma certa consciência política e um certo nível de organização independente, ou ainda podem pensar que a existência do partido é decisiva para fiscalizar a atuação dos candidatos ou parlamentares apoiados pelos revolucionários. Seja por que motivo for, este é um modo equivocado de raciocinar e resolver a questão da participação comunista nos parlamentos burgueses. Fazemos um breve parêntesis tomando como referência os países da Europa, onde a forma de governo é a democracia burguesa (por exemplo, Inglaterra, Itália, França, etc.) em nenhum destes países existe um partido revolucionário solidamente implantado na classe operária a nível nacional e não seria uma enorme cegueira política deixar de aproveitar a liberdade política existente nestes países para realizar inclusive de dentro do parlamento burguês a agitação política revolucionária, agitação esta que também visa contribuir para o amadurecimento das condições necessárias para a formação do partido revolucionário?

Voltando ao nosso país, onde não há a liberdade política existente nos países europeus, onde impera uma ditadura aberta das classes dominantes, mas onde esta dita-

ra está enfraquecida e conta com dificuldades crescentes para acionar seus instrumentos repressivos, e, por isto mesmo, torna possível expressar na campanha eleitoral e nas atividades parlamentares uma política proletária, não seria um erro os revolucionários desprezarem qualquer aspecto da vida social que lhes permita desenvolver ainda mais amplamente a agitação de suas posições e propostas de luta e organização?

Seguindo adiante, uma política proletária não deve conceber a atuação nos parlamentos burgueses como um mero exercício da prática de alianças, esta que não assumimos em hipótese alguma, ainda que exista um forte partido revolucionário. A política de alianças da classe operária está voltada para a formação de um bloco das classes oprimidas da sociedade capitalista sob hegemonia do proletariado revolucionário, o que equivale a dizer que ela se realiza na medida em que o avanço das lutas demonstra igualmente ser o programa da classe operária o único capaz de realizar efetivamente as transformações sociais que interessam às demais classes e setores oprimidos do povo. Os acordos e compromissos práticos que são estabelecidos a fim de compor e fortalecer a unidade de numa determinada frente de luta, numa determinada mobilização, na elaboração de um determinado material de agitação ou propaganda, não devem ser confundidos com a política de alianças de classe operária (ainda que contribuam para a sua realização) porque seus objetivos são imediatos, de alcance reduzido e de duração temporária, enquanto perdurarem as condições que justificaram sua efetivação. Estes acordos e compromissos são parte integrante do trabalho prático dos revolucionários e independem da existência do partido para serem efetivados.

O lançamento de um candidato próprio ou o apoio a um candidato de uma frente de esquerda ou independente, desde que eles estejam comprometidos com a política proletária, não se dá em razão de uma política de alianças, nem sua intervenção no parlamento burguês tem como questão central realizar a política de alianças, pois se dá no movimento, no curso das lutas de massas. Este apoio se dá em razão da possibilidade de se expressar também na campanha e no parlamento uma política proletária, e seu encaaminhamento corresponde a mais um passo (não o mais importante nem o mais decisivo, mas apenas mais um passo) na construção do partido revolucionário, pois unifica os esforços dos grupos e tendências que assumem as posições políticas do proletariado revolucionário.

A sustentação destes candidatos por bases organizadas na classe operária é a sustentação que toda e qualquer iniciativa revolucionária possui hoje em dia. Se ainda são poucas estas bases, elas não impedem que as posições revolucionárias sejam divulgadas entre os trabalhadores, nem impedem que as alternativas mais consequentes de luta e organização busquem predominar nas mobilizações de massa.

De qualquer modo, se existe um temor enorme de que a atuação no parlamento burguês acabe por trazer um representante da política proletária, de nada valeria existir o partido revolucionário pois seria um completo absurdo a creditar que ele deva se concentrar na vigilância de seus parlamentares. Afim que, mesmo pelo avesso, a frente parlamentar se tornaria na prática a frente principal.

Se estamos convencidos da honestidade de propósitos de um candidato e da sua concordância com a política revolucionária, o controle de suas atividades por grupos partidários especialmente criados para orientar suas ações, pela imprensa partidária, por comitês formados em cada fren-

te do movimento, não depende da existência de um forte partido revolucionário, mas, sim, da existência destes grupos partidários, desta imprensa partidária, destes comitês. Realizando este trabalho com firmeza e dedicação, seremos capazes não só de orientar corretamente as ações destes candidatos ou parlamentares, como também de denunciá-los (e comprometer com esta denúncia todos aqueles que os apoiaram) no caso de uma possível ruptura dos compromissos por eles assumidos. Ou seja, seremos capazes de traduzir o aproveitamento do parlamento burguês em acúmulo de novas forças e em expansão da área de influência da política proletária, inclusive no que diz respeito à tarefa de construir o Partido revolucionário da classe operária. E, inclusive, imprescindível nas circunstâncias atuais combinar o trabalho mais amplo de divulgação do programa e dos pontos de vista da política proletária com o trabalho clandestino de aproximação e organização partidária.

Nossa intervenção na campanha eleitoral deve, portanto, ter como referência básica a mais ampla difusão de nosso programa eleitoral e de nossas propostas políticas, vinculando-as às denúncias do regime e às propostas de mobilização e organização dos trabalhadores. Onde existirem candidatos independentes ou de frentes de esquerda que se comprometam com estas atividades e com as exigências de uma participação revolucionária no parlamento burguês, devemos apoiá-los através da distribuição de manifestos, folhetos, panfletos, e outros materiais de propaganda legal das posições proletárias, através da participação em comícios e nas demais atividades de sua campanha, e através da criação e participação em comitês que organizem e fiscalizem suas ações como candidato (ou parlamentar, se for eleito). Estes comitês devem ser também encarados como um local de disputa política, onde lutaremos para fazer prevalecer continuamente nossas posições (inclusive exigindo a retirada de apoio e a denúncia do candidato ou parlamentar se este não cumprir os compromissos assumidos).

É importante também procurar organizar e participar de ações conjuntas com candidatos de outras tendências de esquerda. Mesmo sem que os apoiemos, é possível, por exemplo, propor um comício conjunto onde tenhamos o direito de expor nossas posições e distribuir nosso material de propaganda, ou propor a elaboração de um manifesto de repúdio a uma arbitrariedade da ditadura ou de solidariedade de a uma luta dos trabalhadores.

Seria uma pretensão inútil apresentar aqui todos os meios possíveis de se aproveitar a efervescência do período eleitoral para realizar uma agitação a mais vasta possível. Manifestos, folhetos, panfletos, versos, cordel, boletins de fábrica e de bairro, adesivos, etc., participar em reuniões e comícios, transformar reuniões sindicais ou de comunidade em comícios políticos, etc.; organizar grupos para discutir e divulgar os materiais de agitação, para confeccionar faixas, enfim, há um número enorme de coisas a serem feitas que, certamente, a criatividade de cada companheiro saberá encontrar os meios mais apropriados de realizar.

Por fim, é preciso alertar para o fato de que todos os companheiros que estejam participando diretamente da campanha correm o risco de serem atingidos pela repressão policial. Em razão disto, estes companheiros devem estar em condições de se mostrarem como representantes de movimentos, associações, comitês, etc., sem nenhum vínculo com atividades clandestinas.

Nosso programa para as eleições de novembro é o seguinte:

1) A participação de uma posição proletária na próxima campanha eleitoral e no parlamento burguês processa-se numa situação de crise política da ditadura implantada pe-

lo golpe de 1964. Estando presentes nesta crise os mais diversos projetos políticos, desde as reformas propostas pelo próprio regime até as alternativas da oposição burguesa liberal e as da democracia pequeno-burguesa, a direção geral de uma política que expresse os interesses do proletariado revolucionário na frente eleitoral e parlamentar é dada pela luta pela mais ampla liberdade política para os trabalhadores e setores oprimidos da sociedade; pela sua mobilização contra a ditadura e suas reformas, e pela formação de uma ampla oposição proletária e do partido dos trabalhadores.

2) Imprimir esta direção geral em nossa intervenção nesta frente de luta implica, em primeiro lugar, na denúncia intransigente da farsa eleitoral e do parlamento tutelado pelo regime, do parlamentarismo em geral, da natureza viciada dos processos eleitorais e da representação política sob o controle da burguesia. Neste sentido, é preciso desmistificar o significado do parlamento burguês e apontá-lo claramente como uma instituição política vinculada ao Estado burguês, assim como esclarecer que o objetivo da luta dos trabalhadores deve ser a destruição deste Estado e de suas instituições e a implantação de um governo dos trabalhadores, empreendimentos estes que só podem ser levados a cabo pela ação direta das massas trabalhadoras fora do parlamento. Em segundo lugar, implica na denúncia das reformas políticas propostas pela ditadura pois não passam de alterações superficiais na legislação repressiva; na denúncia da Frente Nacional de Redemocratização, que corresponde a um projeto liberal burguês de alternativa à ditadura; na denúncia das proposições em torno da reivindicação de liberdades democráticas em geral e Assembleia Constituinte em particular, pois tais proposições expressam as fantasias políticas da democracia pequeno-burguesa e que hoje em dia só podem se materializar enquanto parte de um projeto liberal de substituição da ditadura.

3) Identificada com esta direção geral, uma participação consequente na frente eleitoral e parlamentar deve desenvolver a mais ampla agitação e propaganda das concepções políticas da oposição proletária, do programa político do proletariado revolucionário, dos interesses imediatos e futuros das massas trabalhadoras, da necessidade de sua organização independente e da importância em se avançar na construção do Partido revolucionário da classe operária. Para um representante comunista nesta frente, o decisivo não é o cargo que possa vir a ocupar, mas, sim, a agitação socialista nas massas trabalhadoras e o estímulo para sua mobilização contra o regime e a exploração.

4) A participação consequente na frente eleitoral e parlamentar deve estar desde o seu início comprometida com as lutas e manifestações de massa, especialmente as da classe operária, com as reivindicações imediatas presentes nestas lutas, assim como deve estar subordinada desde o primeiro momento às atividades que se desenvolvem no interior do movimento de massas. Neste sentido, um candidato consequente deve ter sua campanha eleitoral (e sua atividade parlamentar, no caso de ser eleito) sustentada por comitês de apoio a serem criados principalmente nas áreas pobres e submeter-se ao controle e às decisões destes comitês. A atividade destes comitês deve se centrar nos locais de trabalho e moradia e ser a mais ampla possível, distribuindo fartamente material de propaganda, estimulando discussões políticas, atraindo novos participantes para os co-

mitês, incentivando lutas e a criação de organismos de base nos movimentos.

5) Isto durante a campanha eleitoral, quanto posteriormente no parlamento, o representante de uma política proletária deve adotar uma postura independente frente aos demais elementos de oposição. Sua campanha não deve se confundir com a realizada por representantes da oposição liberal e da democracia pequeno-burguesa e, no caso de ser eleito, não se alinhar automaticamente à bancada de oposição. Em todos os debates de interesse e repercussão mais amplos, um parlamentar consequente deve externar seu ponto de vista próprio acerca da questão e só votar com a bancada de oposição se estiverem em jogo melhorias nas condições de vida ou nos direitos políticos para as massas. E, mesmo nestes casos, seu voto deve deixar claros os motivos e limites deste acordo momentâneo.

6) Um candidato ou parlamentar consequente deve expressar claramente seu repúdio aos impedimentos existentes para que as organizações e partidos dos trabalhadores participem livremente da disputa eleitoral. Como consequência disto, deve colaborar de acordo com as possibilidades com o trabalho ilegal e clandestino de criação das bases embrionárias do Partido revolucionário da classe operária.

7) Na frente eleitoral e parlamentar não devemos apoiar candidatos que não se comprometam com nosso programa eleitoral ou que adotem posições incompatíveis com ele isto é, candidatos que expressem os pontos de vista da burguesia liberal e da democracia pequeno-burguesa (como é o caso dos elementos reformistas, populistas e democratas). Claro está que apoiaremos as iniciativas combativas dos representantes da democracia pequeno-burguesa e denunciaremos com firmeza as arbitrariedades que o regime (ou a cúpula do MDB) venha a lançar sobre eles, mas isto é muito diferente de sustentar sua campanha eleitoral e atuação parlamentar. A este nível, nosso apoio restringe-se aos candidatos independentes ou de frente de esquerda que concordem e se comprometam com o essencial da política proletária frente ao caráter socialista da revolução brasileira e sua força dirigente - a classe operária; frente ao caráter do parlamento burguês e os objetivos dos comunistas com relação a ele; frente às principais reivindicações políticas do proletariado revolucionário; frente ao estímulo às lutas de massa, à organização independente dos movimentos e à construção do Partido revolucionário da classe operária.

8) Nossas principais palavras-de-ordem para a campanha eleitoral são as seguintes:

- Completa liberdade de manifestação e organização aos trabalhadores e oprimidos.
- Liberdade aos partidos dos trabalhadores.
- Fim a toda legislação que reprime a luta e a organização popular.
- Anistia a todos os presos e perseguidos políticos.
- Desmantelamento dos órgãos de tortura e repressão política.
- Sindicatos livres e direito de greve.
- Comissões de empresa eleitas livremente.
- Organizações de bairro eleitas livremente.
- Fim do arrocho salarial.
- Elevação geral dos salários e congelamento dos preços.
- Habitação a todos e confisco das casas e terrenos desocupados.
- Assistência médica e educação gratuitas em todos os níveis.
- Terra aos camponeses que nela trabalham.
- Organização sindical e política aos soldados, marinheiros



ros e sargentos.

- UM CANDIDATO INDEPENDENTE LUTA AO LADO DO POVO !

- SÓ NA LUTA OS TRABALHADORES CONQUISTARÃO SUAS REIVINDICAÇÕES

- PELA MOBILIZAÇÃO POPULAR CONTRA A DITADURA!

- POR UM PARTIDO DO PROLETARIADO !

- POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES !

TAREFA DOS COMUNISTAS NAS ELEIÇÕES

« unidade proletária »

nº 23

As eleições de 15 de novembro serão, sem qualquer sombra de dúvida, um momento de grande importância para a luta política que atualmente se desenrola no país. Hoje, a ditadura militar encontra-se metida numa série de crises, que se agravam dia a dia. A burguesia está indecisa e dividida. Os próprios generais divergem publicamente sobre qual a melhor maneira de salvar o barco (veja editorial, pags. 2 e 3). Por outro lado, o movimento operário e popular passa a mobilizar-se de modo cada vez mais vigoroso. Crescem e se aprofundam as aspirações democráticas das amplas massas trabalhadoras. Em todo o país, aumenta o clamor pelo fim do regime.

O pleito atual tem um caráter viciado e anti-democrático. Falam bem alto as somas astronômicas à disposição dos candidatos burgueses, os favores do Estado, os currículos eleitorais, a inexistência de partidos operários e populares legais, as lideranças populares presas, perseguidas e exiladas, os cerceamentos à propaganda eleitoral, a lei Falcão, as renovadas truculências policiais contra o movimento de massas, etc. Apesar disso, as eleições de 15 de novembro, constituem uma importante batalha que pode e deve ser travada pela classe operária e o povo.

A ditadura militar, fazendo água por todos os lados, joga numa vitória da Arena, o que lhe daria respaldo para prosseguir em sua política de reformas de fachada, sob o comando da equipe Geisel-Figueiredo. Os liberais apostam numa vitória do MDB que fortaleça principalmente seus setores moderados. Assim, eles se apresentariam como os depositários dos anseios da nação, com um cheque em branco para suas negociações visando uma saída elitista e estritamente controlada para a crise da ditadura militar, da qual o povo seria mantido a margem.

FRENTE POPULAR

A classe operária e o povo, é claro, estão vivamente interessados em demonstrar o seu repúdio à ditadura militar. Não tem interesse, entretanto, em entregar um cheque em branco aos liberais. Devem, por isso mesmo, intervir no processo visando derrotar o regime, mas acumulando forças próprias. Isso só é possível se as massas populares levantam seus próprios anseios, marcham de forma independente e apresentam sua própria alternativa à crise do regime. Para isso, é indispensável isolar o regime militar, dividir águas com os liberais desmascarar sua oposição inconsequente e unir estreitamente

as forças populares, atrair também os setores da democracia pequeno-burguesa.

Em muitos estados, apesar do bloqueio e das pressões das cúpulas do MDB, surgiram candidatos populares às Assembleias Legislativas e à Câmara Federal. São líderes operários, estudantes, camponeses, advogados, jornalistas, médicos, etc., que tratam de exprimir os anseios e reivindicações populares e que procuram aproveitar as brechas abertas pelas eleições para reforçar o movimento operário e popular.

Dentro da camisa de força imposta pelo bi-partidarismo e pela inexistência de partidos operários e populares legais, esses candidatos tiveram de recorrer à legenda do MDB para apresentarem-se às eleições. No entanto, correndo por essa legenda, os candidatos populares não devem se confundir com a política liberal dos moderados. Devem, por isso mesmo, aglutinarem-se e formarem uma sólida frente eleitoral popular em cima de uma plataforma comum mínima, centrada na luta por melhores condições de vida e de trabalho, pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla e irrestrita, pelo fim da ditadura militar e por uma alternativa popular ao regime. Devem ao mesmo tempo, reconhecer abertamente que a ação parlamentar deve estar a serviço da organização e da mobilização popular.

Em vários estados, como uma consequência dessa situação, apareceram diversas iniciativas destinadas a unir os esforços das candidaturas e dos setores populares na campanha eleitoral. Em SP, foram realizadas várias reuniões visando articular uma Frente Eleitoral Popular. No RJ, centenas de dirigentes de bairros populares, de sindicatos e associações profissionais, de diretórios acadêmicos etc, constituíram uma Frente Popular Eleitoral, à qual aderiram mais de uma dezena de candidatos. Em Minas foi formado um Comitê dos Candidatos Democráticos e Populares. Na Bahia e Pernambuco, estão em curso iniciativas semelhantes.

Todas essas iniciativas são muito positivas. Devem ser desenvolvidas, estendidas, consolidadas. E o caminho para isso não é outro senão a ação política unitária capaz de forjar a unidade política das massas na campanha eleitoral. Os comunistas devem lançar-se com decisão nessa tarefa. Estimulemos os diversos candidatos populares a firmarem protestos coletivos contra as diversas arbitrariedades que o regime pratica diariamente contra o povo. Organizemos campanhas de denúncias sustentadas simultaneamente por todos os membros dessas frentes eleitorais. Incentivemos a unidade das diversas campanhas eleitorais - sem prejuízo de iniciativas próprias de cada candidato ou comitê - através de comícios e panfletos comuns, caminhões da propaganda eleitoral popular, comunicados conjuntos, etc. Executemos a mais vasta ação entre as massas, de modo que estas impulsionem suas diversas entidades a apoiarem publicamente os candidatos populares e a participarem ativamente dos comícios e atividades da campanha.

Uma Frente Eleitoral de caráter marcadamente popular, estando aberta a todos os setores interessados na liquidação do atual regime e na conquista de amplas liberdades democráticas pelas massas populares, deve aglutinar não só os candidatos e gressos das lutas da classe operária e do povo, mas também os setores políticos representativos da democracia pequeno-burguesa - ou seja, os chamados "autênticos".

Se essas alianças eleitorais - dentro das quais os comunistas devem disputar a hegemonia, entregando uma justa direção política na defesa dos interesses da classe operária prosperarem e se consolidam, permitirão uma grande presença das forças políticas dos próximos meses. Serão um fator de reforço e coesão para as lutas populares em curso e materializarão sua presença política. Serão um fator de estabilização e atração para muitos setores da democracia pequeno-burguesa que venham se somar ao campo popular. Obrigarão os liberais

a darem passos mais ousados e isolarão fortemente a ditadura militar, aprofundando dessa forma mais ainda as divisões internas da burguesia e a crise do regime.

Por outro lado, é dessa forma - unindo a intervenção das massas populares durante a campanha eleitoral em torno de seus anseios e de uma perspectiva de luta popular contra o regime - que abriremos o maior espaço para aproveitarmos as brechas abertas numa possível reorganização partidária deflagrada pelo regime. A ditadura, consciente de que o atual bi-partidarismo confere um caráter diretamente plebiscitário a todos os pleitos, e que contribui para desmascarar sua falta de apoio popular, anuncia uma reorganização partidária. Essa manobra nada tem de democrática e pretende manter as massas populares sem organizações partidárias legais. No entanto, se as massas intervêm fortemente no processo eleitoral e conquistam posições, poderão acumular forças que lhe permitirão fazer o tiro da ditadura sair pela culatra. Poderão impor ao regime uma agremiação legal, bem mais definida que o atual partido da oposição, o MDB, onde se aglutinam todos os setores políticos interessados na liquidação do regime e na defesa de uma alternativa popular. Uma agremiação assim - muito mais uma frente de diversas tendências do que um partido ideologicamente definido - deveria somar comunistas, reformistas, populistas autênticos a esquerda do antigo trabalhoismo, setores progressistas cristãos, etc, e seria um importante passo para a unificação do campo popular na luta contra o regime atual.

AÇÃO INDEPENDENTE

Os comunistas, afirmando-se como os mais destacados defensores da unidade do campo popular durante a campanha e as eleições de novembro, nem por isso deixarão de agir de forma independente.

Isso é uma condição para que as massas populares possam contar com uma direção consequente e firme. É uma condição inclusiva, para que a Frente Eleitoral possa estabilizar-se e coesionar-se.

Devemos efetuar a mais ampla denúncia do caráter de classe de cada uma das arbitrariedades e atos do atual regime e mobilizar de modo enérgico e vasto as massas populares para que elas participem ativamente do processo eleitoral, façam letra morta das proibições governamentais à sua livre expressão, conquistem ruas e praças com seus comícios e levantem, com toda a força de seus pulmões, seus anseios e interesses. Devemos multiplicar nossas intervenções nas fábricas, nos bairros populares, nos trens e ônibus, em todas as partes, suscitando a indignação das massas contra a atual situação. Nossa pregação deve apontar a necessidade do fim do regime militar e a liquidação de suas bases de sustentação e a constituição de um Governo Popular, onde as massas trabalhadoras possam decidir livremente seus destinos. Devemos realizar a mais vasta propaganda do socialismo, aproveitando e alargando todas as brechas legais, conquistando a adesão e a simpatia dos mais amplos setores da classe operária e do povo para a idéia da revolução.

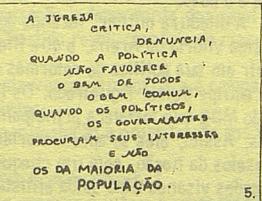
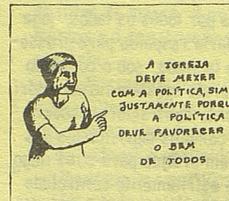
CONSTRUIR O PARTIDO

Por outro lado, os comunistas, no curso da campanha e das eleições de novembro, devem procurar reverter os ganhos obtidos pelo movimento operário e popular para reforçar a luta pela construção do partido revolucionário da classe operária. Fortalecendo nossos vínculos políticos com setores cada vez mais vastos da classe operária e do povo, devemos dedicar especial atenção à organização e formação de seus elementos mais conscientes e ativos como militantes comunistas. Devemos aproveitar a extensão de nossa intervenção para consoli-

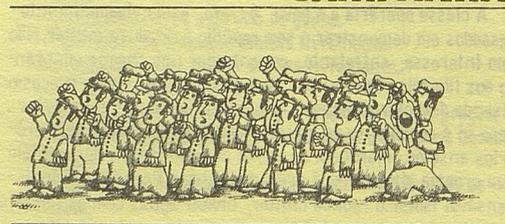
dar a união entre os agrupamentos de comunistas que lutam na clandestinidade pela construção do partido. Devemos, por fim, recolher as críticas e experiência das massas para o aperfeiçoamento de nossa linha política.

cartilha da diocese de goias

Os desenhos fazem parte de uma cartilha assinada pela Diocese de Goiás, e feita por trabalhadores rurais.



AS LINEAS CAMPANHA



ALGUNS CANDIDATOS

eudes freitas

CANDIDATO DEPUTADO ESTADUAL - MDB-RIO DE JANEIRO

O golpe militar de 1964 acabou com os velhos partidos políticos dos setores dominantes e com as formas de organização dos setores populares, e limitou cada vez mais o espaço de participação política para as massas populares através da criação da ARENA e do MDB - onde coexistem adesistas, moderados, autênticos, neo-autênticos, e onde começa a se esboçar uma "tendência socialista" - o regime viu o feitiço voltar-se contra o feiticeiro, pois criou uma situação que permitiu que o partido da oposição consentida fosse a expressão do descontentamento popular, e que nas eleições majoritárias os votos no MDB pudessem ser avaliados como referencial para um regime sem legitimidade aos olhos do povo oprimido.

A "Lei Falcão" e o "Pacote de Abril" vieram somar-se às já antigas limitações, como: impossibilidade de voto para analistas, sargentos, cabos, soldados e marinheiros e à ausência de liberdade de organização partidária, especialmente para os partidos operários e populares, enfraquecendo ainda mais a importância do Parlamento como órgão de fachada, com limitadíssimo poder de fato. Soma-se a esta situação o clima de repressão aos parlamentares combativos que, fazendo do mandato parlamentar uma tribuna de denúncias dos crimes cometidos pelo regime, viram-se banidos, cassados, exilados, suspensos, etc.

A luta por uma Assembléia Constituinte que conquiste algumas parcelas da oposição, na verdade não tem levado em conta todas essas limitações impostas pelo regime autoritário e muito menos tem indicado a forma de poder, o tipo de Governo que deve garantir uma Constituinte verdadeiramente representativa dos anseios dos oprimidos. A nossa luta hoje é pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela liberdade de organização para os partidos operários e populares, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, conquistando na prática as liberdades democráticas, construindo uma força política oposicionista capaz de apontar os rumos do socialismo. A nossa tarefa principal é contribuir para a participação política das massas populares, através de suas formas de organização e luta independentes e propagandeando em todos os rincões um programa verdadeiramente popular.

Nesta nova conjuntura surgirão certamente partidos auto-nomeados de "socialistas" ou "trabalhistas" e pretendem falar em nome dos trabalhadores. Responderemos a isso!

com a necessidade de lutarmos por um verdadeiro partido dos trabalhadores, sabendo que este só surgirá como fruto de longo processo de lutas que cabe aos trabalhadores percorrer. Isso não significa que devamos ser partidários do bipartidarismo, que pretendemos correr fileiras com aqueles que querem deixar "tudo como está", argumentando que o fim do bipartidarismo seria o fim da oposição. O fato de existirem vários partidos de oposição não impedem que possam atuar em conjunto na luta contra a ditadura. E nesse sentido que cabe denunciar de forma vigorosa as limitações das rearticulações partidárias, procurando ao mesmo tempo, forçar ao máximo a extensão desta rearticulação dando margem para que as diferentes correntes políticas expressas na sociedade possam encontrar melhores canais de participação na vida política. Neste sentido devemos lutar por ampliar um espaço político no campo da rearticulação partidária, não nos negando a aproveitar as brechas que por ventura surjam ou sejam conquistadas, mas denunciando as limitações impostas pelo regime e levantando com firmeza a bandeira de luta pela liberdade de partidos operários e populares. Isso levando em conta que, hoje, a única unidade política verdadeiramente democrática e anti-autoritária é a unidade pela base dos organismos independentes que expressam a vontade popular, onde o povo oprimido faz a sua política e a cujo serviço deve estar o programa e a prática de uma candidatura conseqüente.

fernando henrique cardoso

PLATAFORMA DO CANDIDATO A SENADOR - MDB-SÃO PAULO

- . Estado de Direito
- . Anistia Ampla e Irrestrita
- . Eleições diretas para Presidente da República
- . Eleições diretas para todos os cargos eletivos
- . Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana
- . Autonomia política e financeira para os municípios
- . Liberdade de organização partidária
- . Liberdade e autonomia sindical
- . Melhores salários para os trabalhadores
- . Distribuição de renda e de riqueza
- . Controle do capital estrangeiro
- . Desenvolvimento da tecnologia nacional
- . Reorganização do sistema financeiro, com fim dos juros extorsivos
- . Controle pelo Congresso e pelo povo em geral das empresas estatais
- . Liberdade das organizações estudantis
- . Liberdade de organização e reivindicação para o funcionalismo público
- . Defesa dos camponeses e dos trabalhadores do campo
- . Igualdade de direitos para as mulheres
- . Liberdade de manifestação política e cultural, no rádio, na televisão, na imprensa, no teatro, no cinema e em todas as formas de expressão
- . Valorização do negro e das lutas minorias raciais.

raimundo de oliveira

TRECHO DA CARTA DO COMITÊ DOS PROFESSORES DE APOIO
Assume hoje uma importância decisiva a unidade dos cam

didatos realmente comprometidos com a luta contra o regime repressivo: a FRENTE POPULAR ELEITORAL. A atuação conjunta acarreta uma coesão política maior das forças populares e permite a divulgação junto a amplas parcelas da população de nosso programa de defesa radical dos interesses populares, ao mesmo tempo que demarca campo com os falsos posicionistas, com os adesistas e demagogos de todo tipo que usam a legenda do MDB para enganar o povo. Por isso mesmo, devemos emprestar todo nosso apoio às iniciativas da Frente Popular Eleitoral e aos candidatos comprometidos com ela, no rumo da conquista das mais amplas liberdades para o povo e de um governo democrático e popular, capaz de garantir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

(Candidato apoiado pelo Comitê dos Professores)

- CONTRA O ARROCHO SALARIAL
- POR UM ENSINO PÚBLICO E GRATUITO VOLTADO PARA OS INTERESSES POPULARES
- PELA PARTICIPAÇÃO DO PROFESSORADO EM TODAS AS DECISÕES REFERENTES AO ENSINO
- PELO DIREITO DE GREVE
- PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA
- POR UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA
- POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

A IMPrensa ALTERNATIVA

— jornal « em tempo »

O processo eleitoral já em curso tem uma importância política mais significativa do que o pleito de 74. Basta registrar que as eleições se darão poucos meses depois de um movimento grevista, e em meio a uma campanha salarial de grande amplitude. Ou ainda, desta vez as eleições acontecerão já sob o signo de rearticulações partidárias ou frentistas.

Hoje, a dimensão do conflito entre os grupos dominantes ressoa até no interior dos quartéis, evidenciando a crise do próprio regime ditatorial.

Estas divergências que poderão constituir-se em alternativas orgânicas futuras para as classes dominantes, não retiram contudo o caráter plebiscit-

tário das eleições de novembro. Ainda que o MDB já se diferencie melhor em vários locais, a eleição não perderá o caráter geral de julgamento do regime.

No campo popular, o ascenso do movimento de massas, cuja expressão maior durante um bom período foi o movimento estudantil, vê-se agora engrossado por outros setores sociais. A explosão das greves operárias é a ilustração desta constatação, principalmente pelo aspecto de retomada das lutas operárias no País e por seu significado político e econômico.

No plano parlamentar, mais precisamente nas campanhas para as eleições de novembro, isto aparece na forma de inúmeras alternativas programáticas e orgânicas nas principais regiões: tendências socialistas, frentes populares, candidaturas mais ideológicas alicerçadas em programas estruturados etc.

Este quadro exige uma definição do jornal. Nossa linha editorial se orientará da seguinte maneira:

1) Apoio e incentivo à participação no processo eleitoral em cima de objetivos concretos tais como:

- Defender a participação positiva no processo eleitoral, esclarecendo seu caráter plebiscitário e de derrota da ditadura que a vitória do MDB significará.

- Debater e esclarecer o significado das eleições, sua importância e seus limites. Criticar as correntes que defendem o voto nulo.

- Esclarecer e debater o significado da luta parlamentar, sua importância, sua combinação e não exclusão com outras formas de luta, bem como seus limites.

2) Divulgar e subsidiar todas as candidaturas e frentes orgânicas cujas plataformas se identificam com o projeto de EM TEMPO e suas Resoluções Editoriais, sem entretanto comprometer-se com candidaturas determinadas. Divulgar e debater as propostas de candidaturas democráticas e populares, seus programas, etc.

3) Subsidiar e contribuir para que o debate, a divulgação, as matérias e entrevistas com as mais variadas candidaturas ou frentes eleitorais a nível nacional estreitem seus contactos e divulguem suas experiências.

NICARAGUA



¿ HACIA UNA SITUATION REVOLUCIONARIA ?

M. Loredó

"A insurreição sandinista foi derrotada".

Nenhum jornal burguês deixou de comentar desta maneira breve e superficial o restabelecimento da ordem Somozista sobre as principais cidades da Nicarágua. Da mesma maneira que esta imprensa se surpreendia com as explosões insurrecionais de massas que há quase um ano vem se sucedendo ciclicamente na Nicarágua, desta vez e la se surpreendia não sem um ar de rigozijo, com a "derrota sandinista".

Mas houve mesmo uma derrota da insurreição sandinista? Houve mesmo um restabelecimento da ordem somozista?

Não vamos aqui falar do reflexo da crise internacional do imperialismo, que na Nicarágua como em quase todo o mundo, vai servir de adubo a uma crise nos países dependentes. Não vamos repetir que em base a esta crise, o movimento de massas se reanima e as classes dominantes se dividem; cada uma de suas frações buscando influir diretamente no poder para defender os seus privilégios. Não vamos falar dos massacres. Vamos falar das experiências e tarefas que coloca a revolução na Nicarágua para os revolucionários de todo o mundo.

a reafirmação de velhas experiências

Uma particularidade da situação política nicaraguense é que o centro da oposição ao regime não está dentro das classes dominantes. Ainda que em oposição ao regime, os diferentes setores burgueses e pequeno burgueses, não têm partidos e lideranças fortes e não contam com instrumentos militares para se fazer poder e oferecer alternativas de "recâmbio".

Um preço que hoje paga o imperialismo e as classes dominantes de quase todos os países latinoamericanos por ter se apoiado exclusivamente na força militar, é que foram destruídas ou enfraquecidas outras alternativas de poder e os mecanismos de controle ideológicos sobre as classes populares. Agora em crise, as classes dominantes correm contra o tempo procurando construir os seus partidos e suas organizações, assim como partidos e organizações que lhe sirvam de força de reserva dentro do movimento popular. Isto é condição para poder oferecer outras saídas em relação aos regimes ditatoriais em crise e manter o poder nas mãos das classes dominantes, permitindo sua intervenção direta na direção do Estado.

Dentro deste quadro a Nicarágua tem características particulares. Não só o poder estava totalmente concentrado nas mãos de Somoza, sua família e da Guarda Nacional, como que mantinha a coesão interna deste grupo, não era principalmente a atividade ideológica, mas a corrupção. Durante estes muitos anos de poder, se formou um interesse de castas extremamente forte na família Somoza e na Guarda Nacional a qual tem sua fonte de riqueza nos privilégios que lhe dá o poder, seja diretamente através de seus altos salários, seja através da corrupção, seja através do direito de pilhagem que é dado aos seus soldados. Somoza e a guarda nacional antes de defender o poder e os interesses das classes dominantes, defendem hoje o seu próprio poder, como meio de defender os seus próprios interesses.

Para isto, Somoza não vacila em se jogar contra as classes dominantes e contra o próprio imperialismo. Sabendo que estes necessitam dele e de sua equipe, na inexistência de toda e qualquer alternativa de recâmbio, Somoza não vacila em matar ou prender lideranças burguesas (1) que possam servir de base a outra alternativa.

O fato da Frente Sandinista ter construído embriões de uma outra alternativa de poder, dificulta ainda mais a posição incômoda da oposição burguesa. Por um lado se opor radicalmente a Somoza pode significar deslocar o poder para as mãos do movimento popular e com isto, pôr por água abaixo todos os seus interesses. Por outro, defender Somoza e se comprometer com ele, pode significar ser destruído junto com toda a sua casta. Assim, a burguesia se coloca na oposição sem poder se-la de fato. Busca, na oposição, manter vínculos com o movimento popular, enquanto pressiona Somoza ao diálogo tentando um compromisso para assim sair do impasse. Seu sonho é "derrubar" Somoza evitando os riscos que isso traz.

A teimosia de Somoza até o momento, tem dificultado imensamente esta política, dificultando as tentativas da oposição burguesa de se "colar" no movimento de massas e obrigando-a a tomar medidas mais radicais para pressionar o Ditador e não se cortar deste movimento.

Isto tudo reafirma uma velha experiência do movimento popular, esquecida por quase todos os nossos "hábéis políticos" reformistas. O único meio de dividir e neutrali-

NOTA

(1) - Um dos fatos marcantes de 1978 foi o assassinato de um dos líderes da oposição burguesa, Dr. Pedro J. Chamorro, em 10 de janeiro.

zar setores da oposição burguesa é construir o nosso próprio polo na crise política. Não são as concessões e conciliações de classe, não são os acordos de cúpula, não são as frentes amplas ou de redemocratização, que podem atrair ou neutralizar setores da oposição burguesa e pequena burguesa. A única forma de conseguir isto, é, colocá-las, através da criação de um polo independente e classista na luta de classes, em uma situação aonde alinhar-se com a Ditadura possa significar a perda de todo o seu poder.

A segunda experiência que reafirma a revolução Nicaraguense é a relativa ao papel que em determinadas situações pode jogar a guerrilha. Se num primeiro momento após a revolução cubana, houve uma generalização abusiva desta experiência, num segundo momento, setores importantes da esquerda terminaram por "jogar fora o bebê com a água suja", quando a generalização apressada se mostrou inoperante.

A experiência recente da Nicarágua mostrou no entanto, que, ainda que sendo insuficiente para a tomada do poder, a guerrilha pode, em determinadas situações, ser um instrumento extremamente importante para acelerar as condições objetivas para a formação de um poder alternativo às classes dominantes levando a oposição burguesa e pequena burguesa a um impasse e a sua neutralização. A guerrilha sandinista, se mostrou como uma alternativa prática à guarda nacional no campo militar. A única alternativa concreta existente no país. Se ela não pode substituir o exército dos trabalhadores e oprimidos, se ela não pode substituir-se aos trabalhadores e oprimidos armados ela acumula forças em quadros militares, em armas e pode servir como uma direção militar (se politicamente subordinada à vanguarda proletária) às massas armadas no sentido da coordenação da Insurreição.

Como um segundo aspecto, caberia ainda verificar que a guerrilha permitiu, através do impulsionamento de um processo insurrecional, que a vanguarda política popular (expressa pela frente sandinista) oferecesse uma alternativa ofensiva para o movimento popular. Uma alternativa à direção burguesa e reformista que esperava através de uma greve geral passiva "indeterminada", utilizar as massas para fazer que o poder de Somoza caísse de podre... é claro nas mãos da burguesia.

Um último aspecto ainda a apontar, seria o de que ao permitir a Frente Sandinista passar a ofensiva, a guerrilha contribuiu a unificação prática dos revolucionários e a coordenação de sua ação, na medida em que contribuía à polarização da luta de classes.

A terceira experiência que nos reafirma o processo nicaraguense é que sem a construção de organismos de poder popular e sem a existência de um Partido Proletário coeso e solidamente implantado nas massas populares, não existia revolução socialista.

Aqui é onde cabe ressaltar a especificidade da revolução cubana. Na revolução cubana a criação de organismos de poder popular (como os Comandos da Revolução, as organizações operárias camponesas e estudantis, que ainda que com seus limites cumpriram o seu papel) foram formadas depois que a insurreição chegara a La Habana. O movimento 26 de julho não era, propriamente; o que se possa chamar um partido proletário (tanto do ponto de vista das limitações ideológicas, quanto da sua vinculação com a classe operária). O Partido vai se formar após a revolução e no momento da insurreição o seu papel vai ser ocupado por uma combinação e coordenação entre o movimento guerri-

lheiro, a greve geral dos trabalhadores e organizações existentes nas cidades.

Além de todos estes fatores que se conjugam no que alguns setores chamam de uma "feliz coincidência histórica" que dificilmente se repetirá, cabe ainda apontar a 'surpresa' do imperialismo e das classes dominantes que viu passar a revolução por baixo de sua própria asa e quando tentou intervir já era demasiado tarde, só conseguiu acelerar e radicalizar o processo.

No caso nicaraguense a insurreição impulsionada pelas forças sandinistas não foi suficiente para decompor e destruir a guarda nacional e derrubar Somoza (ainda que ela, como subproduto, tenha acelerado a necessidade da burguesia desvencilhar-se dele). Mas mesmo que chegasse a sua derrubada, as coisas não estariam dadas. Primeiro porque no movimento popular e mesmo dentro da Frente Sandinista ainda restam ilusões de compor um governo de salvação nacional com a burguesia, ou de colaboração de classes nos marcos de uma sociedade democrática burguesa. A manutenção da Frente Sandinista e de seu aparelho militar são contraditórios com este tipo de saída. Mas em outras experiências, movimentos de libertação nacional, face a estas ilusões dividiram-se enfraquecendo-se como alternativa de poder, ou terminaram trabalhando pela estabilidade desarmando-se e desarmando as massas para permitir uma 'pacificação' da sociedade. Por último, mesmo tomando o poder colocar-se-ia a possibilidade eminente de uma intervenção direta do imperialismo (ou através de outros exércitos da região ou da OEA (como o ocorreu em São Domingo), que apesar de suas dificuldades internacionais para uma operação deste tipo, dificilmente se varia o tempo que levou, para reagir no caso cubano.



uma ofensiva para derrubar somoza ou para acumular forças ?

Segundo a imprensa burguesa, o objetivo da ofensiva insurrecional era a queda imediata de Somoza. A partir desta análise é que estaria comprovada a derrota da Frente Sandinista e sua incapacidade de medir forças com a guarda nacional.

Se algumas declarações de sandinistas falavam em "insurreição geral", é no mínimo apressado dizer que o seu objetivo era, naquela ofensiva, a derrubada de Somoza. Primeiro porque insurreição geral não quer dizer derrubada imediata, ainda que quando uma força revolucionária passa a ofensiva generalizada contra o poder ela tenha, evidentemente, que considerar a hipótese de uma decomposição do exército inimigo que abra a possibilidade de tomada do poder. Outras declarações de dirigentes da Frente, iam no sentido de caracterizar que se tratava de abertura de uma fase ofensiva, mas que esta não obrigatoriamente teria um desenlace imediato. É possível mesmo, que houvesse dentro da Frente diferentes análises sobre o assunto, já que ele é formado de três tendências (2). Ainda que pela forma como se desenrolou a ofensiva, pode-se ver que os sandinistas não jogavam o "tudo ou nada". Após a ocupação de diversas cidades importantes, e a resistência por quase uma semana, as forças sandinistas retiraram-se de maneira organizada.

Independentemente do nível de consciência que tinham

os militantes da Frente, o que cabe sem dúvida considerar é que a "insurreição geral" jogou um papel fundamental de acumulação de forças, no sentido de superar, ou de contribuir para a superação de algumas das debilidades centrais do processo.

Então vejamos: em primeiro lugar, a Frente Sandinista não sofreu baixas importantes nas suas forças. Os quadros perdidos não chegavam à décima parte dos novos combatentes que foram incorporados no processo insurrecional. É claro que estes novos combatentes passarão por um processo de formação, preparação e amadurecimento. Mas as próprias características da luta já trabalharam neste sentido assim como serviram à sua seleção. Além do mais o que significa um combate deste tipo como amadurecimento e preparação de uma organização é difícil de se imaginar e este combate serviu para a Frente como para a população como um ensaio geral de uma possível insurreição futura. Do mesmo modo, ao nível de armamentos, tanto pelo que conseguiu retirar da guarda nacional, quanto o que obteve pela solidariedade internacional, ele aumentou em muito o seu potencial de fogo.

Ao nível político, também a ofensiva serviu a Frente no sentido de seu amadurecimento como vanguarda popular. Aprofundou o vínculo com as massas trabalhadores urbanas, que puderam ver nos sandinistas a única força política nicaraguense capaz de dirigir suas lutas e levar um combate efetivo contra a guarda nacional e a ditadura somozista. Ao nível internacional, os sandinistas ganharam um reconhecimento político que se reverte diretamente em apoio político e isolamento de Somoza; na possibilidade de dinheiro e armamento, e mesmo no recrutamento de um potencial combatente (centenas de jovens da América Central organizaram e organizam hoje brigadas para lutar ao lado dos sandinistas). Por último ainda, um bom balanço do processo que se desenvolveu pode contribuir decisivamente para o amadurecimento político e ideológico da Frente Sandinista, no sentido da formação do partido do proletariado.

Em segundo lugar, tudo leva a crer que a ofensiva teve (e pode ter maiores) efeitos positivos. Os massacres que sucederam ao "restabelecimento da ordem", não foram suficientes para abalar a disposição de lutas dos populares. Se é inegável que o assassinato de cerca de uma dezena de milhares de populares nas cidades insurretas é uma perda indiscutível do ponto de vista revolucionário, nem sempre os massacres servem a uma consolidação da ordem burguesa. A repressão, praticamente, não atingiu as forças sandinistas e as suas características bárbaras e vingativas "exemplares" segundo a Guarda, não conseguiram atingir de maneira seletiva e só serviram para aprofundar o ódio popular em relação ao regime somozista. Aliás o efeito desmoralizador que pode ter um massacre não está ligada a sua violência, mas ao fato de suas forças populares terem ou não participado da luta e de sentirem esta como sua. O fato de se manterem as forças revolucionárias praticamente intactas e como uma possibilidade de retomar a ofensiva ao contrário, por exemplo do que ocorreu no Chile) contribuiu ainda em muito para impedir o efeito desmoralizador que poderia ter a repressão.

A participação dos trabalhadores urbanos e da juventude nos conflitos, abrem por outro lado as condições pa-

ra aprofundar a sua organização e caminhar no sentido da construção de embriões de um poder popular, do mesmo modo que trabalham no sentido do armamento popular e da preparação para insurreições futuras.

Tudo isto permite afirmar que a ofensiva insurrecional de setembro serviu à acumulação de forças e a superação de algumas limitações fundamentais do processo revolucionário nicaraguense no sentido da tomada do poder. No entanto, cabe ter bem presente, é da capacidade da Frente Sandinista de aprofundar este processo que depende o futuro imediato da Revolução na Nicarágua.



recuperação das classes dominantes ou uma solução vitoriosa ?

A ofensiva, como não podia deixar de ser, teve efeitos contraditórios nas classes dominantes. Por um lado ela favoreceu a sua unificação, na medida em que agiu em Somoza no sentido que este entendesse que a tendência era a sua situação tornar-se insustentável, e em setores da oposição burguesa, assustados com a possibilidade de perda total de seu poder, no sentido de buscar o diálogo com Somoza para estudar uma saída de transição. Mas ao mesmo tempo que agia no sentido de unificar as classes dominantes, a ofensiva insurrecional age no sentido de dificultar esta solução. Ao aprofundar o ódio popular em relação ao regime Somoza e ao mostrar a força da oposição revolucionária, ele mostrou a impossibilidade de uma solução de compromisso que mantenha à parte, a Frente Sandinista. Aprofundando o isolamento de Somoza e da Guarda Nacional, as lutas recentes dificultam uma saída de Somozismo sem Somoza, na medida em que uma solução deste tipo dificilmente conseguiria sucesso na atração do movimento popular para uma solução burguesa que não significasse o desmantelamento e as depurações na Guarda Nacional. É isto que explica que a oposição burguesa ainda procure o compromisso com Somoza, reivindicando a participação dos sandinistas num acordo. Isto porque a marginalização dos sandinistas, implicaria, por um lado, em se comprometer publicamente com os responsáveis do massacre, e por outro, a marginalização dos setores populares deste acordo. Não é os seus desígnios democráticos que levam a oposição burguesa a não querer marginalizar o povo e os sandinistas. É a compreensão que uma solução deste tipo encontraria a oposição do bloco popular e a possibilidade de enfrentar, agora ela, uma insurreição popular.

A política da oposição burguesa vai portanto, no sentido de atrair os sandinistas, ou uma parte deles, para uma solução que busque reorganizar o poder burguês no pa-

(2) - As três tendências são: Tendência Proletária, Tendência Guerra Popular e Tendência Insurrecionalista. As divergências são importantes, tanto ao nível da estratégia de poder, da relação com a oposição burguesa, das forças motrizes, do papel da luta armada, quanto ao nível da tática, de como e onde acumular forças, etc. No entanto elas conseguiram organizar um comando unificado de ação que coordenou, por exemplo, a ofensiva insurrecional de setembro.

POR UMA AMÉRICA LATINA
UNIDA E SOCIALISTA !



is, organizando uma democracia burguesa o mais restrita possível, mas fazendo as concessões necessárias para recompor a dominação capitalista no país. A possibilidade de uma solução burguesa está portanto, diretamente ligada ao comportamento da Frente Sandinista (3). Como a possibilidade de uma solução revolucionária está na capacidade dos sandinistas em manter a si e ao bloco popular unificados em torno da luta por uma solução revolucionária, que continua acumulando forças no sentido da formação do Partido Revolucionário e de embriões de um poder alternativo, revolucionário, capaz de servir de base a uma insurreição vitoriosa dos trabalhadores e oprimidos.



a dimensão internacional da revolução nicaraguense

Não é só pelas suas experiências, que a insurreição nicaraguense ganhou rapidamente uma dimensão internacional. Ela é um reflexo que sua vez tem também um papel multiplicador da tendência de crescimento da luta de classes ao nível do continente, aumentando o seu peso específico dentro do quadro político internacional.

O crescimento das lutas, certo, não é suficiente para inverter o quadro de contra-revolução que se caracteriza em nosso continente. Mas já de algum tempo dentro deste quadro, começam a se evidenciar sintomas de alterações parciais da correlação de forças. A retomada das lutas populares, e operárias em particular, que se manifestam em diferentes países, começam a superar a situação de refluxo que se caracteriza imediatamente após a derrota da revolução chilena. Esta retomada de lutas que se dá ainda nos limites de uma luta de resistência, se manifesta em um momento particularmente difícil para o imperialismo americano, aonde este procura enfrentar a crise econômica internacional, recompor a sua hegemonia no bloco imperialista e aonde, a recomposição de suas forças para recuperar a iniciativa ao nível internacional, passa em grande parte pela reorganização de sua dominação no que já se chamou o seu quintal: o continente latinoamericano. Neste momento, a possibilidade de perder o controle e se abrir um período de ofensiva revolucionária neste continente poderia lhe ser fatal.

A insurreição Sandinista de setembro, não pode ser considerada, como já dissemos, uma ruptura com a situação de conjunto de contra-revolução que vive a América Latina. Mas ela pode ser considerada sem dúvida como uma ofensiva do movimento popular, dentro do quadro de uma situação de resistência. É neste sentido que se pode considerar que o processo revolucionário na Nicarágua, passa, neste momento, a se refletir e polarizar o conjunto da luta de classes do continente. Naquele após se joga hoje, a acumulação de forças da resistência em seu conjunto. O avanço ou retrocesso do processo naquele país passará a reforçar uma ou outra tendência, uma ou outra classe, a revolução ou a contrarrevolução.

De forma apenas sentida ou de forma consciente, este

reflexo já pode ser percebido ao nível do continente. Os EUA sustentaram Somoza, a Social-democracia, via Venezuela procurou também intervir. Nenhum governo da região deixou de tomar posição, ainda que alguns tomassem uma posição dúbia que era fruto de uma situação incômoda. Mas mais do que isto, ao nível do próprio movimento popular, se sentiu o seu reflexo, aonde a repercussão mais direta (mas nem por isto a mais importante, foi a formação de brigadas em diferentes países do continente, em particular da América Central), para lutar ao lado dos sandinistas.

O avanço da revolução nicaraguense, e a tomada do poder pelos trabalhadores daquele país teriam repercussões imensas em todo o continente, obrigando novos realinhamentos ao nível das classes dominantes e do movimento popular de toda a América Latina, desequilibrando a iniciativa do imperialismo e possivelmente invertendo a situação de conjunto; rompendo com o quadro de contrarrevolução e abrindo um período de ofensiva de massas no pátio do imperialismo americano com todas as conseqüências que isto teria ao nível internacional.

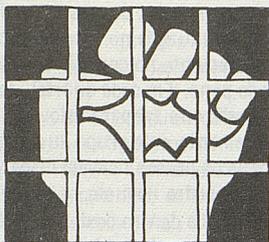
Mas mesmo sem considerar esta hipótese, a que seria mais favorável, (mas nem por isso a mais provável, bastaria que se mantivesse uma situação prerevolucionária prolongada e de ofensiva insurrecional de massas naquele país, para que as repercussões desse processo no continente se fizesse sentir; como elemento de reflexão para as classes dominantes no sentido de modificar as suas formas de dominação (na medida em que se colocaria a questão de até onde podem ir as conseqüências da dominação sob a forma de ditadura aberta) e, principalmente, pelo efeito ideológico e político que teria nas massas populares e nas suas vanguardas como estímulo a sua luta.

A responsabilidade hoje, no sentido acima exposto, está principalmente nas mãos dos camaradas sandinistas. Na sua capacidade de manter-se a frente do processo no caminho da construção do poder dos trabalhadores, da construção do seu exército e do partido proletário. De sua capacidade de contornar todas as tentativas da burguesia e do imperialismo de desmobilizar e desarmar as massas, seja pela violência, seja pela tentativa de atrair as massas populares para uma solução de "reorganização nacional" que atraia as massas para a construção de uma democracia burguesa no país, desviando-as de uma solução revolucionária, é que, ao nível imediato, que depende o desenvolvimento do processo no conjunto do continente.

Mas este processo depende também de nós, os revolucionários de todo o continente. Nossa responsabilidade se dá no apoio direto, político e orgânico a atividade revolucionária dos trabalhadores nicaraguenses e de sua vanguarda. Se dá também na contribuição que possamos levar ao amadurecimento político, teórico e ideológico dos companheiros sandinistas colocando à sua disposição nossas experiências. E se dá no aprofundamento da luta de classes em nossos países, dificultando a solidariedade entre as classes dominantes do continente e de seus exércitos no sentido de sufocar revolucionário que se vive hoje na Nicarágua.

(3) - Recentemente, algumas "declarações" preocupantes, seja de dirigentes Sandinistas, seja de outros setores da oposição, ganharam repercussões na imprensa internacional. Segundo estas notícias os Sandinistas se dispõem a um "Acordo Nacional" para reconstruir o país e bases democrático-burguesas e, nestas condições, a depor as armas. No entanto, ainda não foi feita nenhuma declaração oficial neste sentido, nem da Coordenação, nem de nenhuma de suas tendências. Ao contrário, uma declaração de tendência proletária, denunciou uma saída deste tipo e declarou-se disposta a continuar a luta.

Entrevista
ao « menino »
**COMBATENDO
DENTRO
DAS PRISÕES**



O depoimento-entrevista que começamos a entregar aos nossos leitores no número 9, foi recolhido já há algum tempo quando o Companheiro Cezar de Queiroz, conhecido como o "Menininho" chegou a Europa, após ter sido libertado e expulso do país. O fato de se menor quando foi preso fez do seu caso um tema de discussões no país. Mesmo assim, permaneceu longos anos na prisão (inicialmente no Presídio de menores, depois em presídio de presos políticos) até que por pressões, Geisel resolveu liberá-lo e expulsá-lo do país. Sua experiência nas prisões é a experiência de um sem número de presos políticos, uma história de luta e resistência contra o isolamento e as arbitrariedades. Quando hoje se discute no Brasil planos de institucionalização e de "democratização" que pretendem deixar intocada a máquina repressiva, não é demais lembrar a experiência destes presos políticos e de refletir sobre as novas condições que se colocarão para a luta revolucionária em um novo período que venha se abrir, refletindo também sobre os métodos que a repressão utilizará para se adaptar a uma nova situação.

CADERNOS DE CAMPANHA (CDC): Podemos começar nesta 2a. parte por explicar o que é o "coletivo de presos" e como ele surgiu...

"MENININHO": Eu não vivi pessoalmente grande parte da estruturação do "Coletivo". Eu vivi apenas uma parte de sua história, nos meus últimos 6 meses de prisão no Rio. No entanto, mesmo que neste período não houvesse grandes lutas, eu tive contato com companheiros que viveram o processo de sua construção, e assim tenho um quadro de sua montagem e de suas principais lutas.

Bom, a história deste coletivo e talvez esta seja a parte mais interessante que eu possa dar para a matéria do Campanha pois a história do Coletivo tem algo que não costuma ressaltar aqui no exterior. Aqui, e mesmo lá dentro quando a gente vai denunciar a Ditadura, em geral são apontadas as derrotas, as prisões, as torturas, etc. Na realidade, a história do Coletivo é a história de uma profunda vitória. E eu acho interessante a gente usar isso pois, tá na hora de se dizer: "o lha, aqui a gente teve uma vitória". Uma vitória que tem inclusive aspectos objetivos e materiais. Além de ter consequências políticas e subjetivas importantes nos presos que dele participam.

A evolução dos presos e do "Coletivo" nos cárceres do Rio é uma evolução bastante positiva dentro dos limites e espaços políticos que existem dentro da cadeia. Esse espaço em parte foi ampliado pelas lutas de presos e em grande parte pela evolução da conjuntura. Uma coisa que parece óbvia, o "Ovo de Colombo", mas que para nós dentro da cadeia foi uma descoberta muito importante, foi a de que a conjuntura carcerária é parte da conjuntura política geral. Para nós, isto foi uma coisa muito sentida a partir do momento em que o Coletivo iniciou uma reflexão sobre a sua existência e sobre a sua prática. Então é que começamos a perceber, por exemplo, a profunda ligação entre a política repressiva no cárcere e a política repressiva em geral, na sociedade, entre a evolução das lutas carcerárias e a evolução das lutas sociais contra a Ditadura; enfim, a relação entre aquela microconjuntura em que os presos viviam e a conjuntura do país. Na verdade os presos, mesmo sendo objetos e refletindo esta relação, passaram muito tempo sem ter consciência dela. Só mais recentemente, quando o Coletivo iniciou um balanço histórico sobre sua existência, é que a gente começou a refletir sobre isto. Comparando

II
Entrevista
a Cezar de Queiroz,
o « menino »
(preparada por J. Maria)

**O COLECTIVO
DE PRESOS :
FORMAÇÃO E
PRIMEIRAS LUTAS**



a realidade daquele grupo de presos em 70 na Vila Militar, 71 na Ilha Grande, 74 na Fortaleza de Santa Cruz, 75 na Ilha Grande e fim de 75 no Continente, comparando esta realidade com a realidade do país, foi-se vendo o quanto existia uma relação direta e imediata.

A luta dos presos não pode ser entendida como se fosse a luta de um Partido ou uma Organização política, mas muito mais como luta de um grupo social restrito. Não se pode portanto exigir dos presos, ou de seu coletivo, uma tática global de enfrentamento da Ditadura. Suas lutas têm muito mais as características de uma movimentação de massa. A inserção dos presos na conjuntura política se dá muito mais a partir de sua posição como preso, do que a partir de uma tática global. É evidente que, como preso político, você precisa ter uma visão geral da sociedade. Mas do mesmo modo que um diretório estudantil tem um espaço na realidade política, um Coletivo de presos políticos ocupa um espaço na conjuntura política, com as limitações que as suas condições lhe determinam, mas que não deixa de ter um papel político importante. E é um papel político muito mais viável do que se os presos se colocassem dentro da ótica de uma Organização Política que tem uma tática global e que se propõe a encaminhá-la.

O "Coletivo" não se define como uma organização de quadros partidários e nem mesmo como uma Organização de revolucionários. As pessoas que dele participam têm vinculações muito diferentes com a revolução.

É evidente que existem critérios para participar do "Coletivo"; O cara deve ter uma postura digna diante da repressão, não pode ter uma postura de colaboração com a repressão, deve se dispor a participar da vida coletiva e das decisões aprovadas coletivamente, (decisões tanto no plano da organização da vida interna quanto das lutas que são travadas). Existem caras no "Coletivo" que não são quadros políticos e mesmo alguns que afirmam: "eu não tenho nada que ver com a revolução, eu fui militante, estou preso, participo do Coletivo, apoio as suas lutas, não sou alcaquete, não me dobro, agora, não tenho nada a ver"...

Existe toda uma polêmica na prisão sobre o caráter do "Coletivo". Mas a sua posição, que eu considero correta, é de se definir apenas como uma reunião de presos políticos.

Pois foi assim que começou a se formar em 1971 na Ilha Grande. Até então era impossível o agrupamento dos presos em qualquer tipo de organização que tivesse uma expressão física. Os presos ficavam na Vila Militar, na Ilha das Flores, na CISA no Galeão, em pequenos grupos de 3 ou 4, e em raras exceções de 10 ou 12, sendo que os presos variavam muito e o contato físico era praticamente impossível. A partir de 71 a repressão começa a concentrar grande parte dos presos na Ilha Grande. Até então haviam existido muitas lutas esporádicas, incapazes de se globalizarem, caracterizadas claramente por uma defensiva, por uma resistência quanto aos as-

pectos aberrantes do massacre. Ficar preso na Vila Militar já

é uma situação no mínimo incômoda porque você está preso diretamente no coração da repressão ainda que esteja cumprindo pena. Em cada quartel, tem um grupo encarregado da repressão que sai para estourar aparelho, pra isso e aquilo, e é exatamente este grupo que é encarregado dos presos. Além do mais os presos ficavam dispersos. Existia um preso neste quartel, outro naquele, e eles eram usados como objeto de luta ideológica dentro destes quartéis, como objetos da pregação ideológica para os soldados, sargentos, etc. Os próprios oficiais comentavam: "nós queremos ter presos nos quartéis, justamente para manter um clima de guerra dentro deles. Chegavam a acontecer coisas surrealistas como o que aconteceu comigo num quartel que estive. Ai, a pregação do sargento na Ordem do dia, após o conjunto de sandices do tipo "comunista" come criancinhas", terminou com a recomendação: "quando vocês ficarem na guarda interna do xadrez e forem dar a ronda não passem perto da grade da cela 11 (que era a minha), porque este preso, numa cela que esteve ontem, meteu as mãos pra fora dela e estrangulou um soldado que ia passando".

(CDC): Os soldados eram receptivos a esta propaganda?

"MENININHO": Olha, a gente chamava os soldados pra explicar, dizíamos: "olha que absurdo". Os soldados escutavam, olhavam, mas não passavam perto da grade.

Na verdade a ideologia fascizante (sem entrar na discussão teórica de se a Ditadura é fascista ou não - eu acho que não), isto é, a ideologia do poder não penetrou realmente no tecido das forças armadas a nível de soldados, sargentos, etc. É isto apesar de toda a pregação, apesar da existência de um corpo político em todo o quartel (que são verdadeiros comissários políticos). Hoje em dia existe mesmo uma estrutura, o S2, que é desvinculada da hierarquia militar. É uma polícia secreta. É interessante porque a gente nem sempre vê as dimensões que uma coisa como esta assume, não só ao nível da hierarquia, mas da própria ideologia militar. Por exemplo: um capitão do S2 tem direito de sonegar informações para o coronel de seu regimento e se dirigir diretamente ao coronel que centraliza os S2 da Vila Militar.

Isto subverte a hierarquia e a ideologia militar, o que causa um profundo mal estar e descontentamento lá dentro. A coisa se dá da seguinte maneira: em cada quartel há uma seção que é composta por um oficial graduado (dependendo do quartel se for maior é major, se for menor é capitão) além de alguns tenentes, e pelo menos um sargento. Esse sargento tem função de inteligência nas diversas companhias, captar coisas, fazer averiguações, etc., etc. além de ter função operacional. Cada sargento destes se vincula diretamente ao S2 e esses S2 se vinculam também, diretamente ao centro de informações do Exército. Então este corpo tem uma vida autônoma dentro do quartel: pode recrutar soldados, requisitar armas para sair a qualquer momento, independentemente das formalidades militares, podem ser dispensados do serviço, sonegar informações a seus superiores, etc. Podem por exemplo, sair do quartel durante dois dias e não dizer ao coronel o que foi fazer.

Meu pai é coronel de reserva e em papo com ele, diversos caras que são hoje comandantes da Vila Militar, faziam referências ao capitão S2. Os caras diziam: "pois é, o capitão hoje pode virar para mim e dizer que não tem nada a me declarar". Porra, pro militar este troço é foda...

(CDC): Quais foram as principais lutas do "Coletivo"?

"MENININHO": Sobre a vida lá na Vila... O que houve lá de re



TREINAMENTO
PARA TORTURA
NO EXERCITO

sistência, foi puramente defensiva. Assim, às vezes um tenente mais exacerbado queria desmoralizar um preso e ele resistia. Ou quando a comida era pior normalmente ela não era aceita.

Então o coletivo só teve condições de se articular quando em 71, a maioria dos presos foram concentrados na Ilha Grande. Os presos, na maioria oriundos na luta armada encontraram aí uma situação muito difícil: 1º em função de toda a conjuntura do país -era tempo de Brasil Grande, etc.; 2º porque encontraram presos muitos antigos, e o pessoal se encontrava em uma decomposição não só política, não só ideológica, mas numa decomposição moral muito grande; 3º eles foram misturados com os presos comuns; 4º era um pessoal que já vinha de todo um desgaste, de uma falta de vivência coletiva já há alguns anos.

Em função dessa situação difícil, houve uma fase na Ilha Grande em que o processo foi muito lento e o coletivo começou a se estruturar em termos muito elementares. Começou a se organizar em termos de divisão das coisas que as famílias traziam no que se chamava fundos comunitários. Um cara que algum dia foi comunista não pode imaginar que um preso político convivendo com outros companheiros receba da família um maço de cigarros e vá fumar sozinho num canto. No entanto essa era a realidade e foi a partir daí, enfrentando as resistências, que o coletivo começou a se organizar. E não foi um trabalho fácil...

A constituição do Fundo Comunitário foi o primeiro passo e a partir daí começou a se formar um núcleo com os presos mais conscientes, mais avançados. Depois foi organizado o coletivo dos presos políticos, muito mais como uma entidade que congregava todos os presos em função de travar lutas concretas que eram formuladas como lutas por melhores condições carcerárias e pela separação dos presos comuns. Foram estas as duas lutas principais neste período e que abriram a vida do coletivo.

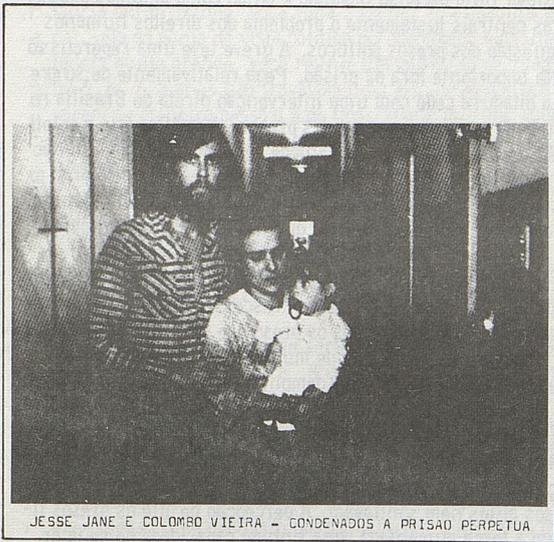
O problema dos presos comuns é evidentemente um problema complexo. Se você abordar de um ponto de vista filosófico, quem são os presos comuns? De um ponto de vista político mais amplo, de que setor social se trata? O problema é muito mais amplo do que se dizer simplesmente que a separação deve ser feita porque nós somos políticos e eles não são. No entanto o Coletivo considerou, e é uma reflexão que eu considero justa, que naquele momento político específico, a luta pela separação dos presos políticos se impunha em função de que o central da política carcerária estava em que a Ditadura não reconhecia a existência de presos políticos no Brasil. Não sei se vocês se lembram que houve um período que tanto no Brasil como no exterior, a política de Médici era de dizer que só existiam presos comuns. A luta pela separação, nestas condições era um meio de obrigar a Ditadura a reconhecer que existiam presos políticos, e como tal era uma luta extremamente importante.

Este primeiro período foi um período longo, marcado pelo isolamento das lutas que eram travadas nas cadeias onde a Ditadura tinha a capacidade de abafá-las e era impossível qualquer desdobramento que se manifestasse no exterior dos presídios. Era um momento de profunda defensiva do movimento social e se manifestava tanto a incapacidade deste movimento social respaldar as lutas internas do presídio quanto a incapacidade destas lutas se integrarem num conjunto de lutas contra a Ditadura Militar. Então, neste período houve algumas greves de fome e algumas lutas importantes. Algumas delas eram ten-

tativas de responder (em geral, com greves de fome) a cada vez que um preso era retirado da cadeia para voltar às câmaras de tortura (durante uma fase isto aconteceu de maneira sistemática). Mas não se tinha a menor capacidade de dar desdobramento exterior a estes movimentos.

Em 1973, depois de uma sucessão muito grande de lutas, o Coletivo conseguiu uma homogeneidade maior, uma organização interna muito mais sólida, e supera assim o estágio de construção do coletivo.

Em 1974 sobe Geisel com sua política de "distensão lenta, segura e gradual". Um dos problemas que se coloca para esta política, um problema ultrasecundário mas nem por isso sem importância, era definir uma política em relação a estes presos com penas longuíssimas, que se mobilizam constantemente, que enchem o saco. A tentativa de definir uma política neste sentido se corporifica na transferência de boa parte do Coletivo para a Fortaleza de Santa Cruz que é o presídio do Exército no Rio. Esse foi um momento muito importante na vida do Coletivo. Até esta transferência que se deu em 1974, todos os presos tinham vivido situações de provocações, de agressões, etc. Neste época a política do governo em relação aos



JESSE JANE E COLOMBO VIEIRA - CONDENADOS A PRISÃO PERPETUA

presos se dava no quadro de um total espontaneísmo. Inexistia uma política mais geral e você estava sujeito aos arbítrios de elementos mais ou menos fascistas segundo sua sorte. Já na Fortaleza a realidade era outra. Existia uma política totalmente científica. Se usava psiquiatras e se seguia por aí afora buscando ter um quadro do preso e uma política em relação a cada um.

Chegado na Fortaleza, o primeiro passo da repressão foi tentar a desagregação do coletivo que até aí se apresentava para a repressão como tal (coletivo de presos com comissão representativa) o que não era evidentemente aceito por ela. A repressão não aceitava jamais dialogar com alguém que representasse o conjunto de presos na Fortaleza. Ela jogava tudo para tentar dividi-los. Para isto ela arrojava os presos ao máximo, buscava pescar alguns oferecendo favores por exemplo dizendo: se você varre o pátio você mora em cima (porque as celas da Fortaleza são escavadas dentro da rocha e são praticamente debaixo do mar com lodo, umidade, maresia, etc.) enquanto dava porradas em outros.

Esta situação chegou a um ponto aonde os presos após outras greves de fome, começaram uma por tempo indeterminada-



do, com uma reivindicação apenas: exigir a saída da Fortaleza de Santa Cruz. Conversando com companheiros que haviam participado desta greve, pois eu não estava lá nesta época, eles me diziam o quanto este movimento tinha sido fruto de um ato de desespero. Era uma situação assustadora onde se tinha consciência da possibilidade de morrer de fome ali dentro, agora se tinha de "dormir" com gás lacrimogêneo jogado pela repressão dentro das celas e sofrendo espancamentos.

Bom, quando vieram as eleições do 15 de novembro de 1974 os presos estavam justamente nessa greve. Há então aquele resultado eleitoral, com a ditadura num primeiro momento sem saber exatamente como reagir perante o movimento de camadas médias. Esse movimento de oposição democrática à ditadura estava num ascenso imediato e tendo como algumas das bandeiras centrais justamente o problema dos direitos humanos e a questão dos presos políticos. A greve teve uma repercussão muito importante fora da prisão. Pega relativamente de surpresa, a ditadura cede com uma intervenção direta de Brasília no sentido de terminar a greve dos presos. A análise que o coletivo fez depois, é de que, na verdade, eles perceberam que não tinha sentido manter um ponto de tensão naquele momento político. A ditadura percebeu que era contraproducente manter aquele ponto de tensão sobre a questão dos direitos humanos, que era uma questão candente no momento, com uma greve que estava começando a ter repercussões fora, num momento propício a que essa repercussão crescesse. Então ela recuou politicamente, transfere todos os presos de volta pra Ilha Grande em novembro de 74, depois de muito tempo de greve de fome. Chegando na Ilha o coletivo demonstrando que apesar da reclusão de cerca de 6 anos os presos não tinham atrofiado sua sensibilidade, consegue perceber uma coisa: que a conjuntura estava mudando e que isso significava mudar a correlação de forças dentro da cadeia abrindo espaços políticos com que os presos antes nem sonhavam. A percepção de que os presos tinham a força aumentada, que tinham capacidade de se ligar ao movimento social ascendente e que tinham capacidade de se transformar num ponto de tensão incômodo para a ditadura foi uma descoberta maravilhosa. Fazendo um balanço, o coletivo decide então que o objetivo principal daquele momento político era de romper o seu isolamento social. Calcanhar de Aquiles que não se tinha conseguido romper nesses anos, principalmente pelas características da conjuntura política, era o problema do coletivo não estar ligado a nenhum movimento social fora dali. Para essa ligação se efetivar era muito importante romper o isolamento físico; imagine que a Ilha Grande é realmente um exílio dentro do próprio país. Você fica a 25 horas do Rio de Janeiro com visitas de 2 horas de 21 em 21 dias.

É evidente que os presos não colocaram no diálogo com a repressão que a gente queria romper o isolamento social. A explicitação dessa tática foi a luta por melhores condições carcerárias. Fim de novembro eles haviam voltado pra Ilha Grande e em janeiro eles já começavam a preparar o movimento de saída da Ilha. Começam a buscar contatos diretos com setores ascendentes do movimento social, através de famílias, documentos, manifestos, etc. e através do esgotamento de uma luta legal pela transferência (fazendo petições legais apesar de que

não conseguiriam porra alguma).

Em maio a gente considera que as condições estão dadas pra deflagrar o movimento: uma greve de fome tendo como reivindicações a melhoria das condições carcerárias e mudança da Ilha Grande. No dia 5 de maio, aniversário de Marx, é deflagrado o movimento, já com certeza de um respaldo exterior importante e tendo sido sondado o terreno. E realmente o movimento teve um respaldo importante, tanto na imprensa como no MDB e no movimento estudantil (infelizmente a classe operária não estava em condições de dar o respaldo que todos queriam).

A primeira posição da repressão é negativa: não negociam. O coletivo se mantém em greve de fome. A 2ª. posição da repressão foi a seguinte: "damos tudo menos a saída da Ilha Grande. Melhoramos todas as condições carcerárias, suprimimos todos os problemas que vocês têm, e satisfazemos as reivindicações materiais de vocês: construímos uma cozinha nesse pavilhão, damos jeito nos ratos, saída no sol mais vezes, etc, etc". O coletivo não aceita. Mantém a greve de fome. O que queria era a saída da Ilha Grande em função da sua análise do problema e em função das repercussões que estavam havendo lá fora.

Eu acompanhei indiretamente esse processo. Eu tava na Muniz Sodré que é regida pelo mesmo departamento Penal e pela mesma equipe que é responsável pela Ilha Grande. Então eu tinha notícias de dentro do esquema repressivo. A posição a nível estadual era clara: não aceitar! No 16º dia de greve repete-se a mesma cena: decisão direta de Brasília aceitando. A repressão aceita as condições e a greve é vitoriosa. Começa então o movimento de transferência pro Continente. O processo de transferência que vai se completar em outubro, no Contente se vai encontrar inclusive melhores condições materiais, o que seria irreal de pensar 1 ou 2 anos antes.

O coletivo neste momento vai perceber o seguinte: esse coletivo não tem mais razão de existir como existiu até hoje. O centro de sua articulação era levar a luta dos presos e nisto era um coletivo vitorioso, tinha tido sucesso. Então das 2 uma: continuava a existir burocraticamente mas na verdade perdia sua razão de existir (pelo menos naquela conjuntura) ou dava um salto de qualidade. Que salto de qualidade seria esse? Do ponto de vista externo definir-se como um organismo que tem como função atuar na política brasileira, em forma limitada, mas influenciando na conjuntura.

Passou a ser discutida e a inserção política na conjuntura; deveria isto ser o movimento principal da vida carcerária e a razão da existência do coletivo. Evidentemente isto tinha repercussões internas, do ponto de vista da unidade política, da estruturação interna, enfim uma série de consequências dadas pelo deslocamento do eixo. Não foi um deslocamento indolor, na medida que no momento desse salto de qualidade a unidade anterior se rompe parcialmente. Um grupo de presos coloca para o coletivo: "olha, a gente travou todas aquelas lutas em função do nosso interesse de melhores condições carcerárias, não temos uma perspectiva de influência política, portanto saímos. Eu cheguei no coletivo pouco depois desse racha e tive um período de posicionamento, ouvindo as posições etc. Na verdade verifiquei que se tratava de um grupo de presos que pautou o seu comportamento pelo sectarismo no comportamento pessoal e no



lítico. Aquele grupo tinha vivido uma série de desgastes que já vinham de anos de cadeia. A convivência de cadeia é uma convivência difícil; uma série de desgastes da vida dentro do coletivo, uma série de críticas parcialmente políticas, parcialmente ou falsamente morais, parcialmente pessoais.

O coletivo é vitorioso e tenta dar um salto de qualidade. Esse salto de qualidade não comportou aquelas contradições que ele já trazia dentro de si e que se podia suportar num nível mais baixo de alianças. Mas não chega a se configurar 2 ou 3 coletivos. O coletivo mantém a sua unidade como organismo de representação e saem 2 pequenos grupos de presos, 4 de um lado e 4 de outro.

CDC: Como funciona praticamente o coletivo?

"MENININHO": Nessa época tinham 42 presos e os presos estavam todos comunicáveis entre si, inclusive reunindo. Nós tínhamos 3 galerias pra nós, a repressão só circulava lá dentro em batida geral, pra ver se tem armas, etc., ou na hora dos confers: 2 vezes por dia pra contar o número dos presos ver se não fugiu nenhum. Fora disso não se tinha problemas para a vida e discussão política.

Bom, o coletivo então tenta dar esse salto e abre um processo de discussão interna sobre o que seria isto que muito intuitivamente se deslumbrava como inserção na conjuntura política. A gente tinha que saber qual é nosso papel, que tipo de luta nós tínhamos de travar. Mas o coletivo tenta ao mesmo tempo fazer mais do que isso, ele tenta nesse momento dar uma forma orgânica à sua existência. Tenta se assumir como depositário de toda uma série de experiências que os presos políticos viviam desde 70, desde a época de Vila Militar. De toda uma série de experiências, de enfrentamentos de erros e acertos que vão pouco a pouco delineando esse coletivo. O Coletivo tenta mais do que uma simples reformulação. Tenta sistematizar essas experiências inclusive formando uma memória dos presos políticos do Rio de Janeiro. Para isso começa um processo de discussão que foi dividido em alguns pontos: O 1º ponto foi o balanço histórico da sua experiência como coletivo e da vida dos presos, o que envolvia um balanço de todas as prisões por que cada um tinha passado, um balanço das lutas dentro dessas prisões, uma sistematização desses balanços e uma análise de como que naquelas várias fases todos nós éramos objetos de uma conjuntura política, mesmo sem perceber. Que relações tinha por exemplo, vamos dizer a fase de Vila Militar com a conjuntura política de ofensiva e destruição das organizações revolucionárias, no comportamento da repressão, no comportamento dos presos, na política da repressão, na nossa capacidade de travar lutas, de se ligar ao exterior da prisão? Assim sucessivamente buscamos dar um balanço dessa existência, um balanço político relativo à evolução da conjuntura com o objetivo de sistematizar isso tudo.

O 2º ponto seria a discussão de conjuntura política brasileira. Isso tem uma importância enorme porque na verdade eram presos, dentro dos quais eu me incluo, já com um tempo de cadeia que variava de 4 a 8 anos. A maioria caído de organizações armadas, boa parte das quais já destruídas. Quase todos



com uma reflexão pessoal muitas vezes limitada sobre esse processo todo e onde sentavam pra refletir sobre uma conjuntura política tentando retomar o contacto com a realidade.

Um dos direitos que foi conquistado nessa luta de transferência pro continente havia sido o direito à informação. Começamos a receber jornais (Estadão, Movimento, etc.) se tinha todas as publicações lá e isso é uma emulação. Era o recato com a realidade e você volta a excitar sua imaginação política. Seja do ponto de vista político ou ideológico é de uma importância muito grande, você volta a excitar sua imaginação política. Seja do ponto de vista político ou ideológico é de uma importância muito grande, você reunir um conjunto de quadros que há 5, 6, 7, 8 anos não travavam uma discussão política ou travavam de maneira pessoal e do tipo: "negão que que você pensa do militarismo?" "Ah! eu penso não sei o que", sabe? Tínhamos que tentar formular politicamente.

A gente tava até enferrujado. Não tínhamos a menor ilusão que íamos criar uma tese de conjuntura brilhante nem nada. Ninguém tinha essa ilusão. A idéia nesse momento era lançar base de uma discussão política e na própria reestruturação do coletivo criar canais dentro do coletivo pra permanência desse tipo de discussão.

O 3º ponto da discussão seria vamos dizer, o pão-pão-queijo-queijo a prática política. Bom, já discutimos conjuntura agora vamos ver o que fazer, né? O 4º ponto, como não poderia deixar de ser era a reestruturação interna do coletivo, suas novas necessidades, o acesso à educação, o acesso aos livros etc.

A forma de discussão foi a seguinte: o coletivo foi dividido em grupos. Uma comissão passou a dirigir o processo designando pequenos grupos pra elaborar teses sobre esses assuntos.

Enfim tratava-se de um congressinho e quando eu fui solto esse congresso estava chegando a seu final mas ainda não estava terminado. Quase que eu digo "não, agora eu não said".

A prática da cadeia, não tenha ilusões, tem uma dinâmica que é foda. É uma rotina muito grande, a monotonia é um troço presente: em janeiro você amadurece a idéia, em fevereiro você articula, em março... realmente é um troço muito lento. Já tinha se discutido e rediscutido o balanço histórico. Já tinha se discutido conjuntura brasileira, que era o ponto mais difícil. Os pobres companheiros encarregados de escrever, você imagina? 6 anos preso, sem acompanhar, sem ter acesso a

liberdade aos presos políticos

jornal, de repente você tem que tirar um documento sobre conjuntura onde você não é irresponsável, não é um cara que tá afim de escrever besteira. Se tinha que discutir, começar realmente do zero. Mas foi uma discussão interessante, não do ponto de vista da formulação de posições propriamente dita mas do ponto de vista da criação de uma dinâmica política de um confronto de idéias, uma preocupação com a conjuntura política.

CDC: E quanto a visão que se esboçava nestas discussões? Não se manifestavam ilusões democráticas? Não se manifestavam esperanças em relação ao processo de distensão e na democracia da oposição burguesa?

"MENININHO": Ilusões democráticas? Ora, a gente sabe que esse tipo de desvio de direita dentro da esquerda não nasce do nada, tem bases objetivas no próprio processo de luta de classes. Por uma série de condições históricas, no Brasil hoje em dia quem retoma com maior facilidade as lutas políticas é a pequena burguesia. Isso dá um cunho a estas lutas políticas típico da pequena burguesia. Não é uma Organização a responsável por isso. É um problema histórico da realidade Brasileira. Evidente, dentro disso há que se trabalhar para contrarrestar essa tendência principal agora.

O coletivo está dentro dessa realidade. Hoje em dia no Brasil -do ponto de vista dos presos cujo único contato com a realidade é a imprensa burguesa - quem faz oposição à ditadura? Eu, por exemplo sequer sabia da existência das Oposições Sindicais. Vim saber delas aqui fora. Que movimento social se expressa a ponto de chegar aos presos? É essencialmente o movimento de pequena burguesia. É evidente que se sabe indiretamente de lutas operárias locais, mas de jeito nenhum dá para formar um quadro geral do movimento popular no Brasil. Por tanto, o tipo de problemas políticos que o coletivo enfrenta, o tipo de respostas que ele busca e os setores nos quais ele pode visualizar uma interferência, tudo isso é bem diferente de uma Organização de esquerda que está atuando numa luta de classes e que está com uma visão mais ou menos geral do quadro político. Então é necessário, quando se pensar no problema político do coletivo, partir desse prisma: o prisma de que a vinculação desses presos com o movimento social é necessariamente com o movimento social de agora, aquele que a classe média e a pequena burguesia expressam hoje no Brasil.

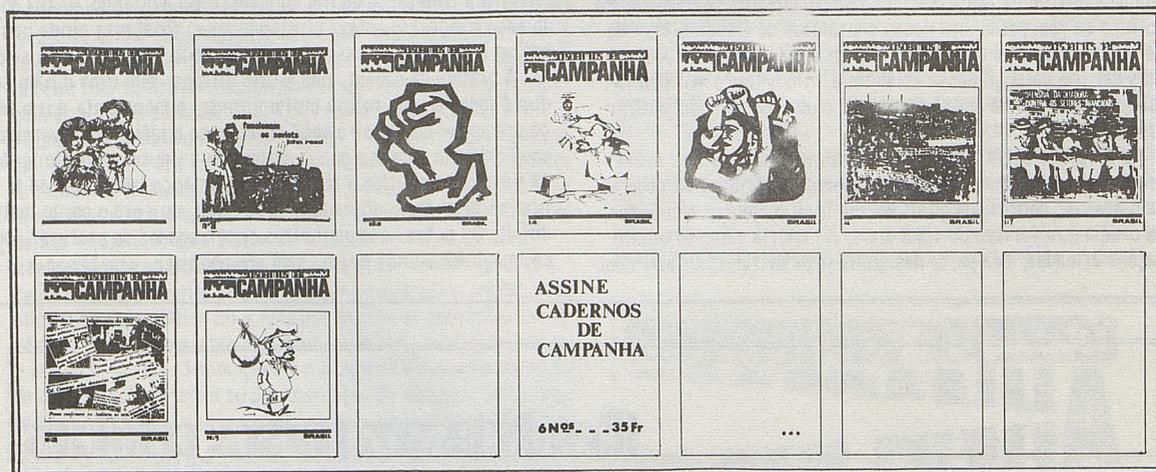
As discussões políticas do Coletivo procuram muito mais o espaço político para o coletivo agir do que compreender os as

pectos mais gerais da revolução Brasileira, ligados ao movimento operário, ligados à tática global, estratégica, etc. Quando fui solto, a discussão da "inserção" estava em curso, não peguei a elaboração final do documento de "inserção", mas o que orientava essa reestruturação do Coletivo era a idéia de que existia um espaço político a ser ocupado pelos presos dentro da luta por Liberdades Democráticas. Os presos deviam ocupar esse espaço seja por contatos semi-orgânicos com setores sociais que vinham se colocando na oposição à ditadura militar, seja através de uma influência política direta sempre que o movimento social abria um espaço.

Foi dentro desta visão que o Coletivo fez recentemente um documento sobre o funcionamento da justiça militar no Brasil. Esse documento surgiu no medida que o Coletivo achou: que dentro de sua margem de intervenção para uma denúncia: 1º falar sobre tortura seria redundante na medida em que o documento de S. Paulo sobre isso era excelente; 2º que o problema da justiça é um problema pouco atacado como um dos pilares do sistema de exceção; 3º que existia um movimento da OAB no sentido de enfrentar o problema da reforma do judiciário, etc. Então, o Coletivo verificando que a OAB assume ou está em vias de assumir uma posição em relação a reforma judiciária, acha que aí existe um espaço para ele intervir. É evidente que essa intervenção extrapola muito a OAB já que o Documento tem ampla circulação. Ele aborda do ponto de vista jurídico, ideológico e político o que significa funcionamento de uma Justiça Militar; o que significa uma lei de Segurança Nacional, qual as relações dessa Justiça Militar com os órgãos repressivos: qual a relação entre a fase judicial e fase de tortura, qual a ideologia que preside a Justiça Militar quais são as suas relações com o estado de exceção, etc.

O Coletivo considera que está numa posição privilegiada para denunciar na prática a distensão da ditadura militar, na medida em que ele ocupa uma posição que essa distensão não atinge e que não pretende atingir enquanto ela for controlada pela ditadura militar.

Quando fui solto o coletivo trabalhava melhor esta idéia. O coletivo se propunha a denunciar praticamente a farsa distensão, principalmente do ponto de vista da política repressiva. E se começava a pensar como e a ensaiar ligações com os setores sociais que estavam se manifestando lá fora: Movimento Estudantil, o movimento da pequena burguesia e de setores da Igreja. Procurava uma articulação com os outros presídios, o que já existia em embrião. Procurava, resumindo, melhorar as condições de intervenção nos problemas nacionais.



No n° 9 de "Cadernos de Campanha", publicamos uma entrevista com o Jornal "EM TEMPO" - "Por uma Imprensa Popular".

Passado o tempo que nos separa daquela entrevista, muitas coisas aconteceram no interior da redação daquele jornal. Os debates ocorridos em torno de objetivos e de como abordar os diversos fatos do cenário político brasileiro, foram se materializando sob a forma de divergências no interior da redação.

Publicamos aqui, a carta que um conjunto de companheiros do "EM TEMPO" elaboraram ao saírem do Jornal.

uma carta
de companheiros
do
«EM TEMPO»

PORQUE ESTAMOS SAINDO DO JORNAL

Que papel cumpre o EM TEMPO hoje? A que classe serve? Que tarefas pretende cumprir?

Nas suas páginas, encontramos notícias do movimento operário e popular, de aspectos institucionais, artigos de operários, de intelectuais, fatos ligados às lutas dos trabalhadores a nível internacional, etc.

Qual a linha de cobertura, porém, que informa o enfoque dado a esses assuntos, que estabelece uma relação entre os mesmos, que dá um sentido mais geral ao jornal enquanto instrumento político?

No que diz respeito ao movimento operário, é um jornal que não privilegia fatos dentro da dinâmica do movimento de massas. Raríssimas as análises, a discussão das formas de luta, dos avanços e retrocessos do movimento, das relações dele com as outras classes, da tentativa de se levar propostas políticas ao movimento, das perspectivas a longo prazo do M. O. Os balanços feitos pelas oposições de

Minas e de São Paulo; a cobertura do 1º de Maio em Sto. André, vindo de forma crítica a atuação conjunta da Convergência, do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Benedito Marcílio, do MDB e ressaltando a atuação independente das oposições sindicais; as avaliações de lutas feitas por operários da Villares, da Brown-Boveri, da Avril, são exemplos isolados. Em contrapartida, o tratamento das novas lideranças sindicais tipo Lula merece do jornal enfoque que pouco se distingue do jornalismo da imprensa burguesa tipo "Veja", "Isto É", "Folha de S. Paulo", por exemplo. Essa imprensa tem feito claras tentativas de cooptação dessas lideranças, tentando cortejá-las. O jornal se omite de, ao mesmo tempo que noticia os aspectos mais avançados de condução do movimento por parte dessas lideranças, criticar os aspectos atrasados, que dificultam o avanço do movimento operário. O jornal não noticiou, por exemplo, as greves de protesto pelos acordos firmados entre o sindicato dos metalúrgicos de S. Bernardo e a Ford e a Mercedes, acordos esses firmados à revelia das bases. Não criticou a apologia do pacifismo do movimento por parte de

Lula e dos novos líderes sindicais em geral. Considero a oposição à cúpula da CNTI, encabeçada por esses novos líderes, como sendo a própria oposição sindical, confundindo-a com aquele movimento de base existente hoje nos principais centros do país e que representa a forma de luta mais avançada do movimento operário no momento.

No que diz respeito aos liberais, com raras exceções, E. T. é condescendente por motivos políticos. Não vê condições dentro do movimento de oposição ao regime, não identifica nem deixa às claras para seu público as diferentes perspectivas de classe existentes nessa luta. Tem uma visão de alianças que não leva em consideração que a classe operária não se expressa hoje por sua própria voz, que são tendências que falam por ela e dizem que alianças com liberais interessam à classe. Não leva em consideração que os liberais estão organizados e as classes oprimidas não. E que a organização dos liberais se dá no sentido de ganhar as classes trabalhadoras para seu projeto, projeto esse que não pretende eliminar a exploração. Não considera também que são os liberais que precisam das massas trabalhadoras e que estas não têm condições de expressar se aquilo que os liberais defendem corresponde mesmo aos seus interesses. Nessa prática de contemporizar posições, dilui-se entre os que combatem o regime, não consegue expressar desde já uma perspectiva anti-capitalista que o situe no âmbito do combate mais avançado ao regime.

Isso explica o porquê de entrevistas com pessoas como João Cunha, Almir Pazianoto, Chico Pinto e outras, quando não ficam restritas ao rumo que o próprio entrevistado quer dar à matéria, apenas tentam esboçar uma atitude crítica e não vão além disso. Exceção é a matéria "massacre da Usiminas", onde se mostra a relação entre o hoje liberal Magalhães Pinto e o movimento de massas, denunciando o assassinato de dezenas de operários ordenado pelo então governador de Minas Gerais.

Nesse momento em que liberais e democratas de todos os matizes dirijem-se ao movimento operário e popular para ganhar apoio, em que a ligação do parlamento com os setores populares através desses liberais e democratas é fundamental para encaminhar a reformulação da dominação burguesa, E. T. esquiva-se de mostrar de que formas a oposição democrática e os liberais tentam cooptar o movimento de massas.

A posição do jornal de defesa abstrata e em princípio

de candidatos populares, por exemplo, sem sequer discutir os programas que apresenta nem denunciar o caráter limitado do parlamento, passa por cima da necessidade de debate profundo sobre as perspectivas que cada candidato defende em relação ao movimento de massas, o que implicaria em análise prévia dos programas, em ter critérios para essa análise. Hoje seria necessário o jornal estar diferenciando os vários candidatos que se apresentam como populares, levando em conta não só o conteúdo do programa mas inclusive a conjuntura em que surgem, onde a radicalização do movimento de massas cria um espaço político para que muitos assumam a palavra de ordem de lutas pelas liberdades democráticas sem que necessariamente isso represente um compromisso com os interesses do movimento operário-popular. A auto-intitulação como "candidato popular" não é questionada pelo jornal. Não se discute também, de que forma a atuação dos candidatos populares no parlamento vai levar ou contribuir à construção efetiva da organização independente. Apesar disso, aprioristicamente acha-se que assumir a posição de voto nulo é não contribuir para a organização independente da classe. Como consta das resoluções sobre política editorial recentemente publicadas (nº 26), o jornal deve "criticar as correntes que defendem o voto nulo". O que divide águas para o E.T. em relação às eleições parlamentares, portanto, é a questão voto em candidatos populares X voto nulo, e não a questão da organização independente.

Neste momento em que um dos impasses para a solução política da crise burguesa é a necessidade de absorver e neutralizar o movimento de massas, o E.T. não faz um trabalho permanente de desmascaramento de propostas como a Frente Nacional de Redemocratização, um dos meios de que a burguesia poderá fazer uso para assegurar um novo pacto de classe em que os trabalhadores, sem uma organização e uma política independentes, só seriam bucha-de-canhão. Não por acaso, ao mesmo tempo que considerou seu encontro com líderes sindicais do ABC como "altamente proveitoso", destacando que se trata de pessoas que não permitem o "envolvimento de elementos ideológicos estranhos num movimento que é só deles", o general Euler Bentes repudiou o movimento Convergência Socialista, por ser "inteiramente radicalizado" e porque "radicalizações só servem para inquietar a sociedade, o que não é do interesse de ninguém". Ao mesmo tempo em que se aproxima de lideranças sindicais, elogiando o fato de ficarem restritos às lutas econômicas, o principal líder da FNR condena um movimento que propõe o socialismo.

Nesse momento em que os trabalhadores não se expressam politicamente enquanto classe com projeto próprio, E.T., em vez de desenvolver o maior esforço para contribuir para a ligação entre as lutas atuais e a perspectiva socialista, cobre acriticamente as articulações auto-denominadas socialistas presentes na conjuntura. Diante da impossibilidade imediata da classe operária assumir qualquer perspectiva de poder, acena com a mais viável ao seu ver: a Constituinte, sem ver que a classe nem tem hoje uma vontade política coletiva, nem pode se expressar no parlamento, porque não se constituiu politicamente enquanto classe. E que enquanto não se enxergar enquanto classe nem agir enquanto tal, nunca identificará na burguesia a classe inimiga, nem poderá combatê-la enquanto tal. Que hoje, o operariado vê a luta contra o patrão separada da luta de classes, está desarmada para imprimir a sua própria perspectiva numa aliança, não tem condições de impor

sua hegemonia numa aliança.

A editoria de Internacional, em seu documento, se propunha a tratar das questões relacionadas com o Movimento Comunista Internacional, seus problemas, contradições e avanços nos países capitalistas avançados e das relações internacionais do capitalismo e seu caráter atual; da luta dos trabalhadores e dos povos contra a opressão, das diversas experiências da construção do socialismo, etc. As questões colocadas desta forma, apresentavam-se de forma suficientemente vaga e ampla para abranger praticamente tudo. Essa abertura, em si, não era um mal, mas na prática acabou servindo para justificar não só omissões, como também um determinado direcionamento político que, não se assumindo enquanto tal, acabou usando a própria vaguidade para se proteger contra eventuais ataques e/ou divergências.

Esta indefinição, ou melhor - este tipo determinado de definição, trouxe sérios reflexos. Neste momento em que o processo revolucionário avança em diversos continentes, o jornal não discute a fundo sistematicamente as diferentes perspectivas presentes nas lutas revolucionárias de libertação e socialistas; não questiona as relações entre os países socialistas e estas revoluções; não noticia quase nada sobre as propostas e articulações políticas que saiam da esfera de influência dos PCs e PSs reformistas; não mostra a relação que existe entre as diversas experiências do movimento operário internacional e a situação no Brasil; não dá o necessário peso à veiculação de experiências internacionais de luta, organização e combate ao aparelho do Estado vivenciadas pelos trabalhadores, deixando de contribuir de forma significativa para que os trabalhadores brasileiros possam absorver essas experiências.

Entre as questões de maior peso que deixaram de ser tratadas, duas podem ser citadas como exemplo. Há vários meses a sucursal de Minas mandou à sede uma série de matérias sobre o conflito sino-soviético, assunto cujo tratamento por parte do E.T. vem sendo reivindicado desde sua criação. As matérias permanecem até agora na gaveta, sem sequer terem sido discutidas pela editoria (as discussões eram sucessivamente adiadas). Outro exemplo é o da entrevista com um dos líderes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores do México que não saiu até hoje, sem que se tenha alegado motivo algum.

Dificuldade de acesso à fonte, falta de pessoal etc. são limitações objetivas que poderiam justificar algumas falhas das apontadas, principalmente no início. Hoje o E.T. conta com colaboradores em diversos países, que se dispõem a trabalhar pelo jornal mandando material e permanecendo abertos à solicitações de entrevistas com pautas definidas, de publicações especializadas, de debates no Exterior, de levantamentos, etc. Restabeleceu-se o malote regular para Paris e há contatos razoáveis com outros países. Há, enfim, recursos suficientes, ainda mais se considerarmos o número de pessoas interessadas nesse tipo de trabalho também aqui no país.

O TIPO DE VINCULAÇÃO COM O MOVIMENTO

Hoje, E.T. é um jornal que pouco penetra nos bairros, vende mais nos centros e bairros de classe média das grandes cidades, por limitações decorrentes não só da fraqueza do movimento operário e popular mas inerentes à sua própria linha e esfera de preocupação. Distribuidores em bairros de S. Paulo têm diminuído suas cotas e alguns estão

comprando e pagando de seu próprio bolso para dar o jornal aos leitores, que já não se mostram mais dispostos a comprá-lo como o faziam antes. Entre vários distribuidores não há mais ânimo para ler o jornal. As reuniões de distribuidores, onde estes e outros problemas vinham sendo levantados, não têm sido realizadas ultimamente. As atas das reuniões de distribuição já realizadas não têm sido usadas nem divulgadas suficientemente, não estão baseando o trabalho do jornal, não servem de ponto de referência. Dessa forma, não há canais suficientes para que as avaliações da distribuição cheguem aos redatores e repercutam na própria linha do jornal. E. T. é hoje um jornal que um punhado de intelectuais escrevem para o movimento, em boa parte porque não se estimulam os canais que permitiriam uma interferência mais direta do movimento operário e popular na sua feitura o que traz como resultado um distanciamento da problemática vivida por esse movimento.

Não se trata, porém, de um problema regional. Relato de conselheiro do Rio de Janeiro na última reunião do C. E. A., dá conta de que nesta cidade o jornal vende quase que exclusivamente no centro e na zona sul. Na zona norte, onde ficam os bairros pobres, a penetração é irrisória (C. E. A. - Conselho Editorial e Administração).

Ao mesmo tempo em que a distribuição direta junto ao movimento operário e popular não se aprofunda apesar da conjuntura ser favorável a isso, há uma preocupação crescente de se buscar as bancas. Essa tendência se dá no bojo da intensificação da linha de denúncias e da deterioração da cobertura dos movimentos sociais. A crítica situação financeira do jornal reforça essa tendência, fornecendo o argumento permanente para o aumento da venda em bancas. Na última reunião do C. E. A., um diretor mostrou que quando o jornal traz manchetes "quentes" aumentam as vendas e quando fala de trabalhadores, as vendas diminuem, justificando sua posição favorável à atual linha de denúncias do E. T., linha que de resto foi endossada pelo C. E. A.

Já se disse que o E. T. está sendo o "Notícias Populares" da esquerda, "Uma impressão geral é de que o jornal acaba se dirigindo só aos leitores bem informados e politizados", diz a abertura da avaliação do E. T. feita pelo escritório de Paris em 5/06. As denúncias sobre a tortura, por exemplo, da forma que são feitas atingem mais ao público que já tem alguma informação sobre o assunto. As manchetes como "Presos Políticos denunciam 233 torturas" e "Ex-chefe do CENIMAR confirma lista dos torturados" não são acompanhadas de matérias que esclarecem o significado político da tortura, mostrando que tipo de prática social leva uma pessoa a ser torturada, que tipo de objetivos e de relacionamento com o movimento operário-popular desencadeiam a máquina repressiva do regime. A denúncia, então, acaba sendo um discurso dirigido, em código, que não mostra a relação dos torturados com o movimento social, o que explicaria para os "leigos" o conteúdo político da existência da tortura. E dessa forma não fica claro o caráter de classes da tortura, o que a denúncia feita se presta para um combate que saia dos marcos do liberalismo e do humanismo. O estardalhaço que acompanha essa superficialidade na denúncia dá a impressão de que é o próprio E. T. que vai acertar as contas com o regime, e não o movimento dos trabalhadores organizados. O jornal repete, de certo modo, uma postura de ações exemplares de vanguarda que independe do grau real de organiza-

ção e mobilização das classes oprimidas. Os responsáveis sentem-se encorajados a prosseguir nessa linha quando recebem a solidariedade de diversos setores, sem ver que essa solidariedade não corresponde a um grau de organização da massa suficientemente forte para suportar um fustigamento contínuo à repressão. E sem ver que hoje há solidariedade a todos os que são atacados pelo regime, que a solidariedade não necessariamente é um endosso da linha do E. T. Nem a superficialidade, nem o sensacionalismo são indispensáveis à denúncia da tortura. De outro lado é possível denunciar mostrando o caráter de classe. O que de resto seria imensamente mais útil ao movimento operário e popular.

"Inquietação militar", "Panfletagem agora nos quartéis", "Terror de direita continua impune", "Governo acoberta terror", "Polícia desceu o pau sem parar", "Tá com medo, Figueiredo?", "Trama multinacional na área do petróleo". Essas manchetes dos últimos números se dão no mesmo momento em que E. T. apresenta coberturas insuficientes da continuidade das greves dos hospitais das Clínicas e dos Servidores de São Paulo; das greves de professores do Rio, da Bahia, de São Paulo e do Paraná; do movimento bancário, do movimento estudantil. Ao mesmo tempo em que, por exemplo, o jornal não dava uma linha sobre a greve dos estudantes de Medicina da Bahia, que dura desde abril, nem sobre a 1ª Assembléia dos 500 Metalúrgicos registrada neste estado, publicava uma página inteira sobre a repressão ao MDB baiano. Experiências importantíssimas do movimento de massas como o Comando Geral da Greve dos Professores de São Paulo, a primeira experiência de greve pré-organizada de caráter amplo de que se tem notícia em muitos anos, bem como a atuação desse organismo no decorrer da paralisação, mantendo a categoria organizada permanentemente em regionais, e que serviu de ensinamento para os bancários de São Paulo e outras categorias, não foram analisadas pelo E. T. O relacionamento com os movimentos sociais, principalmente com o movimento operário-popular, se deteriora ainda mais e uma grande parte do jornal sai cada vez mais na base de matérias cozinhadas da grande imprensa, de entrevistas telefônicas com parlamentares, de copidessagem de teses e trabalhos de intelectuais. E isso não pode ser visto apenas como decorrência da falta de repórteres, do nível baixo de profissionalização tão falado. Quando houve a 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em São Paulo, todos os repórteres, diretores e colaboradores disponíveis foram mobilizados para uma cobertura que deveria preencher inicialmente 8 páginas. Assunto algum, nem mesmo as primeiras greves do ABC, chegou a merecer tamanho espaço e tão grande mobilização. (O fraquíssimo resultado da reunião anual levou a



um redimensionamento para 3 páginas, posteriormente).

As referências do movimento operário-popular vão ficando cada vez mais tênues. O E. T. se orgulha do prestígio que tem merecido de certas instituições burguesas como a grande imprensa e figurões. Indiscutível a satisfação pelo fato do E. T. estar sendo citado nos grandes jornais, depois das bombas e das denúncias sobre a Petrobrás. Na verdade, o E. T. não necessita hoje de uma íntima ligação com o movimento de massas, fundamental para que um jornal possa contribuir para a hegemonia dos trabalhadores no espectro das oposições.

As resoluções editoriais aprovadas nos dias 10/11 de junho a 20 de agosto, transcritas no E. T. n.º 26, juntamente com as avaliações feitas pelo C. E. A. nessas ocasiões, apenas sistematizam uma linha editorial mais definida, este papel que o jornal, na prática, vem cumprindo há muito tempo, com exceção de um ou outro número ("Até quando" - n.º 6; "Operários X Patrões - 1.º de Maio", n.º 9; "A grande greve do ABC", n.º 12; e algum outro n.º).

LINHA EDITORIAL E PROGRAMA

O E. T. surgiu como uma proposta de frente jornalística situando questões importantes como a necessidade de organização independente para os trabalhadores e da hegemonia dessa classe no conjunto da oposição. O resultado dessa experiência, porém, não parece confirmar uma tendência do jornal se centrar nesse aspecto.

Na verdade, o jornal vem reafirmando apenas certos aspectos do programa, que para nós não são os decisivos. De forma genérica, vem contribuindo para "subsidiar o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime autoritário... opondo-lhe a alternativa da luta por liberdades democráticas, conforme o programa situa numa certa altura. Mas será que o E. T. está materializando outros pontos que constam do programa, como por exemplo encaminhar aquela luta "contra as bases de sustentação" da ditadura, o que implica em - ainda de acordo com o programa - "contribuir no universo da oposição, para o predomínio daquelas forças mais conscientes, assim definidas pela capacidade que tenham em conduzir até o fim a luta pela democracia, perspectiva que exige desde logo a defesa da livre organização e expressão dos trabalhadores"??

Ao nosso ver, a luta contra as bases de sustentação da ditadura é uma luta contra a burguesia, exige um combate à toda e qualquer forma de dominação burguesa não só a ditatorial. Só com essa perspectiva poder-se-ia dar consequência a outro ponto de vista defendido no programa, o da necessidade dos "trabalhadores desenvolverem a sua organização independente e conquistarem o direito de fazer a sua vontade política efetivar-se como força dirigente" (grifo nosso).

Achamos que exatamente porque não cabe à oposição consequente lutar apenas contra o aspecto autoritário do regime e sim contra sua base de classe, ela não pode se diluir no conjunto de forças que hoje lutam por liberdades democráticas. Pelo contrário - cabe a ela imprimir desde já a sua perspectiva nessa luta, elevando o grau de consciência e organização dos setores sociais que tem condições de leva-la até o fim.

Não se trata, evidentemente, de lutar contra a democracia. A própria democratização trará melhores condições de luta, que interessarão ao movimento operário-popular.

É necessário ressaltar, porém, que a luta por conquistas democráticas como direito de greve, de expressão, de associação, contra o AI-5, etc., não é necessariamente uma luta pelo socialismo, nem pela democracia. Tudo depende da perspectiva que se imprima a essa luta desde seu início. É a colocação desde o início de um sentido político dessas conquistas democráticas que aponta para além delas mesmas, na direção do Governo de Trabalhadores e do Socialismo, que dará a medida em que a classe se apropriará dessas conquistas e as manterá.

Para os trabalhadores, trata-se de usar o espaço aprofundando a crise. E para isso, precisam lutar com perspectiva de classe. Nesse sentido, o fundamental hoje é fortalecer a organização independente, fortalecendo e recriando suas entidades livres, imprimindo um caráter anti-capitalista à luta contra a ditadura. Perspectiva essa que implica num processo de construção do partido operário e da frente de classes. Que implica em se colocar a questão do Governo dos Trabalhadores, não tanto como uma forma mas como uma qualidade de poder. Da mesma forma, o partido se coloca hoje não enquanto forma de luta imediata, mas como diretriz a orientar o direcionamento de todas as lutas imediatas. Essas diretrizes serão fundamentais como perspectivas mais gerais que permitam a unificação das lutas de classe em torno de objetivos próprios.

CONSTITUINTE

Na questão da Constituinte, fica claro que o C. E. A. ao fim e ao cabo, termina por atrelar a luta pela organização independente à perspectiva político-institucionais, formulando uma política que se realiza de cima para baixo. Segundo as resoluções sobre política editorial, a Constituinte "responde, fundamentalmente, a uma necessidade das classes populares conquistarem o espaço político para seus organismos próprios, no plano legal". Segundo esta visão é com a Constituinte que os trabalhadores conseguirão um espaço político para seus organismos próprios. Ora, não temos nenhuma questão de princípio contra a Constituinte. Mas é evidente que não podemos compactuar com essa visão que coloca a organização própria dos setores populares atrelada à uma proposta formulada hoje exclusivamente por setores de classe burgueses e pequeno-burgueses. A prática das lutas dos trabalhadores no mundo todo tem mostrado que esses organismos próprios conquistam-se em lutas encarniçadas da própria classe, à revelia de formas democráticas ou ditatoriais de dominação e antes, de pois ou mesmo sem constituinte.

O que se coloca hoje é como os trabalhadores construirão seus organismos próprios; se eles legislarão, se terão um programa próprio de poder, se desdobrarão em outras formas organizatórias, são questões que não se colocam ainda hoje para o movimento dos trabalhadores. Qual a garantia que o movimento teria, por exemplo de que a Constituinte seja "livre, soberana e democrática"? O movimento democrático? Na situação atual, eles próprios trabalhadores não podem assumir essa garantia. E nem se trata, diante dessa situação, de que alguém a assumira por eles.

A visão cupulista fica perfeitamente definida quanto o C. E. A., ao definir que a Constituinte "é a resposta institucional hoje ao regime militar pois globaliza o conjunto das lutas por liberdades democráticas", coloca como pré-requisitos para a convocação da Constituinte, a plena liberdade de manifestação, expressão e organização político-partidária; o fim da legislação repressiva: a anistia; a abolição dos a

parelhos de terror e repressão; a plena liberdade de campanha e mobilização política.

Ora, se esses são os pré-requisitos, então é por eles que se deve lutar agora. Seriam, então, bandeiras táticas. A Constituinte, então, seria o que? Estratégia? Mas não se trata de lutar contra o regime no sentido anti-capitalista? E seria a Constituinte a alternativa estratégica à dominação capitalista? E, seja tática ou estratégia, de que Constituinte se fala? Constituinte com que caráter de classe, com que composição, com que programa, com que perspectiva de poder? Uma Constituinte como a peruana de Haya de la Torre ou uma Constituinte pós-revolucionária como a cubana? Uma constituinte pré-insurrecional como a russa ou uma constituinte como a de 1933 no Brasil? Uma constituinte como a espanhola ou uma como a de 1946 no Brasil, com um partido operário mas que defendia uma política burguesa? Ou uma constituinte "totalmente nova"?

Pretendendo diferenciar-se dos liberais, o C. E. A. remete a Constituinte à uma outra situação em que esses pré-requisitos estariam dados. Uma constituinte sem caráter de classe definido, mas que é defendido desde já - assim mesmo. Uma constituinte que é apresentada no lugar das únicas formas de poder que interessam ao trabalhador na direção do socialismo - um governo deles mesmos, seja sob a forma de assembleia popular a exemplo da Bolívia, seja nos termos dos soviets, seja como um congresso de trabalhadores, seja mesmo nos termos de constituinte - mas todas elas caracterizadas por serem, na prática, por seu programa, sua base social, sua forma de constituição, seu papel, seus métodos, sua ligação com as massas, sua independência, sua política de alianças, sua correlação de forças, um Governo de Trabalhadores.

A visão cupulista confirma-se quando, ao dizer que "não há porque temer que uma ou mais frações da burguesia se aposem eventualmente de algumas das bandeiras democráticas das oposições", o C. E. A. frisa que "é indispensável a obtenção de espaço político de ação pois sem isso não se faz o trabalho de organização de massas, de difusão ideológica e não se constituem as bases da democracia que de fato interessa aos trabalhadores." E, em seguida: "Não podemos ficar de costas para Frente Nacional de Redemocratização".

O que se quer dizer com isso? Que sem democracia burguesa não se chega à democracia que de fato interessa aos trabalhadores? Quem abre esse espaço político para que se faça o trabalho de organização de massas? A pequena-burguesia? A burguesia liberal? A F. N. R.? Os democratas e oposições em geral? E, o que é principal: isso substitui o trabalho - que é permanente e não se condiciona necessariamente a aberturas políticas do tipo citado - de organização das massas exploradas de baixo para cima?

O que o C. E. A. faz é opor o espaço político à organização de massas. A questão não é, na verdade, a abertura institucional de espaços para o movimento de massas. A questão é que o uso desse espaço é dado pelo grau de orga-

nização e mobilização dos trabalhadores. O C. E. A. situa a questão das liberdades políticas de forma que ela não passa pela perspectiva revolucionária da organização independente do movimento, pelo esclarecimento do caráter de classe dessas liberdades. Colocando assim a questão, separa a estratégia da tática, não situa o uso dessas liberdades a serviço de uma estratégia proletária e acaba definindo uma política que vai se prestar de instrumento tático não proletariado; mas a burguesia.

Nesse quadro, é coerente que o C. E. A. defenda a necessidade de "forçar a F. N. R. a se radicalizar", como também consta nas resoluções editoriais. Assim fazendo estará abrindo espaço para o trabalho de massas - dentro de sua visão. Acharmos que estará abrindo espaço, sim: mas numa direção dada - a do atrelamento do movimento de massas às perspectivas burguesas. Por isso somos decididamente contra levar essa Frente à frente bem como contra qualquer conciliação com saídas burguesas para a crise.

O que se vê, na verdade, é que no programa político do jornal coexistem posições divergentes. Esse programa nunca permitiu que essa frente jornalística fosse mais que uma federação de posições muito diferenciadas. Agora, quando se estabelece uma clara hegemonia política de posições expressa nas resoluções do C. E. A. e no próprio produto jornalístico, quando, enfim, se define uma frente política e não uma simples federação, vê-se que para que isso acontecesse foi necessário que o C. E. A. vetasse totalmente a possibilidade de sobrevivência de outras posições que não se enquadravam nesse perfil.

Isso porque a própria frente jornalística foi construída burocraticamente, sem que se definisse um processo político para tal. As reuniões de coletivos e assembleias não tratam das divergências fundamentais e não são o campo de construção de uma determinada hegemonia. Esta se constrói burocraticamente, via conchavismo e golpismo. O que existe são mecanismos de poder: reuniões de coletivo não decidem nada. Cria-se um discurso democrático, um mito de democracia. Nesse processo toda a despolitização da Frente, a impossibilidade do crescimento através de um confronto profundo de posições, a manutenção de um clima favorável ao desenvolvimento dos sectarismos. Não por acaso, até hoje não ficou esclarecido o "caso Cultural". Até hoje não ficaram claras as críticas ao doutrinário, nem ficou claro o que seria esse doutrinário.

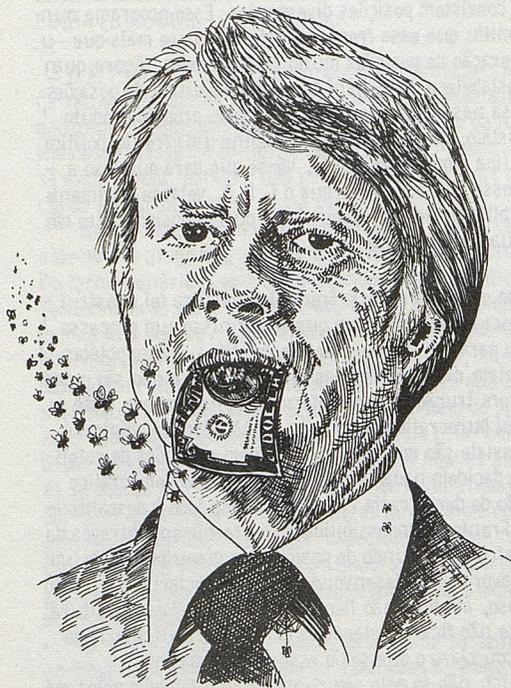
Assim, não só pelo seu conteúdo mas também pelos métodos nele dominantes, o EM TEMPO, ao nosso ver, não é passível de se tornar neste momento um jornal que subsidie o movimento operário-popular no grau que consideramos possível e necessário. É essa questão que coloca hoje, para nós, a necessidade da saída do jornal e da tentativa de materializar nossas posições de forma que, embora permanecendo ao lado do E. T. na luta contra o regime, possamos imprimir com todo vigor aquela perspectiva que achamos mais consequente à essa luta.

**IMP
RE
NSA
CLANDESTINA • NANICA • DE EXTERIOR**



O DOLAR EM QUEDA LIVRE

ernest mandel



(as repercussões da queda do dólar exercem uma tendência de estabilizadora sobre toda a economia internacional)

Esta análise, elaborada por Mandel, em 31 de março de 1978 e publicada na Revista "Imprecor" n° 26/abril de 1978, ainda possui atualidade. A atual crise econômica da capitalismo mundial, a importância que jogam tanto o capitalismo, principalmente em época de recessão como a atual, obriga a se pensar, mais profundamente na crise do dólar, que independente de suas particularidades atuais.

Independente das particularidades do momento atual desta crise, seus fundamentos já vem de algum tempo e isto é o aspecto que justifica ainda mais o es tudo desta análise.

Há 6 meses, a queda do dólar se verifica de forma espetacular no mercado de câmbios de Frankfurt, Tóquio, de Zurique, de Amsterdam. Mesmo em Londres e em Paris sua posição está sensivelmente deteriorada. Desde o realinhamento das moedas de 1971, a perda de valor no câmbio do dólar em relação às divisas fortes é da ordem de 33 a 40%. É claro e óbvio. Isto não pode ficar sem ter consequências dentro da economia capitalista na qual a moeda - compreendendo também a moeda em papel - não é somente um meio de troca, mas também um meio de pagar créditos e de entesouramento.

Com certeza, o dólar não está em declínio em relação a todas as divisas. A mais longo prazo, em relação as divisas de vários países imperialistas, sobretudo a libra esterlina e a libra, que estão em depreciação, tanto quanto o dólar. A curto prazo, o mesmo se observa com relação à moeda dos países escandinavos. O dólar canadense se desvalorizou igualmente em relação ao dólar americano. Além do mais, a maioria das moedas dos países semi-coloniais - à exceção das moedas dos mais ricos países árabes exportadores de petróleo - ou se alinham com o dólar, ou conhecem uma desvalorização ainda mais forte que a divisa americana.

Mas, isto dito, a queda do dólar tem muitas outras consequências importantes em todos os domínios da economia capitalista. Ela tem mesmo repercussões, evidentemente mais limitadas, sobre a economia dos Estados socialistas burocratizados. Estas repercussões decorrem do papel preponderante que teve o dólar desde a Segunda Guerra mundial na economia capitalista. Repercussões que exercem, devido a este fato, uma tendência desestabilizadora sobre toda a economia internacional.

A impressão geral que prevalece nos comentaristas de direita como de esquerda, é que a queda do dólar resulta de uma manobra mais ou menos deliberada do imperialismo americano em vista de melhorar sua posição concorrencial e impor a realização de seus projetos de política econômica a seus concorrentes reticentes, principalmente a Alemanha (do oeste) e o Japão. A queda vertiginosa do dólar estimularia as exportações americanas em detrimento das exportações alemãs e japonesas, tornando as primeiras mais baratas, e as segundas mais caras. Para proteger as exportações de seus capitalistas, os governos oeste-alemão e japonês seriam obrigados a mais cedo ou mais tarde "sustentar" o dólar, quer dizer, recomprá-lo massivamente no mercado de câmbio. Mas fazendo isto, eles inflariam automaticamente a massa monetária com suas divisas nacionais, isto é, se engajariam finalmente nesse famoso processo de "retomada acelerada" que a administração Carter tenta lhes impor desde há mais de um ano sem grande resultado.

Uma expansão monetária acentuada na Alemanha e no Japão relançaria a inflação nestes países, e ao mesmo tempo estancaria a desvalorização do dólar em relação às divisas fortes. Assim, o imperialismo americano ganharia em todos os gráficos estatísticos deixando momentaneamente o dólar em queda livre.

A manipulação monetária, da qual a desvalorização não é nada mais do que uma variante, é incontestavelmente um instrumento utilizado por todas as potências imperialistas para melhorar sua situação competitiva. Condições de recessão ou de depressão econômicas, como aquelas que conhecemos há quatro anos, favorecem o emprego de tais técnicas. Que os Estados Unidos repitam em grande escala o que a Grã-Bretanha, a Itália, a França e a Suécia já haviam praticado antes, pare-

ce provável.

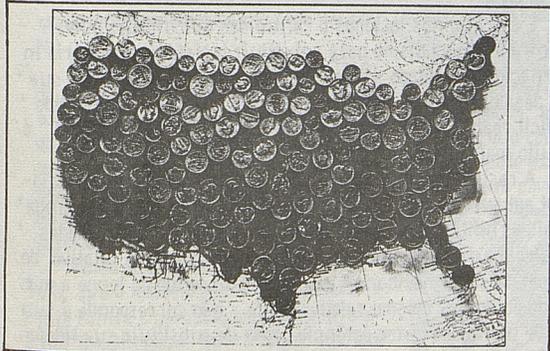
Isso não impede que as consequências de tais manipulações sejam muito mais complexas quando se trata da principal moeda de reserva do mundo capitalista, e inclusive que existam consequências para a economia do país que toma a iniciativa de fazer baixar a taxa de câmbio de sua moeda.

Constatamos primeiramente que, se a desvalorização massiva da libra esterlina e da lira italiana parece ter conseguido e efetivamente restabelecer a balança de pagamentos destas duas potências imperialistas, o mesmo não ocorre em relação aos EUA. Não existe nenhum sinal de que essa balança esteja a ponto de se restabelecer, muito pelo contrário. Aliás, é por que o grande capital, antes de todas as multinacionais e inclusive as multinacionais americanas, espera uma persistência do déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos e daí uma pulverização do curso do câmbio do dólar que ele é obrigado a se antecipar sobre esse movimento, quer dizer, obrigado a especular contra o dólar, o que acentua e amplia o recuo do curso dessa divisa.

Resaltamos igualmente que a amplitude das importações de petróleo dos Estados Unidos não pode ser a explicação fundamental da degradação da balança comercial e da balança de pagamentos dos Estados Unidos. Com exceção da Inglaterra, os Estados Unidos dependem menos de tais importações que as outras potências imperialistas. Não é do lado das importações de petróleo que o bastão fere, mas do lado da balança comercial dos produtos manufaturados. A parte dos Estados Unidos nas importações mundiais desses produtos não pára de diminuir. Mas a sua parte nas importações mundiais não pára de aumentar. Aqui intervém evidentemente a taxa de inflação nos EUA que é superior à da RFA e do Japão.

Subjacente à crise do dólar, existe portanto, um fenômeno estrutural a longo prazo e não um simples acidente conjuntural. Os EUA perderam o "monopólio de alta produtividade" que eles gozavam durante o primeiro decênio posterior à Segunda Guerra mundial. De maneira constante a produtividade do trabalho industrial aumenta aí menos rapidamente que nos seus principais concorrentes. Deixando de lado o avanço que eles conservam em certos domínios como os grandes computadores e "a indústria do espaço", eles são batidos em quase todos os setores da grande exportação; automóveis, aparelhos e elétricos e eletrônicos, máquinas industriais e máquinas elétricas, aço, tecido e produtos sintéticos, construção naval. Mesmo no domínio eletro-nuclear e no domínio da aviação, onde de sua posição monopolista parecia assegurada, eles perderam pontos no curso dos últimos anos.

As cifras aliás, são perfeitamente eloquentes. A correlação entre a evolução dos progressos da produtividade do trabalho e a posição respectiva das diferentes potências imperialistas no mercado mundial dos produtos manufaturados, é clara:



E o mínimo que se pode dizer é que, se a queda do dólar é uma medida para modificar essa correlação, ela até agora, não foi de nenhuma maneira coroada de sucesso.

Entre 1964 e 1975, a produtividade do trabalho na indústria manufatureira aumentou em média anual de 3,5% nos Estados Unidos, contra 5% na RFA, 6,5% na França e 10% no Japão. Entre 1970 e 1974 estas taxas de crescimento foram respectivamente de 3,8%, 5,1%, 5,9% e 8%. A parte dos Estados Unidos nas exportações mundiais de produtos manufaturados passou de 21,5% em 1964 a 19,8% em 1970, 20,3% em 1975 e 20,5% em 1977, enquanto que a parte do Japão passava de 8,1% em 1964 a 11,7% em 1970 e 15,4% em 1977.

Em 1959, era uma firma americana que dominava nos onze ramos da indústria manufatureira. Em 1974, essa superioridade se verifica apenas em sete ramos sobre treze. Em 1959, 63% das 156 firmas maiores do mundo da indústria eram americanas. E em 1974, esta porcentagem havia caído a 43%, contra 36,5% para as multinacionais européias e 20% para as multinacionais japonesas.

Acrescentamos aliás, que o cenário "maquiavélico" atribuído aos dirigentes do imperialismo em matéria de queda do dólar não somente se mostrou pouco eficaz no domínio das exportações de mercadorias, como tampouco não é o único resultado possível dessa queda. Se os governos alemão e japonês se obstinam a conservar a prioridade na luta contra a inflação do modo como o fizeram até agora, eles poderiam reagir ao inchamento da massa monetária, provocada pelo afluxo de dólares, com restrições orçamentárias severas e ao mesmo tempo, com medidas de controle do movimento de capitais, (como fez a Suíça). O resultado seria a precipitação de uma nova contração do comércio mundial e uma nova recessão e não o alinhamento do marco alemão e do yen sobre o dólar desvalorizado.

Entretanto, a principal fraqueza de todas as análises que exageram o caráter politicamente induzido e desejado da queda do dólar está em outro lugar. Ela reside em uma subestimação clara das consequências dessa queda no plano dos movimentos de capitais. Em uma incompreensão da natureza específica da época imperialista e do papel essencial que jogam o capital financeiro e os movimentos internacionais de capitais.

A desvalorização acelerada da principal moeda de papel no mercado mundial mina seu papel como equivalente geral e meio de pagamento como é geralmente aceito.

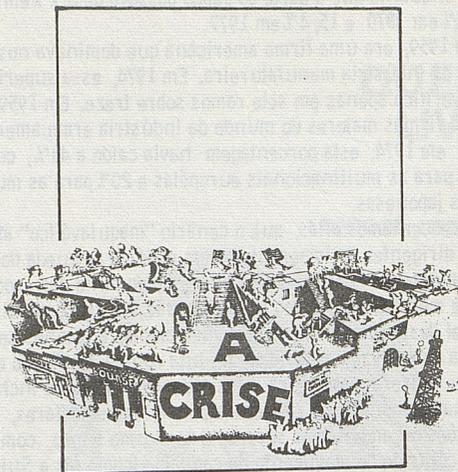
Mesmo dentro de um Estado, e principalmente no mercado mundial onde não existe nenhum Estado soberano, nenhuma força extra-econômica, não se pode, a longo prazo, obrigar um proprietário de mercadorias ou de créditos, a aceitar seu pagamento em moeda decadente. Supor o contrário é fechar os olhos diante da natureza do regime capitalista, fundado sobre a propriedade privada e a econômica.

Nas condições presentes, a desvalorização acelerada do dólar deve forçosamente provocar uma série de reações em cadeia, das quais as mais importantes nos parecem ser as seguintes:

1 - a mesma lógica que faz com que a queda do dólar favoreça as exportações de mercadorias americanas, implica em que sejam favorecidas as exportações de capitais dos imperialistas europeus e japoneses. De fato, enquanto os investimentos das multinacionais americanas na Europa se estagnam ou mesmo diminuem (ou que são mesmo retirados, desinvestidos); se produz uma corrida do capital europeu e japonês para os EUA. Fundação de usinas, absorção de firmas americanas, fusões, compras de terrenos e mesmo de fazendas se multiplicam. Se a tendência atual se mantém durante alguns anos, a soma acumulada dos investimentos diretos de capitais no es-

trangeiro da parte do capital europeu e japonês igualarão ou ultrapassarão a quota dos capitais americanos. Não devemos esquecer que uma desvalorização do dólar de 40% em reação ao marco alemão ou ao Yen, significa que um grupo europeu ou japonês precisa de 40% menos de marcos alemães ou de yens, para comprar um usina dos Estados Unidos.

2 - a desvalorização do dólar facilita a expansão dos bancos europeus e japoneses no mercado internacional. Esses bancos se lançaram com agressividade tanto no terreno dos créditos internacionais quanto no terreno da emissão de empréstimos



internacionais. De fato, entre os 20 maiores bancos do mundo do ponto de vista dos seus créditos (depósitos) totais, não há nada mais que 4 no final de 77 que sejam americanos (é verdade que entre estes, aparecem sempre primeiro e segundo). Dez são europeus, 5 são japoneses e 1 é brasileiro. Enquanto que em setembro de 77, mais de 75% das euro-obrigações eram emitidas em dólar, esta porcentagem caiu a menos de 20% em Fevereiro 78. (Business Week, 20-março-78).

3 - Uma parte crescente do comércio mundial começa a ser paga em outras divisas além do dólar, principalmente em marcos e yens. Esta tendência é por ora embrionária, mas deve se acentuar.

4 - Uma parte crescente dos capitais líquidos detidos pelas empresas tanto americanas, quanto européias ou japoneses, é colocada em bancos fora dos EUA, em outras divisas além do dólar.

5 - Os bancos centrais começam, prudentemente e em escala ainda reduzida, a constituir reservas de câmbio em outras divisas além do dólar. Enquanto a parte dessas "outras divisas" no conjunto das reservas de câmbio dos bancos mundiais capitalistas era de somente 7% em 1970, ela se eleva atualmente à 25%. Se se tem em conta a baixa do preço do ouro expressa em dólares desvalorizados - alta que só o Banco da França e o Banco da Itália contabilizam até agora no cálculo de suas reservas de câmbio - a participação do dólar nessas reservas claramente baixou a menos de 50% no 1º trimestre de 78.

6 - Os criadores dos famosos petro-dólares - quer dizer os mais ricos países exportadores de petróleo, essencialmente a Arábia Saudita, o Koweit, o Qatar e os Emirados do Golfo - cessaram praticamente a acumulação de novos dólares.

Eles mantêm seus antigos créditos nessa divisa mas a sua renda corrente é imediatamente convertida em divisas fortes.

Este movimento estaria em curso há mais de 6 meses, só no mês de fevereiro 78, esta conversão teria chegado a um bi

lhão de dólares.

7 - O declínio do dólar implica numa perda de lucros para os países exportadores dessa moeda, que, no espaço de um ano seria da ordem de 10% para o conjunto da OPEP, e de 13% para o Qatar (o mais atingido). A resposta eminente seria uma indexação do preço do petróleo a um curso médio de 11 divisas (The Economist, 18 março de 78). Isto levaria a um super encarecimento do petróleo importado pelos EUA e daí, uma agravação do déficit da balança de pagamentos desse país, e portanto, uma nova depreciação do dólar.

No limite, essas reações em cadeia induzem o risco de uma retirada geral dos petro-dólares dos EUA, o que poderia originar um desmoronamento geral do sistema de crédito desse país.

Certo, nesse momento, uma tal eventualidade é pouco provável. A Arábia Saudita que sozinha detém 65 bilhões de dólares depende estreitamente do imperialismo americano do ponto de vista político, militar e tecnológico. Sua classe proprietária não tem nenhum interesse em desestabilizar a economia capitalista internacional de maneira desastrosa. Mas os sacrifícios financeiros que ela está pronta a aceitar em troca dessas considerações sócio-políticas tem seus limites. O altruísmo não existe no universo dos proprietários de capitais e principalmente de proprietários milionários.

Se para manter a situação dos famosos 65 bilhões na zona do dólar isso implicasse uma perda de poder de compra da ordem de 40 ou 50% no espaço de alguns anos, os Sheiks calculariam como limitar suas perdas, como qualquer bom administrador de fortunas formado pela Escola de Harvard (e é lá que a nova geração de sheiks foi formada). Os Emirados do Golfo dependiam e dependem ainda, eles também, do imperialismo britânico de todo ponto de vista. Mas, enquanto a libra esterlina estava em queda livre, eles também acabaram retirando os seus créditos de Londres.

O que assusta o mundo imperialista, não é tanto a queda do dólar em si. No final das contas, o capitalismo sobreviveu ao declínio da libra esterlina e muitas outras catástrofes financeiras. O que assusta é que não há nenhuma divisa pronta para formar o lugar do dólar, como ele substituiu antes a libra esterlina que era a principal moeda de reserva.

Paradoxalmente, a Alemanha e o Japão, sem falar da Suíça e da Holanda, fazem esforços frenéticos e desesperados para evitar que suas divisas não sejam utilizadas como moeda de reserva. E que, além do fato de que a história dos quarenta últimos anos indica que o risco de ser levado num turbilhão de especulações decorre da "honra" de exercer semelhante função, a economia desses países não tem manifestamente a superfície necessária - comparável àquela da Grã-Bretanha no século 19 ou à dos EUA durante o período 1940-75 para exercer esse papel.

É aí que nós tocamos o centro das dificuldades que enfrentamos contra o imperialismo para substituir o sistema monetário internacional fundado sobre a base do ouro-dólar (sistema que se desmoronou em 1971) por um novo sistema. Já teria sido difícil realizá-lo em período de prosperidade relativa. Mas é muito mais difícil realizá-lo em período de depressão.

A resistência que manifesta a classe operária internacional em suportar as taxas da "reestruturação" aumenta ainda mais as dificuldades dessa empresa. Mas essas dificuldades residem principalmente no fato de que, ao declínio relativo do imperialismo americano - que continua sendo de longe a mais forte potência, mesmo relativamente - não corresponde a substituição de nenhuma outra potência capaz de substituir sua liderança.

CORREIO



resposta a carta da companheira do gbm(nº8)

TAMBEM REFLETINDO SOBRE NOSSOS PROBLEMAS

Cara companheira Amélia:

Na sua carta você toca num problema: O da dificuldade do movimento autônomo de mulheres ser hoje uma alternativa concreta para a maioria das mulheres trabalhadoras. Você também toca em muitas coisas mais. Mas eu prefiro ficar por aqui.

Eu acho que o problema não pode ser enfrentado se nós não tivermos claros dois pontos:

- 1) Conhecer o mais detalhadamente possível as condições concretas de vida das companheiras trabalhadoras.
- 2) De como esta vida é refletida num tipo de visão de mundo bem específica.

Trata-se de saber onde e quando, em que ponto específico está o "elo mais fraco" desta visão de mundo que se manifesta a todo instante na vida cotidiana. Se trata de descobrir como ir rompendo com esta dificuldade gigantesca que, no caso as mulheres têm de identificar e defender os seus interesses na construção de uma vida autônoma. E é a partir daí, a partir deste "nó" é que deve se atacar. Justamente aí.

Naturalmente que este "elo mais fraco", estas situações críticas que têm uma grande potencialidade "explosiva" capaz de desestabilizar velhos equilíbrios, duramente construídos e escorados, vão variar enormemente de um caso para outro.

A experiência parece estar mostrando que para as mulheres jovens, intelectuais radicalizadas, o "elo mais fraco" da ideologia da submissão é o rompimento da opressão da sua sexualidade, e começar a descobrir a legitimidade da linguagem do seu próprio corpo tão desrespeitado.

Ainda que sob outras formas, eu acho que é também por aí que passará a luta contra a opressão específica da mulher trabalhadora. Quero frisar aqui que estou me referindo exclusivamente à

questão da especificidade concreta da opressão das mulheres e não à exploração comum ao conjunto dos trabalhadores.

Mais concretamente: o sistema capitalista determina para a mulher um papel específico - o de reprodutora da força de trabalho. E, mantém esse papel, massacrando a mulher em todos os níveis da vida social, política, etc.

O sistema, impõe à mulher uma consciência mutilada, fazendo-a capaz de se adaptar às diferentes formas de exploração e opressão.

Essa opressão é terrivelmente política: a família como instituição essencial para esta tarefa, tem que ser analisada e atacada enquanto um obstáculo de peso contra a tomada de consciência política e revolucionária dos trabalhadores, enquanto um elemento desmobilizador que envenena e divide as relações entre as trabalhadoras e o trabalhador. Alguém já pensou nas implicações ideológicas que tem uma classe operária cuja maioria de seus membros tem uma empregada pessoal para lavar suas cuecas, costurar suas meias, fazer sua comida?

O problema é, que se nós ficarmos nesta generalidade não poderemos responder aos problemas e interesses concretos que o surgimento de um movimento de massa de mulheres vai colocar. Se nós nos limitarmos à denúncia da opressão sexual e da família sem vermos concretamente como transformar uma preocupação como o direito ao prazer, vista como tão "subjetiva", "pequeno burguesa", "umbilical", numa reivindicação cotidiana concreta sentida como uma necessidade vital pela massa das trabalhadoras articuladas num corpo estratégico de palavras de ordem, etc. Senão nós não passaremos do plano da propaganda do direito ao prazer em abstrato e não seremos capazes de articular esta preocupação num conjunto de medidas que vão no sentido de ir desequilibrando cada novo e equilíbrio que a burguesia articula nas suas manhas de fera acuada.

Assim, a sexualidade, longe de ser um assunto meramente "pessoal" é um assunto social, político. Poder-se-ia constatar que cada sociedade, desde que a humanidade existe, regulou a sexualidade de seus membros em função das su-

as necessidades mais vitais. Não é o caso de se fazer aqui uma história das políticas de organização da sexualidade em cada sociedade. Mas é evidente que numa sociedade onde o espírito de confraternização dos clans era uma garantia para a base econômica do sistema tribal cujo eixo era a comunidade de bens, a política da sexualidade e da reprodução física e ideológica desta sociedade, não pode ser a mesma que na selva da "livre iniciativa" e da propriedade privada onde o reforçamento da atomização, do individualismo extremo, é uma garantia para a reprodução do capital.

Mas voltemos ao ponto central. Como fazer chegar estes problemas às trabalhadoras?

Por exemplo: Como falar do desenvolvimento da sexualidade a uma lavadeira com 5 filhos, um deles doente, numa favela de São Paulo, sem luz, sem água, com o marido trabalhando 10 horas por dia e ganhando o salário mínimo?

E veja bem: eu não sou dos que acham que esta história de desenvolvimento da sexualidade, da luta pelo direito ao prazer, seja assunto para europeias desocupadas.

Eu acho que não. Acho que as trabalhadoras têm direito a sexualidade desde hoje. Que isto só poderá reforçar sua combatividade e espírito de iniciativa. Mas eu vejo também que a forma de como acumular forças neste sentido, os passos a serem dados, as dinâmicas que desencadearão, estarão longe de serem as mesmas que as de uma intelectual.

Por exemplo: Nós sabemos que a família, com sua constelação hierárquica de opressões e dependências econômicas e afetivas, com sua carga de trabalho doméstico, é o caldo de cultivo por excelência para a formação de uma mentalidade servil entre as crianças e a mulher. Então, tirando-se uma conclusão lógica, temos que acumular forças no sentido de pouco a pouco, ir substituindo o conjunto das funções de segurança afetiva e material que, a sua maneira naturalmente, tem a família, para romper com esta peça chave do equilíbrio social, para que esta constelação hierárquica entre em crise e possa ser superada realmente e em todos os sentidos, por um novo tipo de relacionamento mais tranquilo e aberto entre as crianças e os adultos, as mu-



O "CORREIO"
É UMA
TRIBUNA SUA
UTILIZE-O!



lheres e os homens, os velhos, os adultos, os jovens.

Agora: como reage a esta questão uma estudante brasileira em Paris, que não tem filhos para cuidar e que, de fato, tem relativamente poucos laços de dependência com a família?

É evidente que o centro da preocupação logo tem possibilidades materiais e psicológicas para se deslocar no sentido de um questionamento global da família, da submissão da mulher, etc.

Também é evidente que, com a lavadeira do nosso exemplo, as condições materiais e subjetivas não possibilitam a um questionamento global da família, da submissão da mulher, etc.

O que não quer dizer que esta questão não deixe de ser vital hoje, para as trabalhadoras. Mas seria utópico querer achar que o problema estaria centrado numa política da boa palavra, e do convencimento através dos encantos da lógica e da clareza das idéias feministas. A atração pela lógica das idéias, mesmo que não estejam já verificadas na prática, é característico de um setor social bem determinado: Os intelectuais. Pela natureza específica da sua prática cotidiana mesma. Homens e mulheres.

Mas a prática cotidiana mesma da lavadeira não é uma prática de abstrações e deduções gerais, feitas de uma forma bastante mediatizada com respeito a uma intervenção e verificação na realidade.

Ao contrário, os problemas são bastante imediatos e terra a terra e ela tem que dar um jeito de resolvê-los logo; sem maiores considerações a respeito.

O problema está, em como, em cada questão em particular, seja o da filha poder sair ou não de noite, quem cuida do bebê, de como vão as crianças na escola o problema do alcoolismo, da prostituição, do machismo nas condições miseráveis de uma favela, ir reforçando a dignidade e a confiança das mulheres em si mesmas, de ir consolidando um processo de responsabilidade e independência em si mesmo, das crianças e dos adolescentes. Para isto é preciso se trabalhar para criar organismos coletivos para enfrentar problemas tradicionalmente considerados como "familiares" e "pessoais" ainda que de maneira artesanal, ainda que fracos e embrionários: Somente através de organismos deste tipo é que as funções da família poderão ser balanceadas sobre a experiência de uma prática parcialmente alternativa, relativamente coletiva.

A tarefa de criar centros onde as crianças possam se reunir, brincar e even-

tualmente dormir de noite, restaurante e lavanderia coletivos; quartos independentes para os jovens, são tarefas que, ainda que feitos de madeira e palha, são questões possíveis de serem levadas desde já na medida em que os trabalhadores se interessem, se mobilizem e se organizem para realizá-las.

O peso da ditadura vai ficar evidente não tanto na possibilidade ou impossibilidade absoluta de se fazer isto em alguma favela do Brasil, senão que no caráter excepcional e limitado numericamente de qualquer luta neste sentido travada numa correlação de forças bastante desfavorável para a massa dos trabalhadores. Mas o caráter excepcional deste tipo de luta não deve nos levar a pensar que é uma luta pouco importante. Ao contrário, a criação de pequenos embriões de resistência hoje é que vai possibilitar, quando as condições forem mais favoráveis, este movimento cresça e se multiplique como cogumelo depois de chuva e possa se transformar numa ameaça séria para qualquer governo burguês.

ass: Ex-filho e Ex-marido

reflexões sobre um aborto CARTA A MARTA

Amanhã é dia de médico. Hoje, como não podia deixar de ser, é a véspera do dia do médico. Essa mesma angústia de há muito tempo. Alguma novidade? O que quer dizer a resposta do exame: prolactina: 10 ng/ml? Será que vou acordar amanhã? Parece uma coincidência, mas todos eles atendem pela manhã - às vezes até penso que é um complot. Pela manhã é muito mais difícil chegar e daí ficam mais às claras minhas resistências. Já comecei a falar de mim... e no entanto quero é falar de você sobre você e para você. Essa vontade sempre esteve por perto, até mesmo muito perto. Há algum tempo dando uma olhadela nas prateleiras de uma livraria, fiquei meio pra desconcertada: carta a uma criança já mais nascida-Oriana Fallaci. Olhei e só vi que tinha uma margarida na capa, com uma pétala caindo. Saí de fininho, bem como quem não quer nada. Ficou o desafio e a curiosidade.

Devorei as frases, as folhas, algum tempo depois. Mas não era isso. Nosso

caso é bem diferente. Você não esteve presente até o aborto, apenas. Até lá você era você e eu, mesmo que tenha sido minha vontade e minha decisão que nos levou à clínica: falo clínica sem medir as palavras, desculpa. Foi muito mais que isso, entramos juntas e sai só. Sentiu como um abandono. Você tinha chegado, de surpresa, estorvada e estorvado tudo. Ganhou um nome: marta. Sabia que seria uma mulher, porque, não sei. O ventre duro, a náusea do cigarro e aquela coisa imensa me enchendo toda. Falava-se muito nesse tempo das mães solteiras. Você chegava e mudava até mesmo minha condição civil: mãe solteira.

Que tempo doido aquele - falava-se muito sobre você. Loucura minha querer que você ficasse, diziam todos. Minha mãe fazia que não via, sem deixar de me cravar olhos lacrimosos. Os amigos falavam das condições materiais da sobrevivência, do impecilho para minha prática revolucionária e a do teu pai, ou melhor, daquele que partilhou tua chegada.

Como te disse antes, foi minha vontade e minha decisão que nos levou àquela fila de mulheres de cabeças baixas, humilhadas num ambiente clandestino que subornava a polícia. O toque confirmava o exame já que o exame tinha confirmado a certeza da tua vinda. Era preciso conseguir dinheiro. Era preciso tanta coisa: decidir sobre você. Aquele moço tinha dito: no máximo uma semana, depois vai ser impossível. Você não, NÃO podia ficar assim, dispo da minha vida, mexendo com tudo e deixando que eu resolvesse a questão. E no entanto você era esperada desde séculos seculorum. Afinal, eu era mulher, não é? Você chegava sem que eu fosse casada, lar constituído, pai assegurado pela lei e tudo mais que é preciso, imposto. Donde o fato de eu não querer, não poder, no meu caso não era tão pecado assim. O que dóia, que maltratava, é que sempre eu tinha te esperado. No princípio você era as bonecas de pano, as espigas de milho vestidas, a boneca celulídica que caiu do teco-teco e ficou em pedacinhos lá embaixo. Daquela vez foi o aviador que não se incomodou com o meu choro. Só que naquela época eu não sabia que eu não podia pular carniça, correr, que tinha de aprender a costurar, a bordar, a fazer bolinho porque você ia chegar. Tudo era para e por causa de você. Não estou segura que você exigisse isso toda minha "natu reza" já estava determinada mesmo antes de você aparecer. Onipresente, foi o que te fizeram na minha vi

da. E no entanto eu te queria mulher. Acho que eu também te faria esperar a vida toda a Joana, Camila ou Gabriela. Mesmo sem saber.

Faz tanto tempo e foi tão pouco que você ficou na minha barriga que de vez em quando fico irritada, neurótica com tua presença pela ausência. Já te expliquei muitas vezes, de maneira muito mais comprida que nesta carta.

E você lá, meio prá sonsa, ajudando a segurar o mundo cor-de-rosa nas minhas costas: estéril, esterilidade. O outro lado da medalha, do medalhão: esterilidade.

De irresponsável por não ter tomado a pílula, passo a irresponsável por não acordar pela manhã. Destrutiva, dizem, me digo eu mesma. E você aí, onipresente, repito, nos consultórios de mil e quinhentos médicos, médicas, enfermeiras. Daquela fila onde as mulheres estavam de cabeça baixa você passou para as fichas, para o olhar quantas vezes desdenhosos ou complacentes. Você que era Marta passou a ser aborto ilegal e na geléia global de maternidade para esterilidade.

Amanhã é dia de médico: e este teu nome eu não sei explicar: 10ng/ml.

Luzia Maranhão
Paris, 7 de junho, 1978



UM TRABALHO
DE DOCUMENTAÇÃO
de: John Foster Dulles

anarquistas e comunistas no Brasil

edições Nova Fronteira
Brasil

Embora não tenhamos podido fazer a leitura que nos permitisse uma apresentação crítica deste trabalho de J. W. F.

Dulles sobre a história do movimento operário brasileiro no período entre 1900 e 1935, julgamos, por causa de sua seriedade e riqueza documental, que deveríamos desde já buscar divulgar esta obra, dando algumas "dicas" sobre seu conteúdo.

A partir de uma consulta ampla e sistemática de arquivos, arquivos pessoais, da imprensa diária e da imprensa proletária, de depoimentos vivos, de documentos internos do PCB e dos anarquistas etc., o autor reproduz o período estudado, focalizando os problemas do movimento operário e traçando uma história bastante minuciosa do anarquismo e do movimento comunista no Brasil das primeiras décadas deste século.

Tal como nos diz o autor na sua introdução, as lutas internas e os conflitos entre essas duas expressões do movimento operário, constituem o central desta obra. Isto nos dá uma visão bastante completa do movimento no seu conjunto pois que estes são setores políticos centrais do período. Também podemos notar com um rápido exame das cabeças de capítulo, que o autor não negligencia o movimento das massas, relatando vários congressos, comícios e greves que tiveram importância na época.

O livro contém inúmeras indicações bibliográficas, tem mais ou menos 450 páginas, foi editado pela primeira vez em 1973 nos EEUU. Sua publicação no Brasil foi uma iniciativa das edições "Nova Fronteira" em 1977.

O autor é americano, professor de estudos latino-americanos na Universidade do Texas e de história na Universidade do Arizona. Tem mais 2 trabalhos publicados sobre o Brasil e está preparando um próximo.

ZE ARTO

EDITADO
EM PORTUGUÊS
de: Tamara Volkova e D. Bor

SER MULHER NA URSS E PAISES DO LESTE

edições Antidoto-Coleção Modo de Vida
tradução do francês: Ette Femme en
URSS e dans le pays de l'est
éditions - Toupe Rouge

"É preciso introduzir gradualmente, no processo de educação, métodos e for-

mas especiais para desenvolver na criança qualidades de caráter específico para cada sexo, trabalho que evidentemente exige uma diferenciação a operar entre rapazes e raparigas" (Código Moral, Programa do PCUS; 1961).

Com uma introdução de Catherine Verlaz (LCR-França), o livro é composto de 3 artigos e de alguns textos de Trotsky e Kollontai: 1) O lugar da mulher na União Soviética de Tamara Volkova que procura dar um quadro da participação das mulheres soviéticas na produção e repartição da mão de obra feminina nos ramos da indústria, salários, etc. de 1950 a 1970, da economia doméstica na URSS, do sexismo da educação, das medalhas e condecorações às MÃES, etc. Conclui que: "a posição jurídica das mulheres soviéticas e o seu papel na produção encontra-se avançado em relação aos países capitalistas". Possuem uma "maior disponibilidade de bens de consumo, a melhoria da sua distribuição e o aumento dos equipamentos comunais aliviaram nos últimos anos o trabalho das mulheres". Mas a mulher como pilar básico da célula familiar continua sendo louvada e a autora propõe voltar os olhos "regressar àqueles primeiros anos da revolução e estudar os métodos de organização, as idéias e os objetivos avançados pelos trabalhadores soviéticos".

2) A mulher e a família na Polónia de D. Bor procura mostrar a opressão da mulher polaca no período entre as 2 guerras, os decretos que contribuíram para a emancipação da mulher no período pós-guerra, após 1956 todos os estimulantes ao aumento da natalidade, a nova política de Gierek e todas as pressões ideológicas exercidas pelos meios de comunicação para propagar o modelo de uma "família feliz, tranquila e numerosa".

3) Um debate jurídico sobre a família e a emancipação das mulheres - URSS 1925-1926 de Alain Brossart. Através dos códigos morais desse período e de textos referentes ao debate, procura mostrar a importância que a questão do novo código da família assumiu na época. Os anos de 1924-1925 e 26 são marcados pela vitória das correntes direitistas e centristas do aparelho político do PC soviético. Mas só nos anos de 1930 é que esse debate foi assegurado no papel pela elaboração efetiva das novas leis. Período esse a que Trotsky chamou de "Termidor do Lar".

4) A revolução traidora e a família de Trotsky. "Não, a mulher soviética não está ainda liberada. A igualdade completa apresenta ainda sensivelmente mais vantagens para as mulheres das camadas di-

rigentes, que vivem do trabalho técnico, pedagógico, intelectual, de maneira geral do que para as operárias e, particularmente, para as camponesas".

"No que respeita às mães, às prostitutas e às crianças abandonadas, vítimas da miséria, esses otimistas dizem que o crescimento das riquezas materiais dará pouco a pouco a carne e o sangue às leis socialistas". . .

5) Da antiga à nova família de Trotsky "Instituir a igualdade política do homem e da mulher no Estado soviético foi o mais simples dos problemas. Mas muito mais difícil foi outro - o da institucionalização da igualdade da mulher e do homem nas fábricas, nos moinhos e nos sindicatos. Mas concretizar a atual igualdade do homem e da mulher, dentro da família é um problema infinitamente mais árduo."

6) A família e o estado comunista de A. Kollontai - "O trabalho da dona de casa tornou-se cada dia mais inútil e improdutivo. O lar individual encontra-se periclitante. E cada vez mais substituído pelo lar coletivo. A mulher trabalhadora poderá em breve deixar de se ocupar ela própria do arranjo da sua habitação; na sociedade comunista de amanhã esse trabalho será feito por uma categoria especial de operárias, que apenas farão isso."

7) As mulheres trabalhadoras lutam por seus direitos de A. Kollontai - Neste texto encontramos as questões de organização colocados no Congresso das Mulheres Trabalhadoras e a necessidade do partido soviético criar um instrumento de agitação em direção às massas de mulheres trabalhadoras. "Hoje a Rússia soviética necessita de muitas forças novas para a luta contra o inimigo e para a construção da sociedade comunista. Criar e educar essas forças a partir dos vários milhões da população operária feminina - eis as tarefas da comissão de agitação e propaganda entre as mulheres". O texto é subdividido em 2 itens: o movimento socialista das mulheres em diferentes países e formas de organização das mulheres trabalhadoras no ocidente.

O livro nos dá dados, informações e algumas teses importantes para o nosso debate. O estudo do lugar da mulher hoje nos países da Europa do Leste é de grande interesse para melhor compreender toda a relação de opressão, de exploração, de alienação do trabalho e de toda uma necessidade de transformação do modo de vida.

INES DE CASTRO



UM ARTIGO
PARA O DEBATE

O FEMINISMO NO BRASIL HOJE

Helena Oliveira, Alice Paiva

revista « debate » nº 28

No último número de Cadernos de Campanha fizemos um artigo debatendo o artigo publicado no Debate nº 27. Gostáramos de ter podido fazer o mesmo com o nº 28. Mas não nos foi possível, no tempo que tínhamos, de fazê-lo seriamente. Consideramos também que a discussão que tivemos com as companheiras da revista Debate há alguns meses atrás foi importante e não devemos deixar cair esse contato.

O artigo do nº 28 nos pareceu bem mais preciso a nível da caracterização da especificidade da opressão da mulher e de sua inserção nas lutas gerais. Desse artigo nos fica a discordância a nível da concepção de construção do movimento. As companheiras propõem a formação de uma ampla Frente Democrática de Mulheres. Não nos fica claro se é nessa tarefa que as companheiras pensam jogar o maior dos esforços. A nós nos parece que a tarefa principal é desde hoje fazer uma tendência feminista, pela luta de classe dentro dos movimentos populares de mulheres, e assumir quando necessário compromissos práticos com a grupamentos democráticos de mulheres.

Por aí passa o aprofundamento das discussões que queremos ter com as companheiras.

INES DE CASTRO

JÁ
NA PRACA
O No 2 E 3

BOLETIM
DO M.E.P.

(SEÇÃO DO EXTERIOR)

Dois novos números do "Boletim do MEP - Seção Exterior", vieram a público desde o último número de Cadernos de Campanha. Deixemos que os próprios editores os apresentem:

APRESENTAÇÃO DO No 2

"Ja estava na imprensa o numero dois de nosso boletim (relativo as correntes trotskistas no Brasil), quando nos chegou do interior do pais a revista Teoria e Pratica nº 6 com um documento tratando da conjuntura e tática.

"O documento além de rever e retificar uma serie de aspectos da estratégia da Organização procura sistematizar os seus avanços ao nivel de analise do momento atual e da tática para o periodo.

"Sendo um documento de atualidade, resolve mos suspender o boletim como estava sendo feito e substitui-lo por este material.

"Publicamos assim neste numero o documento "Sobre o momento atual e a tática proletária" além da apresentação do artigo "Daniel Terra e as Libertades políticas". Este artigo, escrito pelo camarada Mario Ribeiro foi publicado em primeira mão aqui no exterior no numero 6 de Cadernos de Campanha. Como esta revista pode ser encontrada com facilidade de resolvemos republicar apenas a apresentação feita pela redação da Revista Teoria e Pratica.

"Esclarecemos ainda que devido a opção de trazer a publico de maneira urgente este boletim, não pudemos evitar algumas falhas no que diz respeito a qualidade de impressão. Aconselhamos ao leitor, sempre que encontrar uma frase ilegível, a buscar as "Erratas".

MEP - Seção Exterior

APRESENTAÇÃO DO No 3

"A publicação no Brasil, do numero 7 da revista "Teoria e Pratica", acabou por fornecer o documento fundamental

COLABORA COM A IMPRENSA CLANDESTINA NO BRASIL



para a tirada do numero 3 deste boletim. Entre seus diversos artigos, de grande importancia para o desenvolvimento do trabalho politico, destacamos as resoluções tiradas acerca da politica adotada pelo MEP frente às eleições parlamentares no Brasil. O artigo "Resoluções sobre a Questão Parlamentar e Eleitoral", aqui publicado, constitui-se num importante subsídio ao debate aqui no exterior, acerca da politica mais consequente frente a esse acontecimento politico, assim como expressa o desdobramento no campo da ação pratica, da tática adotada pelo MEP para o atual periodo.

"Na revista "Teoria e Prática" n° 7 ainda vamos encontrar outros artigos importantes, como a carta "Aos Companheiros do MIR Peruano", de Mario Ribeiro, seção exterior do MEP e que expressa uma das formas pelas quais se aplica as linhas da politica do MEP em relação às organizações e grupos politicos internacionais, comprometidos com o avanço da revolução socialista. Também contribui para o estreitamento das relações latino-americanas, representativas do processo revolucionário em nosso continente.

"Tambem neste n° da "Teoria e Pra-

tica", foi publicado o documento elaborado por Vladimir Palmeira e Carlos Weirner - "Sobre as Resoluções do 1° Congresso do MR-8", que se constitui numa importante contribuição para o debate acerca da estratégia socialista e da tática proletaria aplicada ao contexto politico brasileiro. Esse documento deverá ser publicado em breve aqui no exterior.

"Finalmente vamos encontrar o artigo "O enfrentamento da prisão e das Torturas (Menininho)", publicado nos Cadernos de Campanha n° 9."

Seção Exterior do MEP

Cadernos de CAMPANHA

**LEIA
COLABORE
E...**



SUPLEMENT
A ALERT
COM. PARITAIRE
N° 41780
IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET

IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET
N° 41780
COM. PARITAIRE
A ALERT
SUPLEMENT

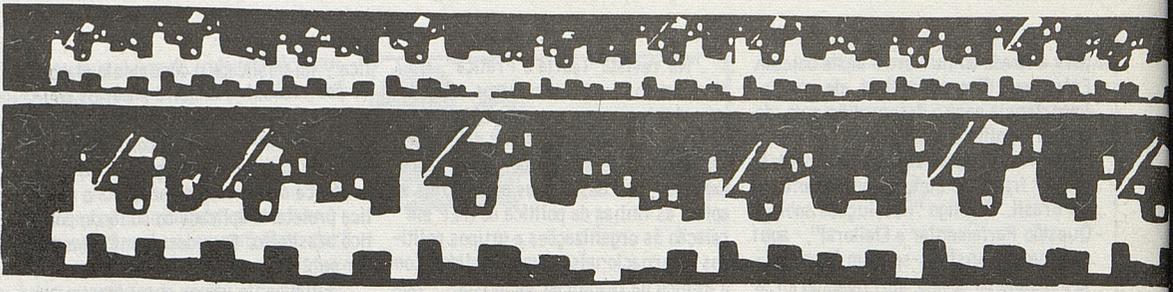


ASSINE!

6 nrs { França: 35fr
ext: u\$ 10

CAMPANHA

Cadernos de



SOBRE AS ELEICOES E A CAMPANHA ELEITORAL	3
ATIVIDADES	9
REGISTRO DE LUTAS	10
Antonia Souza	
E O NUCLEAR ?	15
Francisca e L. Sa	
LIBERDADES DEMOCRATICAS: TRAMPOLIM OU ENTRAVE ?	19
Z. Arto	
FLIDOS	22
Daniel de Queiroz	
FEMINISMO E POLITICA	23
Elizabeth Garcia	
NICARAGUA: HACIA UNA SITUACION REVOLUCIONARIA ?	41
M. Loreda	
O COLETIVO DE PRESOS: FORMACÃO E PRIMEIRAS LUTAS	45
O "Meninho"	
"PORQUE SAIMOS DO EM TEMPO"	51
Companheiros do Em Tempo	
O DOLAR EM QUEDA LIVRE	56
Ernest Mandel	
CORREIO, LIVROS, PUBLICAÇÕES	59

DOSSIER ELEICOES

(Páginas Amarelas)